

Regras de convivência: um estudo sobre etiqueta e manuais de civilidade no Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação da PUC-Rio.

Coorientadora: Prof.^a. Lígia Campos de Cerqueira Lana

Rio de Janeiro
Abril de 2017

Maria Carolina El-Huaik de Medeiros

Regras de convivência: um estudo sobre etiqueta e manuais de civilidade no Brasil

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Everardo Pereira Guimarães Rocha

Orientador

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Lígia Campos de Cerqueira Lana

Coorientadora

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Bruna Sant Ana Aucar

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos

ECO - UFRJ

Prof.^a Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do CCS

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e dos orientadores.

Maria Carolina El-Huaik de Medeiros

Graduou-se em Comunicação Social (Universidade Gama Filho) em 2006. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pós-graduada em Marketing pelo Ibmecc-RJ. Tem experiência profissional em gestão, marketing e comunicação.

Ficha Catalográfica

Medeiros, Maria Carolina El-Huaik de

Regras de convivência : um estudo sobre etiqueta e manuais de civilidade no Brasil / Maria Carolina El-Huaik de Medeiros ; orientador: Everardo Pereira Guimarães Rocha ; co-orientadora: Lígia Campos de Cerqueira Lana. – 2017.

122 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2017.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Literatura de civilidade. 3. Manuais de etiqueta. 4. Comportamento. 5. Consumo. 6. Norbert Elias. I. Rocha, Everardo Pereira Guimarães. II. Lana, Lígia Campos de Cerqueira. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. IV. Título.

CDD: 302.23

Para Vitor, meus pais e Belinha, meus grandes
incentivadores e razões do meu viver.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus.

Ao Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, à Vice-reitoria para Assuntos Acadêmicos e à Capes, pela bolsa de mestrado que possibilitou a realização desse estudo.

Ao meu orientador, Prof. Everardo Rocha, um dos mais brilhantes antropólogos do Brasil, a quem sou muito grata por ter me aceitado como sua orientanda e em sua vida.

À minha coorientadora, Prof. Lígia Lana, por ter sido irretocavelmente competente e compreensiva na construção conjunta desse trabalho.

Aos membros da banca, por aceitarem o desafio de avaliar este trabalho, contribuindo com críticas que, desde já, tenho certeza de que serão fundamentais para a continuidade da pesquisa.

Agradeço ao Prof. Cristiano Ribeiro, por ter me inspirado a ingressar no mundo acadêmico e estar ao meu lado em todas as etapas dessa escolha de vida, e à Prof. Bruna Aucar, por ter sido a primeira a me receber, tão gentilmente, no departamento, e também por ter aberto portas para todos nós sendo a primeira doutora do Departamento de Comunicação da PUC-Rio. Aos funcionários do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, em especial à secretária do Programa de Pós-graduação, Marise Lira, por sua inestimável boa vontade.

Aos professores Prof. Tatiana Siciliano, Prof. José Carlos Rodrigues e Prof. Cláudia Pereira, pelos ensinamentos em aula, pelas indicações bibliográficas e pelo acolhedor ambiente de amizade que proporcionam aos seus alunos.

Ao Prof. Roberto DaMatta, do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, por todas as conversas e materiais que gentilmente me cedeu e que contribuíram para a realização desse estudo, incluindo um dos manuais que escolhi analisar.

A todos que participaram, de alguma forma, da realização desse trabalho, incluindo os colegas de mestrado e doutorado aqui presentes, pelas contribuições de cada um e pela amizade que tornou o dia a dia de estudo mais leve. Agradeço especialmente à Karine Karam, parceira nos meus primeiros artigos na vida acadêmica. À Livia Boeschestein, pelos vários momentos de apoio. À Mariana Ayres, Carina Borges e Beatriz Beraldo, que iniciaram os estudos comigo e com quem divido angústias acadêmicas.

Ao meu amor, Vitor, parceiro de todas as horas, sempre compreensivo com minha falta de disponibilidade em tantos momentos. Aos meus pais, Maria José e Luiz Carlos, a quem devo o que sou. À minha encantadora Belinha, literalmente

sempre ao meu lado. O amor e a compreensão de vocês me trouxeram onde hoje estou.

À minha irmã Viviane, por abrir os caminhos para que eu participasse da família PUC-Rio. Aos demais amigos, do mestrado e da vida, por compartilharem comigo desses momentos.

Resumo

Medeiros, Maria Carolina El-Huaik de; Lana, Lígia Campos de Cerqueira; Rocha, Everardo Pereira Guimarães. **Regras de convivência: um estudo sobre etiqueta e manuais de civilidade no Brasil**. Rio de Janeiro, 2017. 122p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem como objetivo investigar a trajetória da literatura de civilidade e dos manuais de etiqueta no Brasil, refletindo sobre aspectos centrais do contexto histórico e cultural em que estiveram inseridos. Utilizando o conceito de processo civilizador, de Norbert Elias, buscou-se compreender a conjuntura histórica que marcou a chegada deste tipo de literatura ao Brasil, especialmente sob a forma de manuais de etiqueta, como consequência da europeização dos costumes iniciada com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Empreendeu-se uma análise dos discursos presentes em dois manuais de etiqueta: “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966). Buscou-se traçar pontos de transformação e de permanências dos comportamentos nos dois manuais, enfocando aspectos da higiene, funções corporais, controle dos gestos e hábitos à mesa. A dissertação discute em que medida os discursos normativos trazidos pela literatura de civilidade podem ser vistos como reveladores das engrenagens do consumo e da sociedade moderna.

Palavras-chave

Literatura de civilidade; manuais de etiqueta; comportamento; corpo; consumo; Norbert Elias.

Abstract

Medeiros, Maria Carolina El-Huaik de; Lana, Lígia Campos de Cerqueira; Rocha, Everardo Pereira Guimarães. (Advisor) **Coexistence rules: a study on etiquette and manuals of civility in Brazil**. Rio de Janeiro, 2017. 122p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to investigate the trajectory of the literature on civility and the manuals of etiquette in Brazil, reflecting upon core aspects of the historical and cultural context in which they were placed. Using Norbert Elias's concept of civilizing process, it was sought to understand the historical context that marked the arrival of this type of literature in Brazil, especially in the form of etiquette manuals, as a consequence of the Europeanization of customs initiated with the coming of the Portuguese Court to Rio de Janeiro. An analysis of the discourses present in two manuals of etiquette: “New Manual of Good Taste” (Verardi, [1857] 1900) and “Guide of Good Manners” (Carvalho, [1961] 1966) were undertaken. It was sought to draw points of transformation and permanence of the behaviors in the two manuals, focusing on aspects of hygiene, body functions, control of gestures and habits at the table. This work discusses how the normative discourses brought by the literature of civility may reveal the gears of the consumption and also the modern society.

Keywords

Literature of civility; manuals of etiquette; behavior; body; consumption; Norbert Elias.

Sumário

Introdução	11
1. A literatura de civilidade	21
1.1. Civilidade e diferenciação social	25
1.2. Comportamento e consumo	30
2. O Brasil colonial e a civilidade da corte portuguesa	35
2.1. Regras do consumo, regras de etiqueta	39
2.2. O surgimento dos manuais de etiqueta no Brasil	46
3. Civilidade, vida moderna e os manuais de etiqueta	53
3.1. Novo Manual do Bom Tom	57
3.2. Guia de Boas Maneiras	63
4. Os fundamentos da etiqueta	72
4.1. Civilidade e bondade	73
4.2. Civilidade e higiene	80
5. Civilidade, boas maneiras e os manuais de etiqueta	88
5.1. Civilidade e expressões sensíveis do corpo	89
5.2. Hábitos à mesa	94
6. Considerações finais	114
7. Referências bibliográficas	118

Lista de figuras

Figura 1: Capa do “Novo Manual do Bom Tom” 58

Figura 2: Capa do “Guia de Boas Maneiras” 64

Introdução

Este estudo se insere na linha de pesquisa de Comunicação e Representação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O objetivo é problematizar o que se denomina etiqueta, como conjunto de regras e hábitos de comportamentos definidos a partir do que seria considerado como a boa convivência na sociedade.

O interesse por esse objeto de estudo surgiu com a pesquisa para um artigo sobre a Socila – Sociedade Civil de Intercâmbio Literário e Artístico, fundada em 1953 no Rio de Janeiro por Maria Augusta Nielsen. Além de uma escola para modelos, a Socila era uma instituição de beleza que ensinava regras de etiqueta e comportamento às mulheres da sociedade, incluindo as filhas do então Presidente do Brasil Juscelino Kubitschek, além de treinar candidatas ao concurso de Miss Brasil. Instituição de destaque nas altas rodas, a Socila representou um papel relevante para a sociedade carioca dos anos 1950 e 1960. Ao pesquisar a história, os personagens e a estrutura da Socila, intuímos que as transformações nos hábitos e comportamentos ao longo dos tempos poderiam ser compreendidas através das instruções descritas em manuais de etiqueta.

Assim, passamos a refletir sobre o conceito de civilidade tendo como fio condutor as análises e conceituações a respeito do processo civilizador realizadas pelo sociólogo Norbert Elias ([1939] 2011). Elias ([1939] 2011) analisou as transformações ocorridas nos conceitos de civilidade utilizando como instrumento diversas obras que contêm instruções sobre como se comportar em sociedade, seja na Idade Média ou nos tempos modernos.

Elias ([1939] 2011) tomou a literatura de civilidade como representação do funcionamento da própria sociedade, considerando o período do fim da Idade Média e a transição para a Renascença como ponto de partida para a reflexão sobre o processo civilizador, por qualificar aquele como um período que fornece valiosas informações sobre comportamentos socialmente aceitáveis, principalmente em relação aos hábitos à mesa. Dos manuais de civilidade, Elias ([1939] 2011) considera como primeiro tratado estabelecido a obra *De civilitate morum puerilium*, escrita pelo humanista Erasmo de Rotterdam em 1530.

Entretanto, Elias ([1939] 2011) analisa diversos outros tratados, trechos, poemas e até canções a partir do século XIII até o século XIX, a fim de compreender a trajetória dos hábitos e costumes a partir da literatura de civilidade. Para ele, a literatura de civilidade representa a possibilidade de compreender os modos de conduta, a “civilização dos costumes” ao longo dos tempos.

De acordo com a historiadora Maria do Carmo Rainho (1995), estudiosa do tema, a literatura de civilidade é composta de tratados de cortesia, manuais de *savoir-vivre*, regras de etiqueta, elementos de moral, guias do bom tom. Trata-se de um *corpus* constituído pelos livros voltados para o ensino das maneiras tidas como corretas, que abrangem os hábitos à mesa, higiene e funções corporais, como espirrar, escarrar, assoar o nariz, comportamentos em casa e na rua, cuidados com o vestuário, entre outras.

Para o historiador Roger Chartier ([1986] 2009), é tarefa difícil pesquisar sobre o conceito de civilidade e sobre a literatura de civilidade em si. Primeiro, porque é impossível, segundo ele, delimitar o campo de estudo. Além disso, ainda que se privilegie o estudo de textos cujos enunciados são normativos, que dizem o que é ou não civilizado, é difícil reconstruir a relação entre o autor do texto, o leitor que ele supõe que irá ler e aqueles que efetivamente leem e, em consequência, produzem outros significados para o texto.

Nesta pesquisa, sempre com o processo civilizador de Elias ([1939] 2011) como fio condutor, analisamos as implicações históricas e culturais do padrão de “bom comportamento” e as ideias e os hábitos prescritos como “corretos” e “adequados”. Consciente dos desafios metodológicos apontados por Chartier ([1986] 2009), nosso objetivo é relacionar os discursos trazidos pelos manuais de etiqueta a contextos históricos, sociais e culturais que marcaram os momentos em que foram publicados.

No Brasil, de acordo com Maria do Carmo Rainho (1995), inúmeros manuais de etiqueta e civilidade foram editados e reeditados ao longo do século XIX. Eram obras facilmente encontradas nas ruas e muito vendidas, tendo em vista a população alfabetizada naquele momento. Um fato que comprova a difusão destas obras é o relato do viajante Thomas Ewbank, que cita um “Manual de

polidez” como uma das muitas obras do tipo vendidas nas ruas do Rio de Janeiro na ocasião de sua vinda à cidade, em 1846. Anúncios em jornais da época, segundo Rainho (1995), também sugeriam que a leitura deste tipo de manual era imprescindível para quem desejava ser bem sucedido na sociedade.

Elias ([1939] 2011) mostra como a literatura de civilidade foi fundamental, ao longo de quatro séculos, ao processo civilizador, e como os antigos costumes “bárbaros” são abandonados em nome dos preceitos de civilidade. De maneira geral, ele entende que os comportamentos foram modificados por dois fatores fundamentais: a instauração das monarquias absolutistas, com a figura central do rei, e o estreitamento das relações pessoais implicando em um controle dos gestos e emoções.

Este modelo de civilidade, presente na sociedade de corte, é amplamente estudado por Elias ([1969] 2001), que tem na figura do rei Luís XIV da França, o Rei Sol, um monarca que instaurou um complexo cerimonial, onde a civilidade passa a ser distintiva. Com o tempo, a civilidade restrita à corte é absorvida na França e, no decorrer do século XVIII, passa a ser largamente difundida, inclusive nos meios rurais, segundo Rainho (1995), através da circulação de manuais de etiqueta.

O Brasil experimentou de modo muito peculiar as práticas e os modos de vida da sociedade de corte. De 1808 até 1821, período de permanência da corte portuguesa no país, veremos que mudanças profundas aconteceram na sociedade brasileira, principalmente na então capital Rio de Janeiro, cidade que passou a ser sede da monarquia.

Nesse sentido, buscamos analisar as mudanças ocorridas no Brasil do século XIX sob o prisma da importação, tradução e publicação de manuais de etiqueta europeus. Segundo Rainho (1995), a literatura de civilidade contida nos manuais que chegaram ao Rio de Janeiro no século XIX reproduzia modelos de comportamento consolidados, aceitos e absorvidos em outras nações, especialmente na França, nosso modelo de civilização, na chamada europeização dos costumes.

O *corpus* desta pesquisa engloba dois manuais de etiqueta – e ambos estão relacionados com a europeização dos costumes. O “Novo Manual do Bom Tom” foi publicado em 1857 por Louis Verardi sob o título original “*Almanach de la politesse – nouveau guide pour se conduire dans le monde*”, que em português seria traduzido como “Almanaque da polidez – novo guia para se conduzir no mundo”. Louis Verardi, que na edição brasileira foi traduzido como Luiz Verardi, era o pseudônimo do botânico francês Pierre Boitard. Sob seu nome verdadeiro, Boitard publicou muitos outros manuais, mas na área de agricultura e botânica, como “*Manuel Complet de Botanique ou Principes de Botanique élémentaire*” (1826), “*Manuel de Physiologie végétale, de physique, de chimie et de Minéralogie, appliquées à la culture*” (1829) e “*Manuel complet de l'architecte des jardins, ou l'art de les composer et de les décorer*” (1834).

Sob o pseudônimo de Luiz Verardi, o “Novo Manual do Bom Tom” ([1857] 1900) teve pelo menos seis edições no Brasil em um curto intervalo de tempo - já que a sexta publicação data de 1900, menos de cinquenta anos depois da primeira, publicada em 1857. Mais de um século depois, o manual ainda está disponível para compra na internet, no site Estante Virtual e na *Amazon.fr*, e também para *download* do seu conteúdo integral em francês.¹

Um século depois da primeira edição do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), o brasileiro Marcelino de Carvalho, autor de diversos livros sobre comportamento e etiqueta, publica seu “Guia de Boas Maneiras” ([1961] 1966), fortemente inspirado pela cultura europeia, principalmente França e Inglaterra, o que fica claro nos diversos exemplos que fornece. Ao contrário do relativo desconhecimento que se tem sobre Luiz Verardi, Marcelino de Carvalho foi um famoso autor do gênero de etiqueta e boas maneiras. Jornalista, escritor e cronista paulista, escreveu diversos livros sobre o assunto, como “ABC das boas maneiras” (1962), “A arte de beber” (1963), “Snobérrimo” (1966), “Só para homens” (1969), e algumas obras específicas sobre cozinhar e hábitos à mesa, como “A nobre arte de comer” (1966). A edição do “Guia de Boas Maneiras” que analisaremos data de 1966 e foi uma das dezenove edições publicadas da obra,

¹ *Almanach de la politesse: Nouveau guide pour se conduire dans le monde*. Disponível em: <http://www.bmlisieux.com/curiosa/verardi.htm>, acesso em 28 dez. 2016.

sendo a primeira em 1961 e a última, em 1987. O livro também pode ser adquirido na internet, no site Estante Virtual.

A escolha dos dois manuais como *corpus* desta pesquisa se justifica: o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) é uma obra escrita por um francês, nacionalidade cuja cultura inspirou e influenciou fortemente o surgimento das boas maneiras em sociedade no Brasil, mais especificamente na então capital, Rio de Janeiro. Como a sexta edição, a que tivemos acesso, foi publicada em 1900, pressupõe-se que edições anteriores circularam na capital em meados do século XIX, justamente o período de grandes mudanças na configuração dos “bons modos” nacionais. A escolha do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) se dá, então, pelo período histórico em que se encontra, por ter sido escrito por um francês e pela recorrente menção que recebe em pesquisas, teses e dissertações sobre civilidade e etiqueta utilizadas como nossas referências, como em “A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade” (Rainho, 1995) e “Código de Bom-Tom: os manuais de etiqueta e a formação de uma “boa sociedade” nos trópicos” (Silva, 2006).

Após a escolha do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), o desafio era selecionar um manual que pudesse funcionar como contraponto a ele, de modo a verificar rupturas e permanências na compreensão do que teria sido o processo civilizador, entre meados do século XIX e meados do XX no Brasil, sob a ótica dos manuais de etiqueta. O “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) pareceu o objeto adequado por ser uma publicação escrita por um brasileiro, morando no Brasil, conhecedor dos hábitos da “boa sociedade” e autor de livros que o tornaram referência no assunto. Se primeiro analisamos regras descritas por um francês, dirigindo-se à sociedade europeia, mas cujas instruções deveriam ser assimiladas pela sociedade brasileira, buscou-se, como contraponto, compreender orientações preconizadas através do discurso de quem nela vivia. Além disso, Marcelino de Carvalho escreve quase exatamente um século depois de Luiz Verardi (1961 e 1857, respectivamente), o que pareceu uma interessante distância histórica para comparar o discurso presente em cada um deles².

² A leitura do “Guia de Boas Maneiras” de Marcelino de Carvalho foi também recomendada pelo Prof. Dr. Roberto DaMatta, durante a disciplina CIS 2175 - Tópicos Especiais em Ciências

Por fim, é importante ainda dizer que esses também foram os dois manuais de etiqueta considerados mais interessantes dentre uma lista de publicações consultadas para esse estudo, entre elas “O livro de etiqueta de Amy Vanderbilt” (1962), da autora americana de mesmo nome; “Aprenda a receber” (1977) e “Nova Etiqueta” (1978), do colunista social brasileiro Ibrahim Sued; “Chic: um guia básico de moda e estilo” (1997) e “Viajante chic: dicas de viagem” (2012), de Gloria Kalil; “Guia VIP de Estilo” (2009), de Marília Campos Mello; “Manual da etiqueta: guia para toda hora” (2013), de Ana Vaz; “ABC de Carmen: estilo, culinária, receitas pessoais e a arte de receber” (1997), da *socialite* Carmen Mayrink Veiga; “Etiqueta Social”, de Iracema Soares Castanho (1957); e “Etiqueta sem frescura”, de Cláudia Matarazzo (1995). Aspectos como o tipo de regras prescritas, a forma de escrever, os assuntos abordados e a maneira se de se dirigir ao leitor me fascinaram nos manuais escolhidos.

Selecionados os textos que seriam objetos desse estudo, o desafio seguinte era definir de que maneira seria feita a análise. Inicialmente, foi cogitado um estudo que privilegiasse as questões de gênero. Fazia sentido, uma vez que parte significativa do discurso não apenas desses dois textos, mas dos vários manuais a que tivemos acesso se destina às mulheres. Entretanto, uma breve pesquisa possibilitou descobrir excelentes trabalhos já realizados com essa abordagem, como a dissertação “Modas e modos domésticos: os manuais de instrução femininos e a educação da mulher – décadas de 1950 e 1960”, de Dyeinne Cristina Tomé (2013); “A gramática do comportamento: a fabricação do feminino nos manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho”, de João Muniz Junior (2014); e “Os dizeres das regras: um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta”, de Maria Teresa Santos Cunha (2004), pesquisadora cujos trabalhos foram, a propósito, utilizados em nossas referências.

Esta pesquisa pretende, então, realizar uma análise dos discursos presentes nas duas publicações – “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), traçando pontos de transformações e de permanências em relação aos comportamentos ao longo dos tempos, principalmente no que diz respeito às questões de higiene, funções

Sociais, cursada no segundo semestre de 2016 no PPGCOM da PUC-Rio. Sua indicação confirmou se tratar de uma obra interessante para o estudo da etiqueta.

corporais, controle dos gestos e emoções e hábitos à mesa. Para construir os operadores analíticos da pesquisa, discutimos aspectos centrais da trajetória da literatura de civilidade e da etiqueta, tendo como ponto de partida o fim da Idade Média e a transição para a Renascença.

Por que a Idade Média? O corpo medieval está inserido em um ambiente bem diferente do ambiente da modernidade. Segundo José Carlos Rodrigues (1995), tratava-se de outro corpo, cujo referencial de sensibilidade aos cheiros, aos contatos táteis, ao prazer e ao desprazer era também muito diferente. Para Elias ([1939] 2011), naquele tempo, as pessoas tinham entre si relações diferentes das que hoje vivemos, com a ausência de uma espécie de parede invisível de emoções que hoje parece se erguer entre um corpo humano e outro. A mudança desse referencial alterou a noção de higiene, de nojo, de perigo, de impureza (Douglas [1966] 1991).

As proibições do contato físico, do tocar os corpos também ficam mais severas na medida em que as novas formas sociais colocam o indivíduo em uma posição de sempre ser observado em seus gestos e atitudes. Segundo Chartier ([1986] 2009), os efeitos desse distanciamento dos corpos são percebidos nas mudanças nos hábitos, dentre os quais destacamos os hábitos à mesa, opondo civilidade e intimidade. O que um observador do século XXI acha natural, como a adoção de utensílios à mesa, cada qual com uma finalidade, e a proibição de manifestar em público funções corporais consideradas nojentas, como cuspir, assoar o nariz, arrotar, escarrar, não era a realidade da Idade Média e de séculos que a ela se seguiram. É sobre essas mudanças que este estudo trata.

Para realizar nossa análise, comparamos o discurso nos manuais com base nos conceitos de civilidade presentes não apenas – mas principalmente – na obra de Elias ([1939] 2011). Nesse sentido, associamos a ideia de aprendizado de novos hábitos e comportamentos, objetivo da literatura de civilidade, ao aprendizado das práticas de consumo. A adoção de novas regras de um “comportamento civilizado” desponta, não por acaso, no mesmo momento em que o consumo como prática social passa a integrar a vida cotidiana e a produção da subjetividade moderna. Apresentamos, assim, a relação entre os conceitos de civilização e consumo, aqui contemplada através de autores que são referência

nesse campo, como Grant McCracken (2003), Mary Douglas ([1978] 2013) e Everardo Rocha ([1985] 2010; 2016).

Praticamente todas as pesquisas empreendidas sobre manuais de etiqueta estão situadas no campo de estudos da História. Então, poderia surgir a indagação: por que estudá-los em um Programa de Pós-graduação em Comunicação? Ora, os manuais são puramente formas de comunicação. Suas regras e suas instruções sobre como se comportar nessa ou naquela situação são prescritas através de palavras, de verbos – especialmente na forma imperativa – e de enunciados normativos. É, pois, indiscutível a importância dos manuais para a reflexão sobre processos de comunicação anteriores à massificação da escrita e da leitura. Elias ([1939] 2011) toma como ponto de partida o tratado de Erasmo, do século XVI, mas ele próprio analisa trechos de escritos de séculos anteriores, o que indicaria que o assunto, desde sempre, interessou: organizar em tópicos as expectativas do bom comportamento, reunir no formato de regras e comunicar a forma adequada de agir em sociedade remonta aos significados trazidos pela questão da ética nas relações que devemos manter uns com os outros.

Apesar de o manual mais recente utilizado neste trabalho, o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), ter sido publicado pela primeira vez em 1961, de lá para cá um sem número de manuais de etiqueta continua sendo produzido no Brasil, confirmando a atualidade do tema. Além dos manuais citados anteriormente, todos brasileiros, com exceção do “Livro de Etiqueta de Amy Vanderbilt” (1962), ao digitarmos hoje “manual de etiqueta” no Google, aparecem centenas de guias de comportamento. Além de livros, muitos *blogs* se dedicam a divulgar e discutir regras de etiqueta. Vários escrevem sobre os mesmos assuntos ensinados no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), como hábitos à mesa³, indicando a permanência e a relevância de observar o comportamento nas refeições. Outros tantos buscam ensinar como se comportar diante das mudanças e de novos tempos, como um manual de etiqueta sustentável⁴, relacionado ao meio ambiente, e de novas tecnologias, com instruções quanto ao uso do celular e de redes

³ Disponível em: <http://www.dicasdeetiqueta.com.br/etiqueta-a-mesa/>, acesso em 28 dez. 2016.

⁴ Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/manual/>, acesso em 28 dez. 2016.

sociais⁵, além de como se comportar no aplicativo de troca de mensagens *Whatsapp*.⁶ Assim, parece que continuam sendo necessárias as “instruções de civilidade”, o que sugere que permanecemos demandando a reflexão e a normatização de hábitos e comportamentos. Ao nos debruçarmos sobre o conceito de processo civilizador e a gênese dos manuais de etiqueta no Brasil, buscamos pensar sobre condições que caracterizaram a entrada do tema em nosso país e o desenvolvimento dos guias ao longo do século XX.

No capítulo um, apresentamos o conceito de civilidade segundo Elias ([1939] 2011), considerando como ponto de partida a Idade Média. Abordamos a civilidade como instrumento de diferenciação social, conceituando etiqueta a partir da sociedade de corte de Luís XIV, e também a relação entre comportamento, consumo e etiqueta.

O segundo capítulo trata do Brasil colonial do início do século XIX e as mudanças a partir da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro. Para que entendamos como a sociedade tinha interesse na literatura de civilidade, é fundamental contextualizar o período em que os manuais começaram a ser demandados no Brasil. Uma nova sociabilidade demandou novos modos, que foram ensinados através dos manuais de etiqueta que chegam ao país. O consumo no período imperial, o surgimento de lojas de departamentos na Europa e no Brasil e a forma como ele influenciou na europeização dos costumes da sociedade da época são os assuntos abordados no capítulo.

No terceiro capítulo, relacionamos civilidade e vida moderna, abordando de que forma a exposição do indivíduo à pressão social se relaciona com sua necessidade de aprender boas maneiras. Apresentamos e descrevemos detalhadamente os textos objetos desse estudo – o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966). No capítulo seguinte são apresentados os fundamentos da etiqueta, relacionando civilidade ao conceito de bondade e a ser temente a Deus, discurso muito presente

⁵ Disponível em: <http://claudia.abril.com.br/sua-vida/pequeno-manual-de-etiqueta-nas-redes-sociais/>, acesso em 28 dez. 2016.

⁶ Disponível em: <https://www.ideafixa.com/the-ultimate-guide-regras-de-etiqueta-no-whatsapp/> e <http://www.eleganteseempre.com.br/br/destaques/10-dicas-de-etiqueta-para-grupo-de-whatsapp/>, acesso em 28 dez. 2016.

no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), além das mudanças nos padrões de higiene da Idade Média até a época em que os manuais são escritos.

No capítulo cinco são apresentadas as mudanças em relação ao corpo e suas expressões, tomando hábitos outrora comuns como escarrar e mostrando as mudanças na forma de abordá-los ao longo dos tempos. Por último, os hábitos que talvez tenham sido os que mais foram modificados na passagem dos séculos: os hábitos à mesa como forma de codificar o comportamento social e mostrar as mudanças na sociedade.

1. A literatura de civilidade

O que é ser civilizado? Do que trata o conceito de civilidade? Segundo o “Dicionário Aurélio”, civilidade é o “(...) conjunto de formalidades observadas pelos cidadãos entre si em sinal de respeito mútuo e consideração” (Ferreira, 2004, p. 238). No prefácio de “História da vida privada, volume 3”, o historiador Roger Chartier ([1986] 2009) indica que Philippe Ariès entendia civilidade como uma das categorias essenciais que permitiam identificar as modificações ocorridas no pensamento e na conduta.

Norbert Elias ([1939] 2011) se dedicou, em “O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes”, a tentar compreender questões como essas. Na obra, argumenta que a civilização que nos acostumamos a considerar como uma posse que, aparentemente, “(...) nos chega pronta e acabada” (Elias, [1939] 2011, p. 70) é, na verdade, parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Entender onde e quando o processo civilizador começa é, para Elias ([1939] 2011), algo que pode, indefinidamente, ser remontado ao passado. “De onde quer que comecemos, observamos movimento, algo que aconteceu antes” (Elias, [1939] 2011, p. 71). Na tentativa de compreender esse movimento, Elias ([1939] 2011) utilizou como objeto a literatura de civilidade, ou seja, tratados, guias, livros, escritos que apresentassem, ao seu tempo e ao seu modo, regras para tornar a sociedade mais civilizada.

De acordo com Renato Janine Ribeiro ([1989] 2011), que apresenta a segunda edição brasileira do volume um de “O processo civilizador”, Elias ([1939] 2011) analisa a literatura de civilidade como representação do funcionamento da própria sociedade. Segundo Ribeiro, Elias ([1939] 2011) observa que os tratados de civilidade representam – ainda que descrevam condutas prescritas e ideais, portanto, não necessariamente reais – a possibilidade de compreender os modos de conduta, a “civilização dos costumes” ao longo dos tempos, provando que não existe atitude natural no homem. “Acostumamo-nos a imaginar que tal ou qual forma de trato é melhor porque melhor expressa a natureza humana – nada disso, diz Elias, na verdade o que houve foi um condicionamento (...) e um adestramento”. (Ribeiro, [1989] 2011, p. 9).

Para Elias ([1939] 2011), não são recentes os debates em torno do que é ser civilizado. Embora deixe claro que não tem expectativas de encontrar o começo do processo civilizador, o autor toma como ponto de partida a Idade Média, principalmente o fim desse período e a transição para a Renascença, por considerar que o padrão medieval deixou muitas informações sobre o que era considerado um comportamento socialmente aceitável, especialmente em relação aos hábitos à mesa (praticamente sem utensílios), uma vez que comer e beber ocupava o centro da vida social. Na Idade Média, o padrão de “bom comportamento” é representado por um conceito bem claro, que resumia atitudes e modos socialmente aceitáveis. Esse termo apareceu em francês como *courtoisie*, em inglês como *courtesy*, em italiano como *cortezia*; e todos eles se referem diretamente a ocupar um determinado lugar na sociedade. “Dizem: é assim como as pessoas se comportam na corte” (Elias, [1939] 2011, p. 73). Elias ([1939] 2011), entretanto, entende que as maneiras à mesa são um segmento da “(...) totalidade de formas socialmente instaladas de conduta” (Elias, [1939] 2011, p. 77), e que o fato é que as pessoas que comiam juntas da forma costumeira na Idade Média, bebendo vinho no mesmo cálice e pegando carne com as mãos, tinham entre si relações diferentes das que hoje vivemos. Entre elas não havia a “(...) parede invisível de emoções que parece hoje se erguer entre um corpo humano e outro” (Elias, [1939] 2011, p. 79).

Ao longo de “O processo civilizador”, Elias ([1939] 2011) menciona diversos trabalhos humanistas a respeito das maneiras de se comportar. Para os humanistas, os indivíduos ocupam o centro do mundo sob uma perspectiva da racionalidade, contrapondo-se a um apelo sobrenatural ou a uma autoridade superior. Nesse sentido, Elias ([1939] 2011) destaca como ponto alto o tratado do humanista Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (“Da civilidade em crianças”), de 1530. Para Elias ([1939] 2011), este tratado se situa, por vezes, inteiramente na tradição medieval, mas também anuncia alguma coisa nova, formando uma ponte entre as maneiras da Idade Média e os tempos modernos.

Para Elias ([1939] 2011), foi a partir de *De civilitate morum puerilium* que o conceito de *courtoisie* foi deixado em segundo plano e tornou-se mais comum o conceito de *civilité* – até que *civilité* passou a ser preponderante. Por essa razão,

ele considera o tratado de Erasmo como ponto de partida para o significado de civilidade tal como hoje o conhecemos. Segundo o autor, a sociedade do século XVI estava em transição – o mesmo acontecia com as maneiras.

Até mesmo no tom, na maneira de ver, sentimos que, a despeito de todo seu apego à Idade Média, alguma coisa nova estava a caminho. A “simplicidade”, como a experimentamos, a oposição simples entre “bom” e “mau” e entre “compassivo” e “cruel” haviam se perdido. As pessoas encaravam as coisas com mais diferenciação, isto é, com um controle mais forte de suas emoções. (Elias, [1939] 2011, p. 80).

Erasmo (1466-1536) foi um teólogo humanista nascido em Rotterdam, na Holanda, que viajou e lecionou por toda a Europa, sempre envolvido com pensadores e nobres.⁷ Apesar de ter feito votos monásticos aos 25 anos, nunca os exerceu, tendo ficado conhecido por suas críticas à Igreja Católica e por publicações que analisavam diversos temas religiosos. O tratado *De civilitate morum puerilium* ao qual se refere Elias ([1939] 2011) não é mencionado em nenhuma das muitas biografias resumidas sobre Erasmo disponíveis hoje na internet.⁸ No entendimento de Elias ([1939] 2011), o próprio Erasmo talvez não tenha atribuído, no conjunto de sua obra, qualquer importância ao seu curto tratado sobre civilidade, ressaltando que “(...) este tratado reveste-se de uma importância especial menos como fenômeno ou obra isolada do que como sintoma de mudança, uma concretização de processos sociais” (Elias, [1939] 2011, p. 66). No entanto, apesar da aparente desconsideração do próprio Erasmo, foram publicadas mais de 130 edições de *De civilitate morum puerilium*.

Para a historiadora Maria Cecília Pilla (2003), Erasmo foi o primeiro a ter a iniciativa de compilar, com ordem e método, os preceitos de conduta que lhe pareciam mais importantes naquele momento. Sobre a longevidade da obra e o contínuo interesse do público-leitor, o historiador Jacques Revel assume em “Os usos da civilidade” que “(...) tratando-se de um manual sem pretensões, à margem das grandes realizações culturais do humanismo europeu, tal sucesso é difícil de

⁷ Vida e obra: Erasmo. Porto Alegre: LP&M Editores. Disponível em: http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=526192, acesso em 25 ago. 2016.

⁸ Além da mencionada biografia on-line da editora LP&M, os textos disponíveis no site InfoEscola <http://www.infoescola.com/biografias/erasmo-de-roterda/> e na Wikipédia https://pt.wikipedia.org/wiki/Erasmus_de_Roterda%C3%A3o#Obras tampouco mencionam o *De civilitate morum puerilium*.

explicar” (Revel, [1986] 2009, p. 176). A despeito de sua afirmação, Revel ([1989] 2009) fornece em seguida algumas indicações sobre motivo de a obra ter obtido tanto êxito: no século XVI, há um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos, que são submetidos às normas de civilidade e às exigências do comércio social. O tratado de Erasmo fixou o gênero literário que garantiria à pedagogia das “boas maneiras” sua mais ampla difusão social (Revel, [1986] 2009, p. 171).

Para Elias ([1939] 2011), o tratado de Erasmo aborda o comportamento de pessoas em sociedade – e acima de tudo, embora não exclusivamente, do decoro corporal externo. Erasmo define o olhar, a postura, os gestos, o vestuário e as expressões faciais como manifestações do homem interior, abordando com a mesma naturalidade as questões mais elementares e as mais sutis das relações humanas. Revel ([1986] 2009), resgatando a análise de Elias ([1939] 2011), propõe uma interpretação convincente para o sucesso do tratado de Erasmo.

Segundo Elias, os inícios da era moderna constituem um momento de labilidade e incertezas entre duas fases de glaciação social. Rompeu-se a unidade católica, e as hierarquias rígidas da Idade Média sofreram falhas profundas, em especial com o questionamento da sociedade cortês (...), e a ordem absolutista ainda não se instaurara. É a época de um reposicionamento social e cultural e de uma complexidade mais acentuada das relações entre grupos mais diversificados. Essas sociedades em plena transformação precisavam de uma linguagem comum e de novos pontos de referência, já que as relações provisoriamente se tornam mais livres e densas. Em seu projeto, tanto ou mais que nos ensinamentos que propõe, o tratado de Erasmo vem ao encontro dessa expectativa e lhe confere uma forma. (Revel, [1986] 2009, p. 177).

Ainda segundo Revel ([1986] 2009), as civilidades impõem aos leitores dos tratados comportamentos que satisfaçam as normas de uma sociabilidade cada vez mais imperativas, situando todo ato individual sob o olhar de todos. Estas normas impositivas que Revel ([1986] 2009) observa no tratado de 1530 de Erasmo ainda continuam a ser observadas em manuais de civilidade ao longo dos tempos. Esses manuais primam por um discurso onde predomina o modo verbal imperativo, não deixando dúvidas acerca dos modos e comportamentos aceitáveis ou não, conforme a sociedade de cada época na qual determinado manual esteja inserido. Mais adiante, voltaremos a esse tema.

Ao mesmo tempo, para Revel ([1986] 2009), a literatura de civilidade convida o indivíduo a separar em si mesmo o que é mostrável, civil, do que todos, incluindo ele próprio, devem ignorar. A historiadora Maria do Carmo Rainho (1995) ressalta que a leitura dos manuais possibilita compreender como foi se dando o processo de civilizar ao longo do tempo, as maneiras de comer, de lidar com as funções corporais, de deitar-se (com a adoção, por exemplo, de roupas apropriadas para esta função) e de se relacionar entre os sexos.

A partir da obra de Erasmo e até o final do século XIX, inúmeras edições e reedições dos manuais de civilidade se sucederam. Norbert Elias mostra como ao longo de quatro séculos elas foram fundamentais ao “processo civilizador” e como os costumes “bárbaros” vão sendo abandonados em nome da civilidade. Grosso modo, para Elias, as sensibilidades e os comportamentos são nesse período profundamente modificados por dois fatos fundamentais: o monopólio da força, originado com a instauração das monarquias absolutistas, e o estreitamento das relações pessoais, o que implicava forçosamente num controle mais rígido das emoções e afetos. (Rainho, 1995, p. 142).

Como se nota, *De civilitate morum puerilium* marcou o surgimento de um novo filão literário, os manuais de civilidade, livros que prometiam a criação de indivíduos civilizados. A leitura atenta e a obediência às regras dos manuais trariam o domínio dos hábitos e emoções; quanto mais dentro dos preceitos indicados pelos manuais, mais civilizados pareceriam os indivíduos. Rainho (1995) ressalva que muitas obras que compunham a literatura de civilidade empenhavam-se em respeitar o status social, enfatizando o reconhecimento das diferenças sociais. Eram os manuais de *savoir-vivre*, onde “(...) a civilidade é, portanto, distintiva e tem como objetivo disciplinar o indivíduo para que ele manifeste nos gestos, nas posturas e nas atitudes, o primado absoluto das formas da vida social”. (Rainho, 1995, p. 143).

1.1. Civilidade e diferenciação social

Para a historiadora Maria Teresa Cunha (2004), analisando a obra de Elias ([1939] 2011), a regulamentação da etiqueta, do gosto, do modo de vestir, de falar e de se portar tinha a mesma função: eram armas na luta por prestígio. A regulamentação marcava, através da prescrição de gestos concretos, as distâncias que separavam uns dos outros. Para Cristiane Cecchin e Maria Teresa Cunha (2007), a leitura dos manuais busca normatizar comportamentos, internalizar

regras e preceitos para a formação do bom cidadão, contribuir para o desenvolvimento do caráter e consolidar práticas de higiene.

O pesquisador Miguel Reis (2016) comparou cartilhas de propaganda e campanhas públicas brasileiras de diferentes épocas relativas à saúde, a fim de compreender o papel pedagógico que esse tipo de publicação tem na difusão de repertórios de comportamentos identificados como “civilizados” e “modernos”. Em sua pesquisa, ele situa a higiene como algo que não se resume à limpeza, mas sim como uma disciplina que se estende à moradia, à urbanização, à vida cotidiana e às atividades sociais. Para o antropólogo Roberto DaMatta, o conceito de sujo no quadro de valores da cultura e da sociedade brasileira é abrangente e inclui a violência, a injustiça, o desemprego, a fome e a higiene pessoal, alcançando os espaços públicos e a vida urbana. A limpeza pode ser entendida como moralidade, sendo o trabalho de limpar uma tarefa hercúlea e interminável, a ser permanentemente retomada. No contexto da casa brasileira, “(...) limpar é uma marca ou sinal de identidade e de bem estar social e psicológico” (DaMatta, 2004).

O alcance destes textos formadores de bons cidadãos se inclinava inicialmente às classes mais altas, com a intenção de, justamente, distingui-las do restante da população através do refinamento de seus modos e maneiras. Nesse sentido, o conceito de etiqueta pode evidenciar características relevantes para a compreensão da importância desses manuais na modernidade. O termo etiqueta deriva do francês *étiquette*. Na definição do “Dicionário Aurélio”, etiqueta é o “(...) conjunto de cerimônias usadas na corte ou na casa de um chefe de Estado; formas cerimoniais do trato social; formalidade, protocolo; rótulo para designar o que algo é, ou contém” (Ferreira, 2004, p. 383).

Em “A sociedade de corte”, Elias ([1969] 2001) analisa a noção de etiqueta nas relações sociais existentes no Antigo Regime, na tentativa de compreender a sociedade de corte. Seu objeto principal de análise é o reinado de Luís XIV, o Rei Sol, que governou a França de 1643 a 1715 e construiu, dentre outras obras, o Palácio de Versalhes. O historiador Roger Chartier (2001), no prefácio de “A sociedade de corte”, afirma que Elias ([1969] 2001) analisa uma história que “(...) não diz respeito a indivíduos, supostamente livres e únicos, mas

às posições que existem independentemente deles e às dependências que regulam o exercício de sua liberdade” (Chartier, 2001, p. 7). Elias ([1969] 2001) estuda não um monarca, mas sua função, e analisa a corte como tendo um papel central na organização do conjunto das relações sociais, buscando compreender a sociedade que se organiza inteiramente a partir dela.

Para Elias ([1969] 2001), a sociedade de corte valorizava mais a posse de um título de nobreza do que a riqueza; pertencer à corte do rei era algo extremamente valioso na escala dos valores sociais. Os juízos de valor eram submetidos ao olhar dos outros, de modo que o que era digno de esforço dependia não só da avaliação do indivíduo, mas, sim, da confirmação de que aquilo era realmente valioso também aos olhos da sociedade. Este sistema tornava praticamente impossível ao indivíduo não competir pelas oportunidades tidas como socialmente estimadas, dentre as quais a mais importante era a relação com o rei.

Para Revel ([1986] 2009), o privilégio da eminência social cobrava dos nobres uma irrestrita submissão à autoridade do rei, envolvendo-os em um código que determinava comportamentos segundo a posição do indivíduo numa hierarquia rigorosa, na qual a etiqueta tinha o papel de regulamentar a disciplina imposta a todos. O soberano vigiava os cortesãos e eles mesmos vigiavam uns aos outros, em um controle incessante. “(...) a corte faz da aparência sua regra social”, afirma Revel ([1986] 2009, p. 197), e o reconhecimento coletivo vinha através da vigilância de uns sobre os outros a fim de assegurar o respeito à etiqueta, à vestimenta, à palavra, à apresentação do corpo. Qualquer ameaça à posição que os cortesãos ocupavam, bem como qualquer perda de privilégio, significava para eles “(...) um esvaziamento de sentido de suas existências” (Elias, [1969] 2001, p. 95), transformando a sociedade de corte em cumpridora de um sistema carregado de tensões e disputas por prestígio.

O rei Luís XIV se valia dessa disputa entre os membros da corte para reafirmar seu poder e consolidar sua posição de governante, e “(...) aproveitava suas atividades mais particulares para marcar as diferenças de nível, distribuindo suas distinções, provas de favorecimento ou de desagrado” (Elias, [1969] 2001, p. 102), tendo a etiqueta uma função simbólica de grande importância na estrutura

dessa sociedade de corte e na forma do rei governar. Na busca por poder, *status* e prestígio na corte, os indivíduos mantinham-se em alerta (Rocha, Frid e Corbo, 2016). Quem participava dessa estrutura hierárquica era obrigado a realizar um cerimonial que, segundo Elias ([1969] 2001) era um fardo para todos os envolvidos. Embora contrariados, todos cumpriam a etiqueta, não apenas porque o rei exigia, mas porque dela dependia a existência social dos indivíduos da corte, e romper com ela significaria romper com suas condições aristocráticas.

Os privilegiados, envolvidos na rede do cerimonial, mantinham-se mutuamente nesta situação, embora a suportassem a contragosto. A pressão dos que pertenciam a um nível inferior (...) obrigava os que usufruíam de mais direitos a conservar seus privilégios. E, pelo lado oposto, a pressão de cima forçava quem estava sujeito a ela a empenhar-se para escapar; em outras palavras, impelia-os também para a esfera da concorrência por *status*. (...) O príncipe não queria ceder seu lugar ao duque, que não queria ceder o seu ao marquês, e todos eles juntos, constituindo a *noblesse*, não queriam e nem podiam ceder seu lugar àqueles que não eram nobres e tinham de pagar impostos. Uma atitude alimentava a outra; assim, graças ao fenômeno da pressão e da contrapressão, a engrenagem social se equilibrava. (Elias, [1969] 2001, p. 105).

Qualquer mudança nessa hierarquia significava uma mudança na etiqueta, de modo que, para Elias ([1969] 2001), a engrenagem da corte se mantinha alimentada pelas necessidades de prestígio e pelas tensões renovadas pela competição na própria corte. Essa competição também obrigava os participantes a manterem suas emoções controladas, “(...) em favor de uma atitude precisamente calculada, com variações sutis no convívio entre as pessoas” (Elias, [1969] 2001, p. 126). O comportamento demandado da nobreza também era cumprido por Luís XIV, que utilizava a etiqueta não apenas como instrumento de distanciamento, mas também como forma de dominação de seus súditos. Elias ([1969] 2001) cita um trecho das “Memórias” do próprio Luís XIV para demonstrar isso:

Estão grandemente enganados aqueles que imaginam tratar-se aí apenas de questões de cerimônia. Os povos sobre os quais reinamos, não podendo penetrar o fundo das coisas, pautam em geral seu julgamento pelo que veem exteriormente, e o mais frequentemente é pelas primazias e posições que medem seu respeito e sua obediência. Como é importante para o público ser governado apenas por um único, também é importante para ele que este que exerce essa função seja elevado de tal maneira acima dos outros que não haja ninguém que possa confundir ou comparar-se com ele, e podemos, sem sermos injustos para com o corpo do Estado, retirar-lhes as menores marcas de superioridade que o distingue dos membros. (Elias, ([1969] 2001, p. 132).

Em sua análise, Elias ([1969] 2001) faz uma comparação entre a atitude da sociedade de corte e da burguesia em relação ao ganho e ao gasto de dinheiro. As famílias burguesas submetem as despesas às receitas, procurando manter o consumo abaixo do que se recebe e garantindo o êxito social a partir de uma estratégia de ganhos e despesas no longo prazo. Na sociedade de corte, a lógica de prestígio é outra, há um consumo em função do *status*: gasta-se de acordo com o nível social possuído ou almejado. Segundo Elias ([1969] 2001), “(...) até o fim do século XVIII (...) o termo ‘*économie*’, no sentido de submeter os gastos aos rendimentos e à restrição planejada do consumo a fim de economizar, tem um sabor de desprezo nas bocas de aristocratas da corte” (Elias, [1969] 2001, p. 86).

Aqui encontramos um outro sistema social de normas e valores, cujos mandamentos são obrigatórios para os indivíduos, a não ser quando eles renunciam à convivência em seu círculo de sociedade, à participação em seu grupo social. Tais normas não podem ser esclarecidas a partir de um mistério encerrado no peito de grande número de homens singulares; elas só podem ser esclarecidas em conexão com a figuração específica que os muitos indivíduos formam conjuntamente, e com as interdependências específicas que os ligam uns aos outros. (Elias, [1969] 2001, p. 85).

Para Thorstein Veblen ([1924] 1988, p. 36), o princípio geral do sistema convencional de consumo estabelece que a classe servil industrial consome o necessário à sua subsistência e nada mais do que isso, ficando os luxos e confortos da vida pertencentes à classe superior. Essa diferenciação se observa inclusive na alimentação, sendo certos alimentos e bebidas estritamente reservados à classe superior. Segundo Veblen ([1924] 1988), o consumo de bens de maior excelência se torna honorífico, uma prova de riqueza, de modo que passa a determinar a maneira de viver, a educação e a atividade intelectual. Há que se cultivar o gosto a fim de se distinguir o nobre do ignóbil.

Torna-se ele (*o nobre*) assim um *connnoisseur* dos vários graus de valor dos alimentos, das bebidas e dos adornos masculinos, do vestuário adequado, da arquitetura, das armas, dos jogos, das danças e dos narcóticos. Esse cultivo do senso estético requer tempo e esforço; portanto, ele tende a transformar sua vida de ócio num aprendizado mais ou menos árduo para uma vida correta de ócio ostensivo. Estreitamente ligado ao requisito de livre consumo da espécie correta de bens existe um outro requisito; ele deve saber consumi-los de modo adequado. Sua vida de ócio deve ser corretamente conduzida. Daí o aparecimento das boas maneiras. (Veblen, [1924] 1988, p. 38).

Para Veblen ([1924] 1988), nas “modernas comunidades civilizadas” a demarcação entre as classes sociais é “vaga e transitória”, e os códigos da boa

reputação são impostos pela classe superior. As classes mais baixas entendem como “ideal de decência” os esquemas de vida impostos pela classe mais alta. “Sob pena de perder seu bom nome e respeito próprio em caso de fracasso, devem eles, pelo menos na aparência, conformar-se com o código aceito” (Veblen, [1924] 1988, p. 41).

Essa abordagem das classes subordinadas buscando pertencer às classes superiores através da imitação, enquanto as classes superiores renunciam aos antigos marcadores para abraçar novos, buscando diferenciação, está presente também na teoria do *trickle-down* de Georg Simmel e retomada por Grant McCracken (2003) em sua obra “Cultura e Consumo”.

1.2. Comportamento e consumo

Em “Cultura e Consumo”, McCracken (2003) faz uma análise histórica do consumo a partir de três momentos decisivos: o período elisabetano na Inglaterra do século XVI, o *boom* no século XVIII e a consolidação do consumo no século XIX. No reinado de Elisabeth, que governou de 1558 até sua morte, em 1603, houve a criação de espetáculos teatrais dedicados à monarca e ao engrandecimento de seu poder na corte. Para obter a atenção da rainha, os nobres eram persuadidos a abandonar seus sítios no campo e irem à corte, passando a conviver em um ambiente socialmente competitivo ao qual não estavam habituados. O distanciamento da sua localidade tornava os nobres cada vez mais dependentes do favor real e os levava a um excesso esbanjador de consumo como forma de obter posição social. Hábitos e comportamentos considerados adequados eram associados ao consumo como meios de manutenção ou elevação do *status* social.

Enquanto no período elisabetano o consumo era, em grande parte, restrito aos nobres, no século XVIII cresce o número de pessoas que se tornam aptas a consumir. Houve, nas palavras de McCracken (2003), um crescimento explosivo do consumo no espaço e no tempo, com o consumo “(...) começando a se instalar em mais lugares, sob novas influências, desempenhado por novos grupos, em busca de novos bens e em função de novos propósitos sociais e culturais” (McCracken, 2003, p. 43). No século XIX, a transformação – iniciada no século

XVI e que se expandiu no século XVIII – já era um fato social permanente, segundo o autor. Sociedade e consumo passam a estar intimamente ligados em uma relação dinâmica, contínua e permanente, conduzindo uma “(...) perpétua transformação do Ocidente” (McCracken, 2003, p. 43).

O que seria, afinal, o consumo? Na definição do “Dicionário Aurélio”, consumo é “(...) ato ou efeito de consumir, de gastar; uso de mercadorias e serviços para satisfação de necessidades e desejos humanos” (Ferreira, 2004, p. 261). Já o verbete consumir tem como significados “(...) corroer até a destruição, destruir; gastar (bens de consumo ou produção) pelo uso; adquirir bens de consumo ou produção” (Ferreira, 2004, p. 261). De acordo com Livia Barbosa e Colin Campbell (2006), o termo consumo deriva do latim *consumere*, que significa usar tudo, esgotar e destruir, e do termo em inglês *consummation*, que significa somar e adicionar. Para Barbosa e Campbell (2006), no Brasil o significado de consumo ficou mais próximo da dimensão negativa, visto como “(...) alienação, falta ou perda de autenticidade e um processo individualista e desagregador”, moralmente inferior ao campo da produção, do trabalho (Barbosa e Campbell, 2006, p. 21). Enquanto não trabalhar é um estigma, não consumir seria uma qualidade. Everardo Rocha ([1985] 2010) observa que se fala em Revolução Industrial como algo sério e positivo e, em sociedade de consumo de forma pejorativa.

McCracken (2003) defende que a “grande transformação” do Ocidente incluiu não somente uma Revolução Industrial, mas também uma revolução do consumo. O autor define o consumo moderno como sendo um artefato histórico, cujas características atuais são resultado de séculos de mudanças sociais, econômicas e culturais no Ocidente. Assinala que cultura e consumo têm uma relação sem precedentes no mundo moderno e observa o consumo como um fenômeno totalmente cultural.

Para McCracken (2003), consumo é muito mais amplo do que o ato de comprar, e sua definição deve incluir os processos pelos quais os bens e serviços de consumo são criados, comprados e usados. Os bens de consumo são carregados de significado cultural, e os consumidores utilizam esse significado com propósitos também culturais. Nas sociedades desenvolvidas ocidentais a cultura é

profundamente ligada e dependente do consumo. Desse modo, o autor dialoga com a clássica definição de Mary Douglas e Baron Isherwood ([1978] 2013), que mostraram que os bens são neutros, seus usos são sociais.

De acordo com Everardo Rocha⁹, nas pesquisas que investigam as origens do ser humano a primeira pergunta a ser feita quando um objeto é encontrado é se ele é um fato geológico ou um artefato. A diferença entre fato geológico e artefato se dá na sua relação com o conjunto: enquanto o primeiro é aleatório, o segundo adquire seu significado ao fazer parte de um conjunto no qual os objetos estabelecem relações entre si, dotando-os, assim, de sentido recíproco. Essa ideia fornece uma chave importante para a compreensão do que é consumo, onde nada tem significado isoladamente, ainda que pareça. Diferentemente dos demais seres que sabem o que fazer a partir do seu nascimento, pois são biologicamente determinados, o ser humano precisa ser moldado culturalmente. Como fenômeno cultural, o consumo só existe para o outro, em um grupo; ele se explica somente pelo coletivo. Nada existe como cultura material enquanto não for socialmente compartilhado.

Para Douglas e Isherwood ([1978] 2013), nada tem valor por si mesmo, já que este valor é conferido pelos juízos humanos. Assim, o valor de cada coisa depende do seu lugar em relação a objetos complementares. Os bens são como bandeiras que assinalam os alinhamentos sociais, alinhamentos esses que regem a vida social. Mas, ainda segundo os autores, os bens de consumo não são meras mensagens; eles constituem o próprio sistema, de modo que, se tirados da interação humana, tudo é desmantelado. O argumento é que todos os bens são portadores de significado, mas nenhum o é por si mesmo. “O significado está nas relações entre todos os bens, assim como a música está nas relações marcadas pelos sons e não em qualquer nota” (Douglas e Isherwood, [1978] 2013, p. 118).

Para McCracken (2003) os bens funcionam também como instrumentos de mudança e carregam um registro de categorias e de princípios culturais. Sendo assim, a primeira atitude de um grupo que intenciona inovar é dispensar os bens

⁹ Anotações feitas em aula durante a disciplina COM 2515, Comunicação e práticas de consumo, ministrada pelo Prof. Dr. Everardo Rocha no segundo semestre de 2015 no PPGCOM da PUC-Rio.

de consumo que carregam sua definição convencional. Em seguida, começa a adotar os bens de outros grupos, para assim experimentar e talvez se apossar das propriedades significativas que neles residem.

Para Rocha ([1985] 2010), o domínio do consumo é aquele no qual homens e objetos são postos em contato, e é pelo consumo que algumas das práticas mais humanas encontram espaço de realização. “Pelo consumo, os objetos diferenciam-se diferenciando (...) os homens entre si. O consumo é, no mundo burguês, o palco das diferenças” (Rocha, [1985] 2010, p. 84).

Para Campbell (2006), a definição de consumo e da razão de consumirmos tem uma série de respostas amplamente aceitas, desde a satisfação de necessidades até a emulação dos outros, a busca do prazer, a defesa ou a afirmação de um *status* etc. Contudo, ao procurar entender por que o consumo tem tanta importância na vida das pessoas, conclui-se que talvez esteja suprimindo uma função muito mais importante do que apenas satisfazer motivos ou intenções específicos que incitam seus atos individuais. Em outras palavras, é possível que o consumo tenha uma dimensão que o relacione com as mais profundas e definitivas questões que os seres humanos possam se fazer, questões relacionadas com a natureza da realidade e com o verdadeiro propósito da existência – questões do “ser e saber”.

O consumo se torna uma questão cultural, simbólica, definidor de práticas sociais, modos de ser, diferenças e semelhanças, sendo um fenômeno típico da experiência social da modernidade (Rocha, [2004] 2013). Nessa perspectiva, consumo e etiqueta estão intimamente relacionados. Ambos estão diretamente ligados à questão do comportamento. Ao consumir, os indivíduos não buscam apenas a posse de um objeto; possuir determinados objetos diz algo sobre os grupos em que são inseridos, representando identidades culturais, desejos, modos de vida e aspirações sociais.

Assim, o consumo aproxima-se do “tornar-se civilizado” que os manuais de civilidade e etiqueta vêm tentando ensinar ao longo dos séculos. Como vimos na análise de Elias ([1939] 2011), a forma como nos relacionamos não expressa a “natureza humana”, o tratamento que dispensamos cotidianamente uns aos outros

é resultado de condicionamentos, de “adestramentos” da sociedade. Esse treinamento social, cultural e extensivo às práticas corriqueiras e banais, como também as situações excepcionais e ritualísticas, nos tornam civilizados em razão do desejo de nos portarmos como um determinado grupo, com objetivo de nos inserirmos e demonstrarmos que o dinheiro, em algumas circunstâncias, e as boas maneiras, em inúmeras outras, possibilitam o acesso a uma determinada camada da sociedade.

Tanto os nobres participantes do cerimonial na sociedade de corte de Luís XIV, quanto aqueles que consumiam buscando prestígio na era elisabetana, desejavam o pertencimento, ora através do consumo, ora através da etiqueta (Rocha, Frid e Corbo, 2016). Os manuais de civilidade, estudados nesta pesquisa, oferecem aos leitores a promessa de acesso aos modos corretos de se inserirem em uma sociedade moderna e, nela, se ajustarem adequadamente.

2.

O Brasil colonial e a “civilidade” da corte portuguesa

Em “Casa-grande e senzala”, Gilberto Freyre ([1933] 2006) analisou o período colonial brasileiro desde suas origens, com a chegada dos portugueses, até seu final, no começo do século XIX. Para ele, “(...) a colonização do Brasil se processou aristocraticamente – mais do que a de qualquer outra parte da América”, com o português se tornando o senhor das terras mais vastas, dono do maior número de escravos do que qualquer outro colonizador da América, e que “(...) fundou a maior civilização moderna nos trópicos” (Freyre, [1933] 2006, p. 266).

No período que envolve a “descoberta” da América no século XV até o século XVII, os padrões de higiene na Europa, vistos com os valores de hoje, eram baixíssimos, de modo que portugueses e franceses sentiram o contraste ao encontrarem um povo asseado, que lavava suas roupas sujas no rio e “(...) cuja maior delícia era o banho de rio” (Freyre, [1933] 2006, p. 182). Citando, não por acaso, a corte do Rei Sol e o tratado de Erasmo de Rotterdam, que vimos no capítulo anterior, Freyre explica que

(...) o rei Luís XIV quando lavava as suas (*mãos*) era com um pouco de álcool perfumado, uns borrifos apenas; que um manual francês de etiqueta do século XVII aconselhava o leitor a lavar as mãos uma vez por dia e o rosto quase com a mesma frequência; que outro manual, do século anterior, advertia os jovens da nobreza a não assoarem o nariz à mesa com a mão que estivesse segurando o pedaço de carne; que em 1530 Erasmo considerava decente assoar-se a pessoa a dedo, uma vez que esfregasse imediatamente com a sola do sapato o catarro que caísse no chão; que um tratado de 1539 trazia receitas contra os piolhos, provavelmente comuns em grande parte da Europa. (Freyre, [1933] 2006, p. 182).

Em sua análise sobre o Brasil colonial, Freyre ([1933] 2006) sustenta sua argumentação em uma extensa pesquisa dos relatos de viajantes sobre o país. Para a historiadora Ana Maria Mauad (1997), “(...) foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrrou, ao mesmo tempo que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem” (Mauad, 1997, p. 184). Segundo a autora, o fato de um viajante ter sido a testemunha ocular de um evento ou hábito cotidiano qualquer garante a sua narrativa teor incontestável.

O que os viajantes têm em comum? Num primeiro momento, seu olhar de observadores externos enquadra com clareza quase classificatória tipos, costumes, normas de comportamento. Passado algum tempo, a vivência cotidiana leva-os a se misturar ao ambiente visitado, se tornar íntimos de gente da terra, se familiarizar com as rotinas e os problemas da cidade. Reclamam do calor, dos mosquitos, das chuvas torrenciais, da sujeira das ruas, do descaso das autoridades, dos cocheiros e dos caminhos para os diferentes sítios, da situação política. Nesse movimento, não só figuram um Brasil, como ensinam a figurá-lo, a descrevê-lo. (Mauad, 1997, p. 187).

Freyre ([1933] 2006) analisa, por exemplo, o relato de John Luccock, comerciante inglês que esteve no Brasil no começo do século XIX. Segundo ele, Luccock contava que muitas baronesas do Império eram analfabetas, sem modos, cuspiam no chão, enquanto os meninos eram forçados a se comportar como gente grande: “(...) o cabelo bem penteado, às vezes frisado à Menino Jesus; o colarinho duro; calça comprida; roupa preta; botinas pretas; o andar grave; os gestos sisudos; um ar tristonho de quem acompanha enterro” (Freyre, [1933] 2006, p. 499). De acordo com Luccock, as crianças eram meninos até os dez anos de idade; depois disso, tornavam-se rapazes, usando trajes de homens feitos e adquirindo vícios de adultos. No auge da sociedade patriarcal, a preparação de meninos para se tornarem senhores consistia na adoção de comportamentos austeros.

Freyre ([1933] 2006) se baseia neste e em outros relatos de viajantes que estiveram no Brasil no começo do século XIX para observar a ausência de alegria nas crianças do sexo masculino, cuja educação parecia “(...) reduzir-se a esta função melancólica: destruir nos pequenos toda a espontaneidade” (Freyre, [1933] 2006, p. 500). O choque dos viajantes com crianças que não cumpriam um período de educação e amadurecimento protegido antes da entrada no mundo adulto, o “sentimento de infância”, como definiu Ariès (1981), decorre da naturalização de práticas sociais da modernidade europeia. Os estranhamentos dos viajantes com a “adultização” das crianças está relacionado, portanto, com as dificuldades de compreensão de uma outra forma de ser criança.

Na casa-grande brasileira, até os cinco anos, os meninos “de família”, quer dizer, das classes nobres, andavam nus, “(...) do mesmo modo que os moleques; mais tarde é que vinham as roupas pesadas e solenes distinguir os filhos-família dos molecotes da senzala. Roupas de homem” (Freyre, [1933] 2006, p. 500). A

criança branca foi vítima do esnobismo dos barões e sujeita às regras de comportamento da época, regras essas presentes em manuais:

A outros tormentos esteve obrigada a criança branca – e até a preta ou mulata, quando criada pelas iaiás das casas-grandes. “A sociedade tem também sua *grammatica*”, escreveu em 1845 o autor de certo *Código do bom-tom* que alcançou grande voga entre os barões e viscondes do Império. Os quais, para tomarem ar de europeus, não só deram para forrar os tetos das casas-grandes – até então, de telha-vã - como para adotar regras de bom-tom francesas e inglesas na criação dos filhos. E adotá-las com exageros e excessos. (...) Ele (*o filho do barão*) que nos dias de festa devia apresentar-se de roupa de homem, e duro, correto, sem machucar o terno preto em brinquedo de criança. Ele que em presença dos mais velhos devia conservar-se calado, um ar seráfico, tomando a benção a toda pessoa de idade que entrasse em casa e lhe apresentasse a mão suja de rapé. Ele que ao pai devia chamar “senhor pai” e à mãe “senhora mãe”: a liberdade de chamar “papai” e “mamãe” era só na primeira infância. (Freyre, [1933] 2006, p. 509).

Freyre ([1933] 2006) sugere que os manuais de etiqueta – oriundos da Europa – instruíam os meninos, em situações de festa ou na presença de visitas, a não se comportarem de maneira infantilizada. No Brasil, contudo, houve exagero na adoção dessas regras, e os viajantes notavam o excessivo rigor com que os mais novos eram submetidos às condutas consideradas mais corretas e civilizadas, em razão de ter sua origem nas metrópoles. De acordo com as historiadoras Cristiane Cecchin e Maria Teresa Cunha (2007), o “Código do Bom Tom” a que Freyre se refere é um dos mais antigos manuais da época, publicado em 1845. De autoria do cônego presbítero português J. I. Roquette, o manual normatizava os rituais do Brasil Imperial e se tornou leitura obrigatória de uma aristocracia brasileira “(...) quase selvagem e distante dos grandes centros” (Cunha, 2004, p. 1).

Freyre ([1933] 2006) relata que os filhos só podiam fumar na presença do pai depois de casados; fazer a barba pela primeira vez requeria licença especial, apenas concedida se os pelos do buço e a penugem da barba realmente demandassem tal asseio. À menina, criada sob a tirania dos pais, “(...) negou-se tudo que de leve parecesse independência” (Freyre, [1933] 2006, p. 510). A menina respondona ou saliente era castigada com beliscões, pois devia se comportar de forma acanhada, com “ar humilde”, até que a tirania do ambiente patriarcal fosse substituída pela tirania do marido.

Ao longo do século XIX, com o declínio da sociedade patriarcal ortodoxa, o duro costume de se dirigir a pai e mãe como “senhor” e “senhora” foi sendo modificado, assim como o rígido tratamento colonial das mulheres chamarem o marido de “senhor”. “Até então, esposas e filhos se achavam quase no mesmo nível dos escravos” (Freyre, [1933] 2006, p. 509). No vestuário, meninos, homens e mulheres continuaram, ao longo do século XIX, a se trajar como se estivessem de luto. As roupas usadas no Brasil demoraram muito até serem adaptadas ao clima. O traje adequado para frequentar missas e ir à escola era preto, “(...) felpudo, espinhento e solene” (Freyre, [1933] 2006, p. 504), com os homens usando cartola desde as sete horas da manhã.

Enquanto “Casa-grande e senzala” descreve o Brasil colonial, sobretudo a região Nordeste, o estudo de Luiz Felipe de Alencastro (1997) foca no Rio de Janeiro imperial, com a corte da monarquia e uma série de acontecimentos que se desenrolam em um cenário que ele chama de paradoxo fundador da história nacional brasileira. Em seu artigo “Vida privada e ordem no Império”, publicado em “História da vida privada no Brasil, volume 2: Império”, o historiador descreve o Rio de Janeiro a partir da chegada da corte portuguesa, em 1808, como centro cultural, político e econômico do Brasil no século XIX, dotado de uma preeminência que, segundo ele, nenhuma outra cidade brasileira jamais viria a ter. O paradoxo a que Alencastro (1997) se refere reside no fato de que uma cidade que se apresentava como polo civilizador da nação era também onde o escravismo assumia um caráter extravagante, “(...) tornando emblemático o desajuste entre o chão social do país e o enxerto de práticas e comportamentos europeus” (Alencastro, 1997, p. 10).

A vinda da corte trouxe consigo um enorme aparato administrativo de Portugal, algo em torno de quinze mil pessoas, que se transferiram com a corte para ocupar os empregos por ela gerados. Esse aumento populacional, aliado às embaixadas estrangeiras, ao comércio marítimo, às escalas de viajantes que cruzavam o oceano Atlântico, além da vinda da corte em si, culminou em uma procura por moradias, bens e serviços e um “(...) mercado de hábitos de consumo relativamente europeizados” (Alencastro, 1997, p. 36). Não podemos esquecer

que o Rio de Janeiro durante mais de uma década foi a única capital de um império europeu que existiu fora da Europa.

Mais adiante, em 1850, de acordo com Alencastro (1997), com o cessar do tráfico de escravos africanos, o retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação – que, até então, eram reservadas para financiar esse contrabando –, causou um efeito imediato na balança comercial e na balança de pagamentos do Império. Houve um forte acréscimo na entrada de importados, como bens de consumo duráveis e semiduráveis, supérfluos e joias, destinados aos consumidores da corte (Alencastro, 1997).

2.1.

Regras do consumo, regras de etiqueta

Naquele mesmo ano, 1850, foi inaugurada uma linha regular de navio a vapor entre Liverpool, na Inglaterra, e o Rio de Janeiro; fizesse chuva ou sol, o envio de paquetes – cujo termo original é *packet boats*, “abrasileirado” em função da pronúncia – era feito pontual e regularmente. Alencastro (1997) mostra que no imaginário brasileiro o impacto da chegada regular de paquetes - e, sobretudo, os bens de consumo e as novidades da moda e dos costumes que traziam - foi tamanho que a menstruação das mulheres da época do Império e da República ficou conhecida como paquete, em referência ao ciclo de 28 dias que as mercadorias levavam da Inglaterra até o Rio de Janeiro. “O tempo imperial entra em sincronia com o tempo da modernidade europeia” (Alencastro, 1997, p. 38).

No quinquênio 1850-1855, a importação de uma enorme gama de produtos aumentou significativamente. Cavalos ingleses e árabes foram importados da Inglaterra para passeios; a importação de joias e objetos de ouro e prata cresceu quase três vezes, se comparada ao quinquênio anterior, de 1845-1850. No mesmo período, a importação de artigos “não especificados”, que Alencastro (1997) supõe serem pianos, conforme veremos a seguir, e toda sorte de novos bens de consumo, portanto ainda não classificados, cresceu sete vezes.

A movimentação internacional se dava não apenas através das importações, mas também a partir dos viajantes que por aqui obrigatoriamente passavam, inclusive em função da corrida do ouro na Califórnia. Naquela época,

para ir de Nova Iorque a São Francisco, nos Estados Unidos, considerando que não havia ainda o Canal do Panamá, aberto em 1914, uma das opções era descer de navio a América do Sul do lado Atlântico, para depois subir pela costa do Pacífico. Essa opção requeria com frequência escala na Bahia e no Rio de Janeiro, de modo que, de acordo com Alencastro (1997), mais de oito mil americanos haviam passado pela Baía de Guanabara apenas nos cinco primeiros meses de 1849.

Apesar de este movimento ter contribuído para agregar o porto do Rio de Janeiro ao comércio exterior norte-americano, “(...) o estabelecimento do Segundo Império na França (1852-1870) dá ao Segundo Reinado um novo tom de modernidade e confirma o francesismo das elites brasileiras” (Alencastro, 1997, p. 43). Um exemplo disso é o “Jornal das Famílias”: impresso em Paris e publicado no Rio de Janeiro por um editor francês aqui estabelecido, a publicação era repleta de gravuras coloridas francesas e contos de Machado de Assis, na tentativa de combinar os costumes de lá com a cultura de cá.

No quesito musical, os instrumentos europeus mais comuns no país até meados do século XIX eram flauta, rabeca e violão. O piano era praticamente desconhecido, restrito a sobrados do Rio de Janeiro, Recife e Bahia. Tais instrumentos, na ausência de uma cultura musical europeia, eram fortemente influenciados pelos ritmos e sons afro-brasileiros, derivados da onipresença da escravidão na sociedade da época. Entretanto, em 1850, aumentam as importações de piano, como vimos anteriormente, e este se tornou a “(...) mercadoria-fetichê dessa fase econômica e cultural” (Alencastro, 1997, p. 46); visto como difícil de ser copiado, ao contrário dos demais instrumentos, o piano logo foi cunhado como um produto industrial sofisticado, e foi desenvolvido um importante mercado que denota a necessidade da sociedade do Rio de Janeiro de se distinguir através de objetos que pudessem lhe conferir *status*.

Em uma sociedade que cada vez mais saía às ruas e configurava um mercado consumidor crescente, a publicidade assumia um papel relevante. Para Mauad (1997), “(...) a destacada presença da publicidade na corte aponta para um mercado consumidor bastante movimentado já na década de 1850. Trinta anos depois os anúncios, que já ultrapassavam as folhas dos jornais diários, invadiam

os muros e espaços vazios da cidade” (Mauad, 1997, p. 202). Tais anúncios eram marcados por imagens, os produtos estavam sempre acompanhados de desenhos ou descrições que permitissem uma visão clara do que seria consumido.

Logo surgem os primeiros sinais do assanhamento consumista: “Aluga-se um lindo piano inglês, por não se precisar dele”, anuncia, já em 1851, um morador da corte. Se não precisava, por que comprou? Porque dava *status*, porque era moda, a moda, anunciando os 25 anos, a maioridade efetiva de d. Pedro II, o fim da africanização do país e da vexaminosa pirataria brasileira, o prenúncio de outros tempos e dos novos europeus que iriam imigrar para ocidentalizar de vez o país. (...) De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório – as duas características que fazem desde então a felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada –, o piano apresentava-se como o objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incaracterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas - o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo. (Alencastro, 1997, p. 47).

Os importadores de pianos franceses e ingleses travaram forte concorrência para explorar o potencial do consumo brasileiro de mercadorias caras e sinônimo de ostentação, e neste embalo entra também nos sobrados e fazendas o papel de parede importado. “Novidades nacionais e estrangeiras recebiam a aprovação da sociedade e da imprensa da corte – transformando-se em moda imperial –, e daí irradiavam para o resto do país” (Alencastro, 1997, p. 50). Passam a fazer parte da vida imperial também a ópera, com seus cantores italianos, e peças satíricas nacionais, apresentadas no intervalo de peças mais célebres e que “(...) assumiam sem complexos o grotesco do sadismo escravocrata” (Alencastro, 1997, p. 51). Outra influência italiana, o Carnaval, trazido de Veneza em meados de 1840, passou a ser a “festa do salão branco e segregado” (Alencastro, 1997, p. 52), separando-se do entrudo, festa popular e negra (embora de origem europeia, vinda de Portugal), tida como festa da rua.

Na época, um editorial do “Jornal do Commercio” dizia que o Carnaval era mil vezes preferível ao entrudo, porque era mais próprio de um povo civilizado, “civilizado porque mais europeu” (Alencastro, 1997, p. 52), além de menos perigoso à saúde, já que no entrudo fazia parte da brincadeira jogar coisas uns nos outros, e os foliões arriscavam-se a receber pauladas de capoeiristas, odores dos limões de cheiro (bolas com águas perfumadas) e até urina.

Ao contrário do entrudo popular, no Carnaval a entrada era paga, e havia um desfile de carros alegóricos e utilização de máscaras venezianas, à moda italiana. A festa passou a ser realizada em clubes privados, apenas para os sócios, incorporando figuras carnavalescas tipicamente italianas como Pierrô, Arlequim e Colombina. Os bailes de Carnaval de salão, com seus ingressos pagos, tornaram-se marca de distinção, “coisa de gente fina” (Alencastro, 1997, p. 53), deixando de lado o entrudo frequentado pelo grande público nas ruas.

Coisa de gente fina também eram os sapatos, exclusivos dos livres e libertos. Não bastava ter dinheiro para adquiri-los; mesmo os escravos de ganho não podiam calçar sapatos, demarcando claramente a distinção entre quem podia ou não possuir esse bem. Esses escravos, que realizavam tarefas remuneradas a terceiros e repassavam parte da quantia recebida ao seu senhor, muitas vezes, conseguindo formar um pecúlio que resultava na compra de sua liberdade, tinham meios para usufruir de muitos bens: “(...) calças bem postas, paletó de veludo, relógio de algibeira, anel com pedra, chapéu-coco e até fumar charuto” (Alencastro, 1997, p. 79), mas tinham de andar descalços.

Em 1850, tal regra resultou em um grande conflito de saúde: surtos de cólera eram frequentes na cidade, acometendo principalmente pessoas mais modestas e mal instaladas, como os escravos e os proletários portugueses. A necessidade de tomar medidas de prevenção esbarrava nas fronteiras sociais, pois um dos preventivos aconselhados durante os surtos de cólera sugeria o uso de sapatos. “Numa cidade cheia de livres e libertos negros e mulatos que andavam ao lado de milhares de escravos, a iniciativa criaria uma bruta confusão. Como saber quem era quem, se todo mundo passasse a usar sapatos?” (Alencastro, 1997, p. 79).

Em uma sociedade em que, segundo o censo de 1872, 20% da população era negra e 38%, mulata, a questão da identidade e da aparência tornam-se fundamentais, organizando a estrutura das interações sociais. Os livres e libertos, na intenção de se diferenciarem dos escravos, desejavam parecer brancos e bem-apegoados. Profissionais como cabelereiros, droguistas (algo como farmacêutico de hoje) e fotógrafos, que prometiam mudar a aparência dos clientes, ganhavam espaço na corte.

A mudança na cena urbana também tem responsabilidade nesse aumento da preocupação com a aparência: o início da iluminação a gás no centro da cidade atraía para as ruas das casas famílias que antes frequentavam apenas as igrejas ou, quando muito, os teatros. Passa-se a frequentar cafés, confeitarias e restaurantes. Em 1874, cerca de dez mil casas dispunham de iluminação a gás, obrigando a população a rever seu modo de se vestir e se apresentar em casa e na rua.

No ambiente iluminado das casas, dos salões e dos cafés, a aparência individual devia revestir-se de novos atributos estéticos. Chapéus, luvas e vestidos, muitas vezes provenientes de estoques que as crises econômicas ou as viradas da moda haviam tornado invendáveis na Europa e nos Estados Unidos, são importados no Rio de Janeiro. Alguns desses adereços deixam entrever os hábitos e as expectativas íntimas das camadas ascendentes da sociedade imperial. (Alencastro, 1997, p. 85).

Na questão da aparência, algumas coisas importavam mais à sociedade, outras menos. De acordo com Alencastro (1997), a falta de dentes, por exemplo, não parecia representar grande dano estético, uma vez que era generalizada entre membros de um Império que se empanturrava de rapadura. Já a aparência racial era foco de atenção, inclusive com o uso de perucas de cabelos lisos e claros para disfarçar o cabelo tipicamente crespo do negro e do mulato. Quando a cabeleira postiça aristocrática, às vezes branca, empoada de talco, caiu em desuso na Europa, logo entrou na moda no Império para esconder o cabelo crespo. A vontade de parecer branco consistia em caracterizar a escravidão como exclusiva dos negros, embora não fosse verdade: o direito imperial brasileiro definia que o filho da escrava nascia escravo; sendo assim, nasciam escravos também brancos, frutos de relações entre escravas e seus senhores.

Além da preocupação com a aparência, normas de conduta e comportamentos começaram a despontar em crônicas de jornais e revistas, como modelos a serem seguidos. Tais publicações, voltadas às mulheres, relatavam os acontecimentos recentes em bailes frequentados pela corte, além de conselhos sobre o dia a dia. Tinham o papel de informar, mas também “conformavam certos tipos de comportamentos, os quais, criados na corte com base em referências estrangeiras, eram propagados pelas províncias como modelos a ser seguidos ou como normas de conduta” (Mauad, 1997, p. 209).

As províncias eram cidades como as produtoras de café do Vale do Paraíba, para as quais a corte era referência de bom gosto e cujo poder aquisitivo possibilitava um mercado consumidor crescente. A demanda por produtos importados e por serviços como os de fotógrafos e ligados a eventos culturais indicava que “(...) também na província o cotidiano se movimentava com base no consumo de bens simbólicos, ligados a um *habitus* de classe que se formulava” (Mauad, 1997, p. 211).

O Rio de Janeiro da corte era frequentado pelas senhoras dos fazendeiros de café, que faziam compras na rua do Ouvidor, iam ao teatro, buscavam tratamentos de saúde, tudo visando de replicar o comportamento de gente fina. A representação social almejada ocorria através do consumo de produtos e modismos da corte – e até mesmo do exterior. Os inventários de grandes fazendeiros da época demonstram ostentação no consumo, com predominância de prataria, joias, roupas finas e de importados. “Louças, móveis, roupas de cama e vestidos eram adquiridos muitas vezes por meio de catálogos das grandes lojas da corte ou até mesmo da França, especialmente a Galeria Lafayette” (Mauad, 1997, p. 212).

De acordo com Alexandra Keller (2004), em seu artigo “Disseminação da modernidade: representação e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência”, que faz parte da coletânea “O cinema e a invenção da vida moderna”, os catálogos de venda por correspondência contribuíram para disseminar a modernidade e deslocar o consumo da rua para o lar. Keller (2004), que tem como objeto de estudo os primeiros catálogos da loja de departamentos norte-americana *Sears*, afirma que a venda por correspondência levou a cidade para o campo, a loja de departamentos para o comprador e o mundo externo para o lar. Como mostra a análise de Karine Karam, Maria Carolina Medeiros e Bianca Dramali (2016), os catálogos invadiram a esfera privada, levando o consumo de mercadorias – até então uma atividade pública – para os lares.

Os catálogos eram repletos de instruções sobre como comprar, instruindo os consumidores sobre o que era ou não permitido nessa que se configurava uma nova prática social, assumindo um caráter pedagógico (Rocha, Frid e Corbo, 2016). A comunicação tinha um tom minuciosamente pensado para se dirigir ao

consumidor e instruí-lo: a abordagem inicial era feita com expressões íntimas e próximas como “querido amigo”, e demais expressões como “onde quer que você more” e “distância não é inconveniente” colaboravam para romper uma possível resistência a uma atividade até então não explorada. Nesse sentido, podemos articular, em diálogo com Mauad (1997), que assim como os manuais de etiqueta, os catálogos absorveram aspectos da linguagem publicitária, utilizando um enorme poder de persuasão a fim de, a partir do discurso utilizado, eliminar as barreiras, estimular o consumo e facilitar a experimentação, contornando qualquer tipo de objeção ao consumo.

O processo de compra mudou muito ao longo dos tempos e isso se refletiu na abordagem dos catálogos. Como mostra a análise de Karam, Medeiros e Dramali (2016), os primeiros catálogos eram extremamente discursivos e detalhados, mas na medida em que as pessoas foram se familiarizando com as práticas de consumo e se adaptando a esta nova didática, algumas instruções tornaram-se óbvias e, aos poucos, foram suprimidas. Nos catálogos, era comum ver abordagens por gênero, sugerindo às mulheres que seguissem a tendência das europeias de manterem seus corpos “frágeis” e uma pele pálida como sinônimo de feminilidade. A seção feminina era a primeira a ser exibida e retratava as mulheres em aglomerados, reforçando a ideia de modernidade e cultura de massa, transmitindo a noção de que a mulher ganhou espaço no século XIX. Assim, os catálogos podem ser considerados uma mídia de caráter pedagógico que englobou o campo na cidade, inverteu a lógica de público e privado e mostrou à sociedade como se comportar. Os catálogos continham uma linguagem publicitária com enorme poder de persuasão e estímulo às compras, “(...) com comandos que eliminavam as barreiras (...) e facilitavam a experimentação” (Karam, Medeiros e Dramali, 2016, p. 7).

Em sua abordagem pedagógica visando ensinar os indivíduos a consumir, os catálogos em muito se assemelham aos manuais de etiqueta. Nos catálogos, as instruções que se tornam óbvias para o consumidor não precisam mais ser escritas, afinal, passam a ser naturalizadas pela recorrência, alcance e expansão das práticas de consumo no dia a dia. Nos manuais, ocorre a mesma coisa: na medida em que há um condicionamento, uma naturalização dos hábitos que tornam

alguém civilizado, essas mesmas regras não precisam mais ser escritas, passando-se a outras novas que ainda precisem ser aprendidas.

A relação entre práticas de consumo e manuais de etiqueta não se dá apenas no exemplo dos catálogos. Alencastro (1997) afirma que o tempo imperial entra em sincronia com o tempo da modernidade europeia; consumir e saber como se comportar faz parte disso. Como vimos, o consumo praticado pela sociedade do Rio de Janeiro no Brasil imperial visava a simbolizar *status*, fazer parte de um grupo, distinguir-se. Isso ocorre com a realização do Carnaval em clubes privados, preterindo o popular entrudo, ocorre com o uso dos sapatos que preteria os escravos, mesmo os que tivessem dinheiro para comprá-los, ocorre com a compra de pianos – mercadoria-fetichismo dessa fase econômica e cultural – mesmo por quem não pretendia tocá-los, ocorre com a importação de todo tipo de bens de consumo na tentativa de se aproximar do que Alencastro (1997, p. 43) denominou “francesismo da elite do Rio de Janeiro”.

2.2.

O surgimento dos manuais de etiqueta no Brasil

A vinda da corte portuguesa, como vimos, trouxe uma europeização da vida social ao Brasil. De acordo com Maria do Carmo Rainho (1995), os bailes imperiais e as alterações na paisagem urbana exigiam uma nova sociabilidade no Rio de Janeiro do século XIX. Era imperativo para a sociedade se aristocratizar, adotando valores e costumes que a nivelassem, pelo menos na aparência, aos seus pares europeus, ao mesmo tempo em que a distinguísse do resto da população. A sociedade passa a adotar novos comportamentos, aristocratização que passava, principalmente, pelo abandono dos rústicos costumes que a caracterizavam até aquele momento. Neste processo, “(...) os cuidados com a higiene, a correção dos modos, as boas maneiras à mesa e a adequação e a distinção no vestir passam a contar quase tanto quanto o dinheiro e os títulos de nobreza” (Rainho, 1995, p. 139).

A historiadora Marissa Gorberg (2013) também indica que as mudanças causadas pela vinda da corte provocaram uma europeização dos costumes no Rio de Janeiro. Segundo ela, a presença da corte alterou os padrões de sociabilidade, comportamento e vestuário da sociedade, que passou a adotar valores estrangeiros

e ser influenciada principalmente por valores franceses, sinônimo de bom gosto, sofisticação e civilização.

A adoção da moda e dos modos europeus serviria a dois propósitos; seria um fator de integração, já que, através da aparência, poderiam nivelar-se aos europeus e seria também um fator de distinção, na medida em que evidenciaria diferenciações internas em relação ao restante da população. Para isso, não bastaria obter sinais de riqueza como dinheiro, propriedades ou o número de escravos: as “boas maneiras”, a adequação no ato de vestir, o cuidado com a aparência e com a higiene tornavam-se referência para uma parte da população que visava a obter sinais distintivos, obedecendo a uma espécie de ideologia moral da decência, da respeitabilidade e do bom gosto. A elite passaria a consumir e exibir moda de origem europeia como instrumento de realização de suas aspirações sociais; a aquisição e uso de mercadorias seria o passaporte para a demonstração de um status superior. (Gorberg, 2013, p. 16).

O Rio de Janeiro do século XIX testemunhou o encontro entre uma corte portuguesa sem dinheiro e uma colônia brasileira que já era mais rica que a metrópole, mas que não tinha qualquer traço de refinamento. A fim de conquistar o apoio dos habitantes endinheirados, mas que não tinham prestígio, ao longo dos treze anos em que a corte portuguesa permaneceu no Rio de Janeiro, D. João distribuía títulos de nobreza e promovia rituais. Dentre as mudanças por ele empreendidas, a revogação do alvará que proibia a fabricação de qualquer produto na colônia foi de grande relevância. Por causa dela, puderam surgir inúmeras indústrias no país.

O desenvolvimento do comércio a partir da liberação das indústrias e os rituais promovidos pela corte portuguesa ampliaram as possibilidades de consumo e de socialização. Os habitantes do Rio de Janeiro passaram a frequentar novos ambientes. O ato de se vestir e os modos recém-adquiridos eram cada vez mais associados à demonstração de riqueza, posição social e poder. Os “cidadãos civilizados” passaram a frequentar festas, saraus nas residências, restaurantes, teatros. Passaram também a “fazer compras nas ruas elegantes da cidade, com pausa para o chá ou sorvete nas belas confeitarias em estilo *art-nouveau*”. (Gorberg, 2013, p. 20).

Nesse contexto, a literatura de civilidade prolifera na cidade do Rio de Janeiro. O propósito dos manuais ia muito além de ensinar boas maneiras e inculcar regras de etiqueta. Como se nota, o objetivo era preparar as pessoas para

a vida em sociedade, uma vez que dominar tais regras representava alguma superioridade a outros estratos.

Aprender todo esse conhecimento, sem exagerar na exibição das boas maneiras, fazer com que a civilidade aparecesse como algo natural, quase inato, era o que daria à “boa sociedade” a possibilidade de se distinguir do resto da população, igualando-se aos seus pares europeus. (...) Pode-se dizer que a civilidade mostrava-se como um meio de clivagem social, cujos instrumentos eram a maneira de falar, de comer, de andar, entre outras. Era ela que conferia aos gestos, ao discurso, aos comportamentos em geral, uma propriedade distintiva, transformando em insígnia da “boa sociedade” no século XIX. (Rainho, 1995, p. 148).

As regras de civilidade que chegaram ao Rio de Janeiro no início do século XIX ainda expressavam o momento em que ser civilizado, no sentido literal do termo, significava se distinguir, e tais normas de conduta eram utilizadas pela burguesia em ascensão (Rainho, 1995). Ao longo do século XIX, esses manuais reproduziam comportamentos consolidados, aceitos e absorvidos em outras nações, especialmente na França, então modelo de civilização para o Brasil. Assim, importados ou editados no Brasil, os manuais da época, de acordo com Cecchin e Cunha (2007), procuravam atender às necessidades da formatação dos comportamentos, regulando excessos através das regras de etiqueta direcionadas à preservação do decoro e do bom tom.

A partir do início do século XX, segundo Cecchin e Cunha (2007), a literatura de civilidade difundida pelos manuais no Brasil propiciou uma forma de educação entre jovens e adultos, principalmente pelos apelos à higienização e aparência pessoal e por codificar minuciosamente rituais da sociedade, como os hábitos à mesa e normas de comportamento. Nessa época, já haviam surgido as primeiras lojas de departamentos na Europa, como *Le Bon Marché* na França em 1852 e *Selfridge's* na Inglaterra em 1909. Eram uma nova modalidade de comércio que, de acordo com Rocha, Frid e Corbo (2016), tornou-se elemento central para a consolidação do fenômeno do consumo na modernidade.

De acordo com Erika Rappaport (2004), as lojas de departamento eram estabelecimentos extremamente inovadores, caracterizados por vitrines de vidro, vendas por atacado, preços fixos e divisão em setores que foram precursores da utilização de diversas técnicas de venda e publicidade. Naquele período ocorriam

transformações em decorrência da Revolução Industrial, como a produção em massa, serialização e êxodo da população do campo para as cidades. As práticas exercidas nas lojas de departamentos, naquele momento de transição, assumiram um papel pedagógico para um novo conjunto de hábitos, estilos e valores, transformando a atividade de compra em um momento de prazer. Os consumidores eram convidados a encarar as compras como um evento social e cultural, comportamento que se refletiu no Brasil, como veremos mais à frente.

Expressões como “*rendez-vous* feminino”, “repouso reparador” e “satisfação legítima” são utilizadas para se referir ao aspecto hedônico que a *Selfridge's* conquistou ao revolucionar o ato de comprar (Rappaport, 2004). Utilizando estratégias pioneiras, este estabelecimento possibilitou que o cliente ficasse mais perto dos objetos de desejo, podendo tocá-los; os preços não eram mais negociados, pois as etiquetas estavam fixas nos produtos; as vendas podiam ser feitas de forma parcelada; a publicidade era utilizada de modo que os anúncios construíssem o desejo vinculado a uma cultura de olhar e exhibir; a vitrine servia como uma obra de arte ao ar livre, sendo inclusive mantida iluminada mesmo com a loja fechada.

Segundo Rappaport (2004), as mulheres foram beneficiadas por este novo espaço de consumo, um ambiente público seguro que elas podiam frequentar como se fora um “lar fora do lar”. Mesmo as mulheres da classe trabalhadora admiravam as vitrines da *Selfridge's*, que expandiu as fronteiras do que lhes era permitido, trazendo elementos até então proibidos para a esfera do consentido, adicionando componentes de prazer ao dia a dia feminino e embaçando o público e o privado, tornando corriqueira a convivência entre estranhos. “Quer imaginadas como uma necessidade absoluta, um prazer luxuoso, uma responsabilidade da dona de casa, uma atividade social ou uma exigência feminista, as compras eram sempre um prazer” (Rappaport, 2004, p. 165).

Para Gorberg (2013), as lojas de departamentos ampliaram o conceito da compra como uma aventura divertida para os ricos, tornando a aquisição de bens uma experiência de prazer. O valor dos objetos não residia apenas no seu uso, mas sim no que representavam socialmente, de modo que comprar determinada

mercadoria significava adquirir um passaporte para o ingresso na esfera aristocrática.

Rocha, Frid e Corbo (2016) examinam os grandes magazines como meios que possibilitaram a inclusão de consumidores de novas parcelas da sociedade em espaços e práticas anteriormente restritos, estimulando principalmente a participação da mulher em atividades de compras nas cidades europeias entre meados do século XIX e início do século XX. Para os autores, o nascimento dos grandes magazines nos centros urbanos europeus aproximou uma quantidade significativa de indivíduos originários de estratos mais baixos dos hábitos, bens de consumo, estilos e gostos típicos da burguesia da época.

Os grandes magazines foram influentes no processo de emancipação feminina, tanto por colocarem o consumo como atividade prioritariamente de mulheres, quanto por abrirem campo para elas no mercado de trabalho, como vendedoras. “Ao transformar o espaço de venda em espaço de comunicação e fazer do ato da compra uma experiência prazerosa e memorável, os grandes magazines propuseram novos gostos, hábitos, comportamentos e alternativas de sociabilidade” (Rocha, Frid e Corbo, 2016, p. 225).

De acordo com Gorberg (2013), no Brasil do começo do século XX aconteciam mudanças em muitos sentidos, influenciadas pelo modelo europeu. O comércio contribuiu para a formação de gostos, desejos e aspirações da elite em um período de profundas transformações ocorridas no Rio de Janeiro, a começar pela arquitetura. O então prefeito da cidade, Francisco Pereira Passos, que governou de 1902 a 1906, implementou uma série de reformas urbanas que ficou conhecida como “bota-abaixo”, inspirada nas transformações empreendidas em Paris e cujo objetivo maior era fazer com que a capital deixasse de ser uma cidade insalubre, o que prejudicava a atividade comercial do país.

Conforme Cecchin e Cunha (2007), havia uma necessidade emergente de romper com as visões estereotipadas do Brasil como um país arcaico, conservador, atrasado e pouco desenvolvido, o que estimulou Pereira Passos a investir em missões de “purificação” da cidade, livrando-a definitivamente daquele “mundo de imundície”. O “bota-abaixo” consistia na demolição de

cortiços e favelas para o remodelamento do Rio de Janeiro a partir da inspiração da arquitetura parisiense empreendida pelo Barão Haussmann. O significado designado para o termo urbanidade no século XIX ajuda a esclarecer o pensamento sobre civilidade no período. Segundo o pesquisador Fernando Santos (2011), no dicionário de Luiz Maria Pinto, de 1832, publicado em Ouro Preto, quem procurava por urbanidade encontrava os significados de “(...) civilidade, cortesia, modos de gente civilizada.” (Santos, 2011, p. 108).

O surgimento das lojas de departamentos, além de mídias como os catálogos que “ensinavam” o consumidor a consumir, teve grande importância para a compreensão de um novo cenário que se formava a partir da modernidade. Tais mudanças abriram caminho para que um Rio de Janeiro tão fortemente influenciado pela Europa e palco de transformações do século XIX para o século XX fosse o local ideal para a instalação de um grande magazine.

Gorberg (2013) considera do fim do século XIX até meados do século XX como um período de complexo processo de transformações na moda, no comércio, na comunicação e nas sociabilidades do Rio de Janeiro. A loja de departamentos *Parc Royal*, que existiu na cidade entre 1873 e 1943, torna-se, para a autora, um instrumento para analisar a europeização de costumes e a disseminação de uma cultura do consumo. O *Parc Royal* contribuiu para entendermos a relevância da introdução das novas técnicas e modos de vida e suas consequências na sociedade perante a modernidade que aqui chegava, em um contexto onde eram cada vez mais presentes o avanço tecnológico, o aumento das comunicações, a crença otimista no progresso e a aspiração por ideais de civilidade, importados dos países centrais europeus.

A história do *Parc Royal*, que teve duas grandes lojas no Rio de Janeiro, filiais em Belo Horizonte e Juiz de Fora e um escritório em Paris, está diretamente ligada às mudanças no estilo de vida da burguesia carioca (Gorberg, 2013). Era pelo Porto do Rio de Janeiro, como vimos, que escoava a produção nacional e por onde entravam as mercadorias importadas. Uma cultura do consumo se expandia na cidade e, em uma sociedade tão influenciada pela Europa, comprar no *Parc Royal* era como se transportar para os *grands magasins* europeus. Muito mais do que um lugar de compras, as ruas de comércio de luxo do Rio de Janeiro eram

“(…) o local para ver e ser visto, para a cobiça de bens materiais, para a averiguação de *status* social e para a construção de um imaginário urbano inserido na nova ordem modernizante e cosmopolita” (Gorberg, 2013, p. 57).

O *Parc Royal* reproduzia as estratégias usadas nas grandes lojas de departamentos europeias em uma época em que o acesso à informação era mais lento. Gorberg (2013) relata que o *Parc Royal* realizava apresentações musicais, contava com uma loja de chá – praticamente uma precursora da praça de alimentação – e vendia através também dos catálogos. Além disso, as vitrines criavam um paradoxo interessante: ao mesmo tempo em que havia uma barreira ao toque e ao olfato, ao contrário das barracas de feira, por exemplo, ampliava-se o apelo visual dos produtos, transformando os passantes em potenciais clientes. Através da visão, o desejo dos bens passava a ser cada vez mais um apelo democratizado, ainda que o acesso a eles fosse restrito.

Para Cunha e Cecchin (2007), neste contexto da modernidade no Brasil e da cultura do consumo é pertinente apontar o surgimento de leituras voltadas à internalização de regras imperativas de comportamento, pautadas nos preceitos de polidez, elegância e cortesia, tendo como veículos para isso os manuais de civilidade. Visando o refinamento das aparências, as obras eram repletas de “(…) conselhos indispensáveis à aquisição de êxito nas investidas ao bom comportamento no grupo social” (Cunha e Cecchin, 2007, p. 4) e ditavam regras sobre como se comportar em festas, eventos da sociedade e artes de bem viver.

3. Civildade, vida moderna e os manuais de etiqueta

De acordo com Norbert Elias ([1939] 2011), os livros sobre boas maneiras constituem um gênero literário de muito valor se o objetivo é entender os modos de comportamento que cada sociedade espera de seus membros e observar mudanças de hábitos a que essas sociedades, cada qual em sua época, procuram acostumar os indivíduos. Como vimos, as maneiras que hoje entendemos como naturais para a vida coletiva como um todo nada têm de intrínsecas ao ser humano; são, sim, parte de um condicionamento e de um aprendizado cultural ao longo dos tempos.

Elias ([1939] 2011) entende que obras como o já citado tratado de Erasmo de Rotterdam, de 1530, e tantas outras que se seguiram, sejam elas denominadas tratados, literatura de civildade ou manuais de etiqueta, desempenham o mesmo papel, são “(...) instrumentos diretos de condicionamento ou modelação, de adaptação do indivíduo a esses modos de comportamento que a estrutura e situação da sociedade onde vive tornam necessários” (Elias, [1939] 2011, p. 91). Essas obras nos ajudariam a entender processos sociais, alguns sobre os quais temos poucas informações, como é o caso de períodos como o século XVI no qual Erasmo escreveu seu tratado.

Nesse sentido, Elias ([1939] 2011) reitera que o tratado *De civilitate morum puerilium* de Erasmo surgiu em uma época em que uma hierarquia social mais rígida se firmava e uma nova classe social superior e uma nova aristocracia se formavam, a partir de elementos de origens sociais diversas. Erasmo se refere à transição da Idade Média para a Renascença e às transformações que, pouco a pouco, deixaram as tradições medievais e influenciaram novos modos de viver. Para Elias ([1939] 2011), é esta a razão que faz com a questão do comportamento uniforme seja cada vez mais importante, uma vez que cada indivíduo fica mais exposto à pressão social dos demais e do controle social.

Forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código do comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente. (Elias, [1939] 2011, p. 87).

Para Elias ([1939] 2011), os livros sobre boas maneiras fornecem informações detalhadas sobre aspectos do comportamento humano. A comparação que o autor estabelece entre manuais do século XIII até o século XIX mostra que o que hoje entendemos como sendo hábitos civilizados difere, em muitos aspectos, dos hábitos do homem ocidental através dos séculos. Como veremos, as regras e modos de comportamento trazidos em antigos manuais são capazes de, no mínimo, provocar espanto, considerando os conceitos e práticas do que hoje entendemos como civilizado.

Miguel Reis (2016), analisando as conclusões de Elias ([1939] 2011), mostra que os primeiros manuais de civilidade são de um tempo em que aconselhar alguém sobre como se portar à mesa incluía orientá-lo, por exemplo, a não enxugar o nariz na roupa, não mastigar de boca aberta, não avançar sobre a travessa de comida e não oferecer a alguém o pedaço de carne que se está comendo. Regras que, como vimos, deixam de ser citadas na medida em que estão suficientemente difundidas, que já foram naturalizadas pela sociedade, como o uso de garfo e faca. Para Reis (2016), os manuais se destinam a novos membros da sociedade, uma vez que os comportamentos “civilizados” se disseminam de cima para baixo. Assim, as regras de etiqueta se manifestam na sociedade de corte, são adotadas pela burguesia em ascensão e, então, são difundidas entre os trabalhadores ao longo do tempo, como parte do processo civilizador.

Como vimos, em períodos de transição surgem demandas por novas formas de agir, de se relacionar, de viver. Formas capazes de regulamentar a vida em sociedade, regras descrevendo o que deve e o que não deve ser feito são modos que não apenas ajudam a estabelecer novos papéis sociais, como também dão segurança a uma sociedade frente às mudanças do período. Com a questão da alimentação não é diferente. Segundo a historiadora Maria Cecília Pilla (2004), na medida em que muda a sociedade, o ato de se alimentar passa a corresponder a

novas necessidades, com costumes até então considerados naturais sendo banidos, e outros sendo estabelecidos.

Para Pilla (2004), a máxima presente nos manuais de civilidade de todos os tempos é “(...) o comportamento social adequado é composto de normas que devem ser cumpridas em benefício dos outros e do nosso relacionamento com eles” (Pilla, 2004, p. 108). Vimos isso desde a sociedade de corte do Rei Luís XIV, onde a participação em um exaustivo cerimonial se dava a fim de promover a inserção em um grupo (a corte), e continuamos vendo no decorrer do processo civilizador estudado por Elias ([1939] 2011).

Convém lembrar que o ensino das regras de etiqueta nada tem de fútil. Miguel Reis (2016) ressalta que essas instruções da sociedade de corte francesa foram também adotadas pelo Estado como um projeto universal de opor-se ao estado de barbárie, de conceber um tipo mais elevado de sociedade, cujo padrão de moral e costumes incluiria um tato social, a consideração ao próximo. Veremos que esta “consideração ao próximo” influencia absolutamente o comportamento social, principalmente em relação a como se portar à mesa e aos hábitos de higiene.

Por trás da ritualização dos hábitos à mesa há muito mais do que apenas as maneiras de comer. A forma de se sentar, prevendo uma determinada ocupação do espaço físico, tem relação com não incomodar os demais presentes à mesa. O controle dos gestos que hoje configura um modo de ser civilizado, como não cuspir ou escarrar estando à mesa, também é puramente social, uma vez que tais hábitos já foram aceitáveis e hoje são sinônimos do grotesco, de falta de educação e cortesia. O uso do guardanapo, o modo correto de utilizar os utensílios, os ruídos que vão sendo banidos, até mesmo os assuntos que convêm ou não abordar durante as refeições, tudo isso lembra o complicado cerimonial presente na sociedade de corte, e todos são gestos repletos de significados para mostrar quem é e quem não é civilizado. Para Pilla (2004, p. 127), “(...) as atitudes corretas à mesa exigem habilidade e, acima de tudo, controle das funções corporais”.

Em relação à higiene, para José Carlos Rodrigues (1995) o ambiente de relacionamento corporal dos tempos capitalistas é fundamentalmente distinto

daquele dos tempos medievais, quando os contatos corporais eram muito mais próximos, o que resulta também em uma mudança de como se relacionar com a questão do asseio. “Isso que causa nojo e temor aos nossos corpos de hoje, causava riso, familiaridade, intimidade à sensibilidade medieval” (Rodrigues, 1995, p. 35).

Os manuais servem justamente como guias para um novo mundo, seja esse mundo um novo círculo social em que se deseja ser capaz de agir como seus pares; seja para quem ainda não naturalizou todos os modos de agir considerados educados; seja para consultá-los eventualmente quando se recebe em casa; seja para se familiarizar com as novas regras que novos tempos trazem, ou para um sem-número de possibilidades, todas elas convergindo para se mostrar civilizado perante aos demais. Essa demanda por aprender boas maneiras é ainda mais latente em fases de transição, de transformações na sociedade, uma vez que mudanças sociais demandam novos papéis sociais. Enquanto esses papéis não forem naturalizados, enquanto os novos hábitos não forem assimilados, precisam estar descritos no formato de regras.

No contexto da literatura de civilidade, destaca-se a importância que Elias ([1939] 2011) dá ao tratado de Erasmo, justamente pelo fato de a obra do humanista se situar na transição da Idade Média para a Renascença e, assim, como vimos, anunciar com clareza “alguma coisa nova” e formar uma “espécie de ponte” entre as maneiras da Idade Média e os tempos modernos (Elias, [1939] 2011, p. 79). Assim, parece necessário conceituar esses “tempos modernos” a que ele se refere.

Para Ben Singer (2004), muitas ideias se sobrepõem quando se deseja conceituar modernidade, mas, no pensamento contemporâneo, três se destacam. A primeira é que a modernidade sugere um desamparo de ideologias em um mundo pós-feudal, no qual normas e valores até então estabelecidos passam a ser questionados. A segunda ideia é a de um mundo que passa a ser percebido e construído a partir de uma racionalidade instrumental. Por fim, destaca mudanças tecnológicas e sociais que foram tomando forma nos dois últimos séculos, mas que alcançaram um volume crítico no fim do século XIX, como a industrialização,

urbanização, crescimento populacional e a explosão de uma cultura de consumo de massa.¹⁰

Anthony Giddens (2002) utiliza o termo modernidade para se referir às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX tiveram impacto mundial, com uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção, além do impacto do capitalismo. Conforme Giddens (2002), as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social principalmente quanto ao seu dinamismo, interferência em hábitos e costumes tradicionais e impacto global. Tais transformações se entrelaçam de maneira direta com o indivíduo, de modo que a vida social moderna é caracterizada por processos de reorganização do espaço e do tempo.

Para Georg Simmel ([1903] 2005), os dilemas mais profundos da vida moderna brotam a partir do que ele entende como pretensão do indivíduo de preservar sua autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade. Essa interpretação de Simmel ([1903] 2005) sobre modernidade se relaciona com a análise de Elias ([1939] 2011), quando diz que a exposição do indivíduo à pressão social faz com que a demanda pelas boas maneiras seja maior. Ou seja, apesar da modernidade lançar a noção do indivíduo singular e autêntico, a pressão da sociedade interfere em seus modos de ser, de agir, de se relacionar.

3.1. Novo Manual do Bom Tom

Em 1900, foi lançada no Brasil a sexta edição do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900). (FIG. 1). Na publicação consta que o manual foi “traduzido do francês de Luiz Verardi” e “oferecido ao público brasileiro por um amigo da mocidade”¹¹, sem informações mais precisas que nos levem ao autor do original ou ao seu tradutor. Mas de acordo com o pesquisador Fernando Santos

¹⁰ Sobre o assunto, em “A Grande Transformação”, Karl Polanyi (2000) analisa implicações sociais e processos históricos relacionados com as dinâmicas da economia de mercado no século XIX.

¹¹ Nas citações da obra, optamos por adaptar o texto ao padrão atual da Língua Portuguesa a fim de facilitar a leitura.

(2011), Luiz Verardi é o francês Pierre Boitard que, sob o pseudônimo de Louis Verardi (Luiz, na tradução brasileira), teria publicado a primeira edição do manual em 1857. Pierre Boitard foi um botânico, zoólogo e geólogo que viveu de 1789 a 1859 e escreveu, sob seu nome verdadeiro, outros tratados e manuais sobre botânica, jardins, flores e afins.¹²

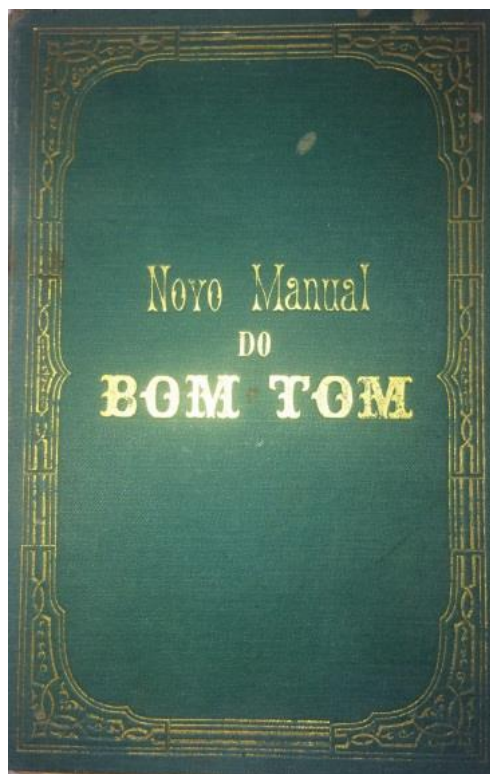


Figura 1: Capa do “Novo Manual do Bom Tom”

Como dissemos na introdução, o manual está disponível na internet para compra – no site “Estante Virtual”, foi possível adquirir a sexta edição da obra em português – e também para *download* do seu conteúdo integral em francês. Não encontramos traduções em língua portuguesa anteriores à sexta edição, publicada em 1900, mas, de acordo com Fernando Santos (2011), o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) circulou no Brasil ao longo do século XIX, sendo seus códigos e regras intensamente divulgados e debatidos, por exemplo, na cidade mineira de Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais. Logo, muito provavelmente o livro circulou também no Rio de Janeiro e em Salvador, as duas principais metrópoles do período.

¹² Pierre Boitard. Disponível em: <http://www.bmlisieux.com/verardi.htm> e https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_Boitard, acesso em 22 dez. 2016.

Acompanhando a avaliação de Elias ([1939] 2011) sobre os tratados de civilidade, consideramos que o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) traz a possibilidade de compreender os modos de conduta e dos costumes ao longo dos tempos. Na apresentação da obra, o livro se propõe a trazer “(...) moderníssimos preceitos de civilidade, política, conduta e maneiras em todas as circunstâncias da vida (...)”, indispensável, pois, para aqueles que desejassem ser “bem quistos” e caminhar “(...) sem tropeço pela carreira do mundo (...)” (Verardi, [1857] 1900, p. 1).

A sexta edição do manual foi publicada pela Laemmert & C. Editores, editora fundada pelos irmãos alemães Eduardo e Henrique Laemmert, pioneiros do mercado livreiro e tipográfico brasileiro.¹³ A editora lançou diversos autores brasileiros e publicou, por décadas, o “Almanaque Laemmert”, considerado pioneiro no Brasil, que teve mais de 40 edições. Em 1900, ano da sexta edição do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), os irmãos Laemmert já haviam morrido e novos sócios reorganizaram o negócio com o nome de Laemmert & Companhia, com filiais em São Paulo e Recife. Na época, as publicações da editora eram, em sua maioria, obras relacionadas a métodos de ensino, como livros para ensinar a ler, aritmética, geografia, história do Brasil, entre outras.

O manual possui 201 páginas e é dividido em oito capítulos. No primeiro capítulo, “Da civilidade”, o conceito de civilidade é definido segundo três pensadores, todos franceses, assim como o autor. “Diz (*o filósofo e iluminista*) Voltaire: A civilidade é para o espírito o mesmo que a graça para o semblante, da bondade do coração é ela a doce imagem, e é a bondade o que se apetece” (Verardi, [1857] 1900, p. 5). Para o escritor e historiador francês Charles Pinot Duclos, “(...) a civilidade é a expressão ou a imitação das virtudes sociais”, enquanto o filósofo Jean de La Bruyère “(...) assevera que o espírito da civilidade é uma certa atenção em fazer por palavras e maneiras com que os outros fiquem contentes de nós, e deles mesmos, e isto é a pura verdade” (Verardi, [1857] 1900, p 5.).

¹³ Laemmert. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Laemmert>., acesso em 22 dez. 2016.

Já o próprio Verardi ([1857] 1900) descreve a civilidade como um conceito amplo, que compreende a moral, a decência, a honestidade, a cortesia. Argumenta que a civilidade seria a “(...) expressão da bondade, da moral e do coração (...)”, unicamente fundada no amor ao próximo, no desejo de agradar. No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), “(...) a prática do mundo é o mais poderoso auxiliar da civilidade (...)” e, se a civilidade é somente uma máscara, convém utilizá-la, “(...) pois vale mais fazer-se estimar em todas as circunstâncias, que fazer-se aborrecer. Nisto todos lucrarão” (Verardi, [1857] 1900, p. 7). O autor, no entanto, assinala a diferença entre a prática do mundo e civilidade: a primeira configuraria uma civilidade de convenção, adquirida pelo convívio em sociedade, enquanto a segunda seria “(...) unicamente a linguagem do coração” (Verardi, [1857] 1900, p. 9). Trata-se de uma obra com instruções claras sobre como se comportar primeiro em relação à vida doméstica e, em seguida, também na vida em sociedade.

O capítulo um se desdobra nos itens “Civilidade doméstica”, “Da civilidade dos filhos para com seus pais”, “Procedimento dos pais com os filhos”, “Civilidade entre marido e mulher”, “Civilidade com os amigos”, “A civilidade em geral”, “Civilidade na mesa”. Neles encontramos aconselhamentos variados, mas que convergem para a relação de civilidade com bondade: é necessário ser bom para ser civilizado. O desprezo por parentes, principalmente pelos pais, é comportamento de um “homem vil” (Verardi, [1857] 1900, p. 10), e a dualidade bom *versus* mau é frequentemente reiterada a partir de referências aos ensinamentos de Deus. “É de obrigação amar, honrar, e respeitar pai e mãe, tais como Deus os deu; Ele disse: Honrarás teu pai e tua mãe” (Verardi, [1857] 1900, p. 10). Em outro conselho sobre civilidade relacionada à bondade, diz-nos o manual que a civilidade procede do coração, e que “(...) qualquer homem que praticar o que determina o Evangelho: não faças a outro o que não quiseses que te façam, e faze-lhe o bem que quererias te fizessem” (Verardi, [1857] 1900, p. 23) será estimado de todos, e poderá considerar-se bastante polido. Aos pais, cabe não aplicar aos filhos castigos injustos e repreendê-los com moderação, exceto quando castigarem animais, já que “(...) se habituem à crueldade como a qualquer outra coisa, e mais tarde farão o mesmo com os homens” (Verardi, [1857] 1900, p. 14).

No item “Civilidade na mesa”, vemos recomendações gerais sobre como se comportar à mesa, desde posturas corporais até quem deve sentar-se ao lado de quem, passando, obviamente, pelas regras de etiqueta à mesa. Não fazer visitas no horário do jantar sem ser convidado, não levar cães em visitas para refeições, chegar um pouco antes do horário para o qual foi convidado, nunca passar à frente da dona da casa no caminho para a mesa, não sentar-se à mesa antes do dono da casa, não encostar os cotovelos na mesa, como controlar os gestos e funções corporais, além de orientações sobre o tom de voz e assuntos que devem ou não ser abordados. As regras são numerosas e são ainda mais detalhadas no capítulo dois, “Serviço da mesa”, que se divide em “Regras de trinchar”, “Do café”, “Dos convites”, “Dos saraus”.

No capítulo três, “Da civilidade nas ruas”, o manual traz orientações sobre “Passeio em carruagem”, “Passeio a cavalo”, “Passeio a pé” e “Civilidade epistolar”. Além de instruções sobre não fumar nas ruas, vestir-se decentemente (para ambos os sexos), não levantar o vestido em nenhuma hipótese (para as senhoras), aprendemos que ler jornais e livros nas ruas é prova de pedantismo, e que cabe às senhoras, e não ao homem, decidir para onde segue um passeio a pé. Por fim, há orientações sobre como se corresponder por cartas, que tratamento usar, que tipo de papel usar e instruções afins.

O quarto capítulo, Do mundo e da etiqueta, divide-se em “Da etiqueta”, “Da decência nos atos religiosos”, “Decência do vestuário”, e “Como se devem vestir as senhoras”. De acordo com as regras do manual, a etiqueta reflete a necessidade de fazer parte de uma sociedade escolhida, e é indispensável para manter as diferentes classes. A quem se incomoda, o autor avisa: a etiqueta existe em todos os salões em grau maior ou menor, portanto só resta conformar-se e conhecê-la. Também ressalta a necessidade de cada um conhecer bem seu lugar, sua posição hierárquica.

Sobre o vestuário, dita o asseio como o primeiro dos enfeites, mas o uso de perfumes “já passou” e “a boa sociedade reprova-os” (Verardi, [1857] 1900, p. 81). Uma mulher pode estar mal vestida, mas nunca mal calçada, sob pena de parecer uma “criada ordinária”. Essa expressão nos remete à relação entre calçados e escravos: mesmo escravos de ganho, que possuísem meios para

comprar sapatos, não podiam usá-los. O uso dos sapatos diferenciava quem era escravo e quem não era (Alencastro, 1997). Verardi ([1857] 1900) recrimina o “costume das mulheres de se apertar” (p. 82) com coletes, mas assume que “a moda tem mais força que a razão” (p. 83). Instruções de todos os tipos são encontradas aqui, dirigidas principalmente à aparência das mulheres.

No breve capítulo cinco, “Dos cumprimentos”, ensina-se que à primeira vista, pela forma de cumprimentar, já é possível saber se a pessoa “conhece do bom tom” ou se é “sem educação” (Verardi, [1857] 1900, p. 86). Trata o cumprimento como de suma importância para conseguir qualquer coisa do mundo. “Deus sabe quantos indivíduos têm deixado de ser empregados de diversas categorias por não saberem fazer uma cortesia” (p. 86).

O capítulo seis, “Civildade na conversação”, conta com os itens “Locuções inadmissíveis”, “O pedantismo”, “Regras de conversação”, “Maledicência e calúnia”, “A franqueza”, “A adulação”. Detalhadamente é ensinado o tom de voz nas conversações, as formas de tratamento, sobre o que falar, quando e como falar, que nunca se deve falar mal de ninguém, de que modo uma mulher deve referir-se ao marido e vice-versa, que não se deve tratar de política e religião, quais vícios de linguagem evitar, evitar soar pedante mostrando-se erudito. “Aquele que for apaixonado de Homero, Virgílio e Horacio, entretenha-se com eles em particular, mas não os cite em um salão” (Verardi, [1857] 1900, p. 111), com constantes referências a Deus e seu modo único e soberano de agir.

No capítulo seguinte, de número sete, “Das exigências da Sociedade”, temos recomendações acerca “Do jogo”, “Jogos inocentes”, “Das visitas”, “A bondade”, “Aforismos da bondade”, “Regras do bem falar”, “Do literato”, “Do batismo”, “Do casamento”, “Dos enterros”, “Do tabaco” e “Variedades acerca do tabaco”. É um capítulo que reúne instruções dadas em outros capítulos, relacionadas às exigências de viver em sociedade. Para começar, o homem “(...) que não possui riqueza ou talento que a compense” (Verardi, [1857] 1900, p. 116) não deve frequentar a sociedade. Retomando o tema da bondade, o manual nos traz aforismos como “(...) a bondade é a virtude que nos tornará o ente mais feliz e amado no mundo não só pela sociedade, mas ainda, em particular, pela família”

(p. 141). Ao fim do capítulo, temos instruções breves sobre comportamentos em batismos, casamentos e enterros, além de condenar o hábito de fumar.

O oitavo e último capítulo traz “Alguns vícios da sociedade”, divididos em “A hipocrisia” e “Aforismos da hipocrisia”, “A mistificação” e “Aforismos da mistificação”, “Do gracioso”, “Do farcista”, “Da intemperança da língua”, “O parasita”, “O orgulhoso”, “O avarento”, “A inveja”, “A curiosidade”, “O obsequioso miserável”, “Do ponto de honra e do duelo”, “Da mentira”, “A etiqueta nos jantares”, “Dos cartões-bilhete e cartas de participação e convites”, “O sarau e os donos da casa”, “Do luto”, “Luto pesado”, “Lutos ordinários”, “Dos noivos”, “A estética à mesa”. Nos primeiros itens, traz críticas a comportamentos considerados inadequados, e nos últimos itens, faz um apanhado de instruções dadas em capítulos anteriores, sem mais novidades.

3.2.

Guia de Boas Maneiras

Partindo da premissa que os manuais de etiqueta nos ajudam a compreender os comportamentos e mudanças pelas quais a sociedade passa ao longo dos tempos; tendo os manuais como lentes que possibilitam entender processos sociais que “civilizam” a sociedade e os indivíduos; e observando essas obras como reflexo das transformações que cada sociedade, ao seu tempo, enfrenta, nos interessa analisar de que forma os manuais – assim como a sociedade – foram se transformando ao longo do tempo. Nesse contexto, será analisado um manual dos anos 1960, quase um século depois de publicado o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900).

Como adiantamos na introdução desta pesquisa, trata-se do “Guia de Boas Maneiras” de Marcelino de Carvalho (1905-1978), jornalista, escritor e cronista paulista, reconhecido autor do gênero de etiqueta e boas maneiras, autor de diversos livros sobre o assunto e professor também de etiqueta.¹⁴ A edição que analisaremos data de 1966, mas seu “Guia de Boas Maneiras” teve ao todo dezenove edições, sendo a primeira lançada em 1961 e a última, em 1987,

¹⁴ Marcelino de Carvalho. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelino_de_Carvalho, acesso em 22 dez. 2016.

segundo a Editora Companhia Nacional, que as publicou¹⁵. Analisaremos a sexta edição deste manual, que também pode ser adquirida no site “Estante Virtual”, a exemplo do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), cuja publicação de 1900 também é a sexta edição. (FIG. 2).

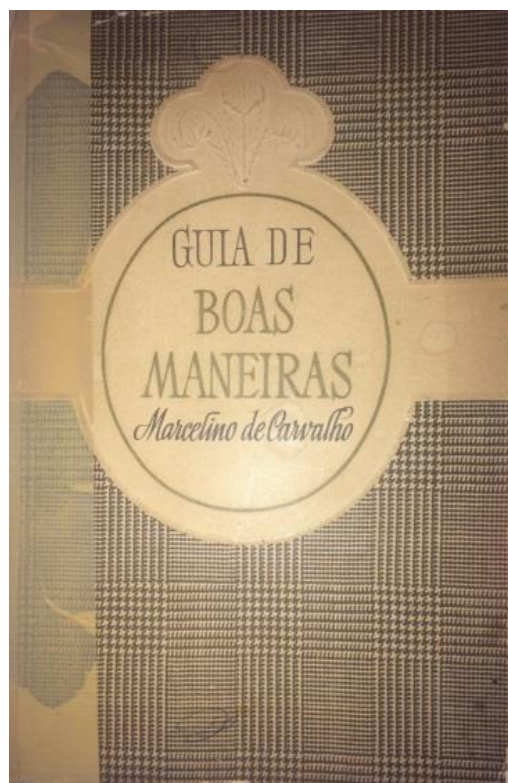


Figura 2: Capa do “Guia de Boas Maneiras”

As informações biográficas de Marcelino de Carvalho, ao contrário das de Luiz Verardi, são facilmente acessíveis e impressionam. Ele era filho de, ao que tudo indica, um casal financeiramente bem sucedido; seu pai foi um negociante que chegou a presidir a Associação Comercial de São Paulo. Sua mãe era filha de um jurista e político que foi presidente da província do Paraná de 1884 a 1885, quando assim eram chamados os governantes das províncias. Seu irmão, Paulo Machado de Carvalho, ficou conhecido nacionalmente como “Marechal da Vitória” por ter chefiado a delegação brasileira em duas Copas do Mundo, 1958 e 1962. Seu nome, inclusive, batiza oficialmente o Estádio do Pacaembu, em São Paulo, originalmente denominado Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho.

¹⁵ Editora Companhia Nacional. Disponível em: <http://www.ibep-nacional.com.br/>, acesso em 22 dez. 2016.

A Companhia Editora Nacional, que publica não apenas o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), como também diversos outros livros de Marcelino sobre etiqueta, foi fundada em 1925 e tem uma história que se cruza com a história do livro no Brasil. Em uma época em que os livros brasileiros eram impressos, em sua maioria, na Europa, e as editoras brasileiras dedicavam-se mais aos livros didáticos, foi de ninguém menos que Monteiro Lobato a iniciativa de montar uma editora que imprimisse e distribuísse livros pelo país. Posteriormente, Lobato vendeu sua parte ao sócio, e, em 1980, a editora foi adquirida pelo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (Ibep), grupo editorial que ainda atua no país.

O nome de Marcelino de Carvalho como referência no ensino de etiqueta e comportamento em torno dos anos 1960 pode ser verificado observando a extensa lista de livros de sua autoria publicados neste segmento, dentre eles “ABC de Boas Maneiras” (1962), “A Arte de Beber” (1963), “A Nobre Arte de Comer” (1966), “Snobérrimo” (1966) e “Só para homens” (1969). Outro reconhecimento de sua importância no segmento veio em 2006, quando a mesma Companhia Editora Nacional lançou “Marcelino por Claudia – O Guia de Boas Maneiras de Marcelino de Carvalho interpretado por Claudia Matarazzo”.

Jornalista e autora contemporânea de livros de etiqueta, Claudia Matarazzo é integrante do que se chama de família tradicional de São Paulo e chefia o cerimonial do governo do estado desde 2007. Seu tio-avô e padrinho era Francisco Antônio Paulo Matarazzo Sobrinho¹⁶, mais conhecido como Ciccillo Matarazzo, industrial casado com Yolanda Penteado que, por sua vez, pertencia a uma das famílias mais tradicionais brasileiras. Ciccillo era um conhecido mecenas, fundador da Bienal de São Paulo e do Museu de Arte Moderna da mesma cidade. Tendo crescido nesse círculo social, Claudia Matarazzo foi convidada para fazer uma releitura do “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) de 1961, o que dá uma dimensão da importância de Marcelino no segmento de etiqueta e comportamento.

¹⁶ Francisco Matarazzo Sobrinho. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Matarazzo_Sobrinho, acesso em 22 dez. 2016.

A sexta edição do “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) tem 217 páginas. São vinte e um capítulos que abordam temas variados, sendo que um deles, “A Mesa”, se divide em quatro partes. No prefácio, o autor faz um apanhado de diversas outras literaturas versando sobre civilidade, em sua maioria publicações de séculos anteriores ao XX, contando casos e testemunhos. Embora sem compromisso com a citação das fontes e utilizando uma cronologia aleatória dos fatos e dos tempos, Marcelino de Carvalho faz uma narrativa sobre como os costumes, sociedades e comportamentos foram mudando ao longo dos tempos.

No capítulo um, “Apresentação”, Carvalho ([1961] 1966) estabelece esse como sendo o primeiro ato indispensável para formar a sociedade, e é da apresentação que decorrem os demais atos sociais. Percorrendo os temas “Como se apresentar”, “O muito prazer e o aperto de mão”, “No caso de faltar a memória”, “Apresentação em grupo”, “Como se apresenta por carta ou telefone”, aprende-se quem é que deve ou não se levantar quando for apresentado a alguém, que a pessoa mais graduada é que inicia uma conversa, e que à primeira vista “(...) formalismo muito severo é tão censurável quanto intimidade exagerada” (Carvalho, [1961] 1966, p. 5).

Em sequência, o capítulo dois ensina sobre o que o autor considera como “(...) o primeiro e, aparentemente, o mais banal gesto social” (Carvalho [1961] 1966, p. 9), “O saudar”. Inclui orientações como “A reverência e o aperto de mão” e “Quando se beija a mão de uma senhora”, além de comparações entre culturas e ambientes diferentes em “Os anglo-saxões e os latinos” e “No salão e na praia”. A máxima do capítulo é “Em caso de dúvida mais vale ser amável do que áspero”.

No terceiro capítulo, Carvalho ([1961] 1966) fala sobre os “Convites”, o que para ele é o certo e indispensável para que haja reuniões de qualquer tipo. Discorre sobre o que chama de “Três sistemas: pessoal, epistolar e telefônico”, além de “R.S.V.P.”, “Convites para cerimônias”, “Como se entregam os convites”, “As participações” e até “Como se recusa um convite” – o importante é nunca deixar um convite sem resposta. Nesse capítulo também aprendemos que “(...) o nome do marido sempre precede o da mulher, como cabeça que é do casal” (Carvalho [1961] 1966, p. 22).

No capítulo quatro, sobre “Recepções”, o autor defende que é imensa a variedade de recepções em sociedade, mas que “(...) são sempre as mesmas, no fundo e na maneira” (Carvalho, [1961] 1966, p. 25). Nele, fala sobre a etiqueta específica para “Bailes, danças, reuniões e *cocktails-parties*”, ensina “Como se portam os anfitriões” e fala sobre “O indispensável *bru-á-á*” - substantivo masculino que significa barulho confuso, vozes, conversas agitadas (Houaiss, 2001) -, o “*surprise-party*” (que ele supõe, ironicamente, ser ideia de inimigo em vez de amigo) e dá até mesmo “Sugestões para bebidas e salgadinhos”, destacando, por exemplo, que “(...) salgadinhos de camarão deixam um hálito muito forte e desagradável, ao menos para quem não os come” (Carvalho, [1961] 1966, p. 25).

O capítulo de número cinco tem quatro partes referentes à mesa e se desdobra em muitas abordagens ao longo de trinta e duas páginas. No primeiro grupo de regras, (Carvalho, [1961] 1966) relaciona as que têm a ver com convidar e receber: “A maneira de convidar”, “Obrigações de convidados e convidados”, “Lugar e hora de chegar e de retirar-se”, “O que é pontualidade”, “A senhora está servida!”, regras que passam pela escolha dos convidados, como alocá-los à mesa - função da dona da casa -, até o tempo que o convidado deve permanecer no local. Na segunda parte, o autor dita as regras referentes ao serviço em si, ou seja, “Toalhas grandes e serviços americanos”, “Como colocar pratos, copos e talheres para cada pessoa”, “Como servir e desservir”, “A lavanda e sua função”, “O serviço deve ser impecável e preciso”, e por fim, “O cinzeiro” que, estando à mesa, determina se o convidado pode fumar.

A terceira parte ensina como se portar à mesa: “A etiqueta da mesa”, “Os lugares dos anfitriões e convidados graduados”, lembrando que “(...) é necessário muito cuidado no colocar as pessoas, sobretudo em se tratando de estrangeiros, muito rigorosos a este respeito” e que “(...) havendo dúvida, convém consultar pessoa mais habilitada, porque os casos são muitos e alguns difíceis de resolver” (Carvalho [1961] 1966, p. 56), “Como se seguram as peças do talher”, “A maneira de descascar e comer frutas” - “um setor difícil” (p. 60), “Quando os dedos podem ser usados”, “Onde se toma o café”, e o interessantíssimo, no que tange às mudanças na sociedade, “O que nunca se faz à mesa”.

Por fim, a quarta e última parte sobre “A mesa”, embora temas correlatos como “O vinho” sejam abordados em outros capítulos, aborda as regras sobre “A escolha de pratos é essencial”, “Os salgados nos aperitivos”, “A ordem dos pratos”, “O patê de *foie-gras*, o caviar e o queijo forte”, “Alguns menus-padrão”. Aprendemos que a escolha dos pratos é fundamental e deve variar conforme a estação do ano e o lugar, pois o mesmo *menu* não deve ser servido na praia ou na fazenda. Carvalho ([1961] 1966) dá, inclusive, sugestões de *menus* para serem usados conforme determinadas ocasiões, além de ensinar como devem ser servidos pratos “(...) raros e caros, que se servem em jantares muito finos ou de cerimônia” (Carvalho [1961] 1966, p. 69), como caviar e patê de *foie-gras*.

O sexto capítulo fala sobre a etiqueta do “Vinho”, ensinando sobre “Bebidas fermentadas e destiladas”, quando se toma “Vinho branco, tinto e rosado”, “O champanha”, “Coquetéis e suas receitas”, “Como abrir bem uma garrafa”, “O vinho do Porto, o conhaque e licores”. Dicas de como evitar ressaca também fazem, de forma bem pertinente, parte desse capítulo.

No capítulo sobre “Correspondência”, “O papel de carta e o cartão de visita”, “Quando é permitido escrever à máquina”, “O envelope e o tratamento epistolar”, “Cartões e cartas de pêsames” e “O telegrama” são assuntos abordados e mostram, mesmo sem uma análise detalhada, como os tempos mudaram – e como os manuais refletem tais transformações.

Os capítulos seguintes versam sobre os rituais da vida. O primeiro a ser detalhado, o oitavo capítulo, é o que fala sobre “O casamento”, abrangendo “O pedido”, “As gentilezas de ambos os lados”, “A participação e o convite”, “Os documentos para o civil e o religioso”, “A ornamentação do templo”, “Como a noiva e o noivo se vestem”, “Os cumprimentos”, “Os presentes”.

Em dois breves capítulos, Carvalho ([1961] 1966) fala sobre “O Nascimento”, onde explica “Como se participa”, “O nome e os padrinhos”, “O batismo” e “Outras ocasiões de batismo”, como a benção da casa, e a “Primeira Comunhão”, contemplando “Idade e trajes para meninos e meninas”, “Comunhão individual ou coletiva”, “A cerimônia de crisma” e a “Atitude do padrinho ou da madrinha”. Na sequência, um capítulo sobre boas maneiras na Igreja: “Respeito e

recolhimento”, “Os trajes masculinos e femininos”, “Quando se beija a mão de um sacerdote”, “O tratamento aos prelados” e “A hierarquia entre os sacerdotes”.

“Presentes” é o tema do décimo segundo capítulo, desde presentes de “Nascimento e Primeira Comunhão” passando pelos “Presentes de aniversário” (os de casamento foram abordados noutro capítulo) e presentes de simples cortesia e os de torna-viagem, esses últimos referentes ao hábito de presentear amigos com lembranças ao retorno de uma viagem.

Carvalho ([1961] 1966) dita regras sobre “A conversa”, “(...) um dos prazeres da sociedade” (Carvalho [1961] 1966, p. 139). Dentre elas, “Saber dizer e saber ouvir”, “Cada qual deve ter oportunidade de dizer o que quer”, “Os onze pecados mortais contra a conversa”, “Evite assuntos tristes e escabrosos”, “O horror das frases feitas”, “Idiomas estrangeiros”. Em relação ao último, Carvalho ([1961] 1966) diz que toda pessoa deve falar alguns idiomas, sendo dois, além da própria língua, um número razoável. Este capítulo é importante porque “(...) sem uma conversa agradável e em termos elevados (com voz natural e nunca alta como os argumentos), a vida em sociedade se torna áspera e monótona” (p. 140).

As “Visitas” mereceram um capítulo e constituem o décimo quarto capítulo do “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), a fim de estabelecer os termos em que devem ser realizadas: “Visitas de cortesia, cumprimentos, negócios e contatos”, “Duração das visitas e o modo de fazê-las”, além de regras a respeito de “Como se comportam visitantes e visitados”.

Com a frase “(...) o mortal escapa de todas as enfermidades, menos da última” (Carvalho, [1961] 1966, p. 153), o autor fala das boas maneiras referentes ao “Enterro e a missa de sétimo dia”, “Como se agradece às pessoas que se manifestaram” e “O luto e seus prazos”, ensinando que os viúvos, por exemplo, se quiserem cumprir o prazo clássico de luto, devem permanecer nesse estado durante um ano de “luto pesado” e seis meses de “luto aliviado” (p. 153).

Os capítulos seguintes concentram regras direcionadas às “Crianças”, “Só para homens” e “Minhas Senhoras”, nesta ordem. Sobre as crianças, “A educação começa no berço”, “Os meninos prodígios”, “Na hora das refeições”, “Festas de

aniversário e os presentes que podem ser dados” (doces, por exemplo, são condenados). Os homens devem atentar às regras a eles destinadas: “Cuidado com a barba e os sapatos”, “As combinações das peças do vestuário e das cores”, “O fraque, o *smoking*, o *summer* e a casaca” e “Trajes de viagem”. Os cavalheiros devem atentar para as boas maneiras como “(...) se, numa viagem de avião ou de trem, fizer muito calor na cabina, um homem bem educado pode tirar seu paletó, verificando antes se alguns já fizeram o mesmo e se o ambiente permite tal liberdade” (Carvalho, [1961] 1966, p. 171).

As senhoras devem observar as normas contidas no décimo oitavo capítulo: “Regras gerais e imutáveis no trajar feminino”, “O que se usa pela manhã, ao almoço, à tarde, à noite”, e “O que nunca se deve fazer” como, por exemplo, não misturar joias verdadeiras com joias fantasias porque, “(...) sem valorizar as últimas, depreciam as primeiras” (Carvalho, [1961] 1966, p. 178).

O capítulo seguinte traz conselhos de boas maneiras aos que trabalham e, segundo Carvalho ([1961] 1966), “(...) são dedicados aos homens e às mulheres, porque ambos podem ser empregadores ou empregados, chefes ou subordinados” (Carvalho, [1961] 1966, p. 181). Denominado “No escritório”, versa sobre “Relações entre patrões e empregados e empregados entre si”, “Pontualidade” e destaca que, neste tipo de relação, “Boas palavras corrigem e orientam”.

O penúltimo capítulo é dedicado aos “Fumantes” e, demonstrando contragosto, o autor diz que “(...) fumar entrou nos atos sociais” e, “(...) não sendo possível combatê-lo, cumpre à sociedade limitá-lo, isto é, estabelecer certas regras que o tornem suportável” (Carvalho, [1961] 1966, p. 187). É basicamente neste eixo que o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) traz “As regras e as limitações a que devem submeter-se os que fumam”, “Cuidado com a cinza e a fumaça!”, e regras sobre “O charuto e o cachimbo”, que requerem uma etiqueta especial.

O vigésimo primeiro e derradeiro capítulo traz regras de permissão e proibição: “Sim e Não” é seu título, que se propõe a estabelecer regras relacionadas às formas de tratamento, como “Minha senhora e minha esposa”, “Dona” e “Senhora”, além de proibições e permissões referentes a aspectos

abordados ou não em outros capítulos, como novamente “Pontualidade”, mas também “Sorriso e maquilagem”, “No automóvel, no teatro e no restaurante”, “O espirro, o bocejo e a tosse”, “Cortesia”, “Deferência doméstica”, “Os cães”, “O jogo”, “As flores” e, por fim, “A televisão”.

4. Os fundamentos da etiqueta

Nos capítulos anteriores, tomando a Idade Média como ponto de partida do estudo da literatura de civilidade, discutimos alguns aspectos de suas transformações até o período moderno. Para Elias ([1939] 2011), “(...) pelo menos do século XVI em diante, as injunções e proibições pelas quais é modelado o indivíduo (de conformidade com o padrão observado na sociedade) estão em movimento ininterrupto” (Elias, [1939] 2011, p. 105). Esse movimento, que não deve ser olhado de forma isolada, e sim como um processo – o processo civilizador – fica claro, como vimos, a partir da sociedade de corte do rei Luís XIV. Elias ([1939] 2011) analisa essa sociedade para entender a etiqueta nas relações sociais e infere que é nela em que surge um novo código de comportamento, presente em todo o complexo cerimonial envolvendo o monarca e os cortesãos.

Da época da sociedade de corte datam tratados como o escrito pelo diplomata francês Antoine De Courtin, que Elias ([1939] 2011) cita como livros redigidos não para pessoas que fazem parte do círculo social neles descritos, mas, ao contrário, voltados para aqueles que almejam ascensão social. O tratado de De Courtin, que Elias ([1939] 2011) usa como exemplo de literatura de civilidade do século XVII, tem um público muito claro: gente da classe alta e estrangeiros ilustres que desejam se informar sobre o comportamento na corte. Ao despertar o interesse dos principais estratos burgueses, entretanto, tais regras acabam perdendo sua função de distinção, obrigando “(...) os que estão acima a se esmerarem em mais refinamentos e aprimoramento da conduta” (Elias, [1939] 2011, p. 106).

McCracken (2003) analisou esse processo de imitação e diferenciação em sua abordagem da teoria do *trickle-down* de Simmel ([1903] 2005), mencionada no primeiro capítulo. Segundo a teoria, cada vez que um novo marcador é criado, está suscetível a ser apropriado por um grupo subordinado. Para preservar a diferença de *status*, novos marcadores precisam ser criados e, novamente, serão apropriados por outros grupos. Esse comportamento que McCracken (2003) denomina como provocação entre os grupos estabelece um ciclo de mudanças que

se perpetua. E foi o que ocorreu, segundo Elias ([1939] 2011), com as regras de comportamento descritas na época da sociedade de corte. Nas tentativas de mudança por parte de uma corte que buscava diferenciação, com o passar do tempo, emergem certas direções ou linhas de desenvolvimento que incluem, por exemplo, “(...) o que pode ser descrito como o avanço do patamar do embaraço e da vergonha sob a forma de ‘refinamento’ ou como ‘civilização’” (Elias, [1939] 2011, p. 106).

No século XVIII, a sociedade de corte depara-se com um aumento das classes médias, uma vez que começam a ser transpostas as barreiras que vedavam a mobilidade social. O círculo da corte, antes restrito, passa a incluir um maior número de burgueses do que havia no século anterior, que se misturam à aristocracia. A sociedade de corte passa a compreender a “elite hierarquicamente estruturada do país” (Elias, [1939] 2011, p. 107). Aqui, um ponto destacado por Elias ([1939] 2011) nos parece fundamental para compreender o conceito de civilidade: os círculos do clero tornam-se, acima de todos, os divulgadores dos costumes da corte.

4.1. Civilidade e bondade

A corte buscava se diferenciar de diversas formas, através de mudanças que consistiam em tornar embaraçosos comportamentos antes aceitáveis. O refinamento ou civilização significaria disciplinar as reações dos indivíduos e controlar emoções. Segundo Elias ([1939] 2011), a corte e a Igreja tinham como objetivo disseminar regras e cartilhas civilizatórias. “A civilidade ganha um novo alicerce religioso e cristão. A Igreja revela-se, como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamento pelos estratos mais baixos” (Elias, [1939] 2011, p. 107).

O padre francês João Batista de La Salle, que escreveu manuais de civilidade cristã no final do século XVII, revela em seu tratado, mencionado por Elias ([1939] 2011), se surpreender que a maioria dos cristãos considere o decoro e a civilidade como qualidades puramente humanas e não como virtudes relacionadas a Deus, ao próximo e a nós mesmos. Elias ([1939] 2011) relata que, para La Salle, não há nenhuma ação que deva ser feita caso os motivos não sejam

puramente cristãos: este é o preceito que pais, mães e educadores devem seguir ao fornecerem regras de cortesia às crianças.

Como nessa época boa parte da educação fornecida na França estava nas mãos da Igreja, foi através dela que muitas regras de civilidade se disseminaram no país. Livretos como o de La Salle eram impressos e distribuídos como manuais de educação elementar de crianças, juntamente com as primeiras lições de leitura e escrita – da mesma maneira, como vimos no primeiro capítulo, o *De civilitate morum puerilium*, de Erasmo, era igualmente destinado às crianças, demonstrando que a infância passa a ser considerada a fase da vida mais propícia para realizar o processo civilizador dos indivíduos.

Segundo Elias ([1939] 2011), neste contexto, a exemplo do que ocorreu com o conceito de *courtoisie* – que foi perdendo espaço para o conceito de *civilité* até que este último se tornou preponderante, também analisado no primeiro capítulo –, a noção de *civilité* deixa de ser usada para dar lugar ao termo *politesse*. Logo em seguida, no entanto, todos esses conceitos são absorvidos em um novo termo, “(...) na expressão de uma nova forma de consciência” (Elias, ([1939] 2011), p. 108), denominado *civilisation*. “Cortesia, civilidade e civilização assinalam três estágios de desenvolvimento social. Indicam qual sociedade fala e é interpelada” (p. 109). De acordo com Fernando Santos (2011), enquanto para os cortesãos a civilidade era distintiva, os manuais do século XIX abordam o conceito de civilidade como algo a ser cultivado, polido ou contido, utilizado na construção de uma sociedade com o objetivo de tornar os indivíduos menos rudes e mais comedidos.

Não surpreende, pois, que em seu “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), escrito na França em 1857, Luiz Verardi faça o tempo todo associações entre civilidade e bondade, fundamentando o “ser civilizado” como algo diretamente relacionado ao coração, ao amor ao próximo e a Deus. Na edição analisada, que data de 1900, diz-se que “(...) a civilidade é a expressão da bondade, da moral e do coração, abstração feita de toda a vaidade mundana, e do egoísmo”, e que “(...) não há verdadeira civilidade sem moral, sem bondade, sem benevolência, e sem certa sensibilidade”, sendo ela “(...) unicamente fundada no amor ao próximo, e no desejo que há de ser amado pelos outros, como cada um se

ama a si” (Verardi, [1857] 1900, p. 6). Civilidade é “unicamente a linguagem do coração” (p. 9). A bondade fundada no amor ao próximo se liga diretamente a um dos mandamentos do cristianismo, “(...) amar ao próximo como a ti mesmo” (p. 7), máxima que está presente ao longo de todo o manual. “A civilidade consiste em ser tão bom e tão amável para com os outros como se deseja que sejam consigo próprio” (p. 7).

Regras relacionadas à bondade permeiam todo o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), na maior parte das vezes relacionando o conceito de civilidade a Deus. Em uma citação direta do Evangelho, o manual mostra que o desejo de agradar e de ser aceito já teria sido ensinado nas palavras de Jesus Cristo. “É preciso repetir que a civilidade procede do coração” (Verardi, [1857] 1900, p. 23), diz. Assim, “(...) qualquer homem que praticar o que determina o Evangelho: não faças a outro o que não quiseses que te façam, e faze-lhe o bem que quererias te fizessem, será estimado de todos, e poderá se considerar bastante polido” (p. 23).

Bondade e civilidade estão tão intrinsicamente ligadas que “(...) uma pessoa dotada de grande bondade não pode deixar de ser civil, visto que a civilidade não é outra coisa senão a expressão da bondade” (Verardi, [1857] 1900, p. 23). O manual nos esclarece que “(...) a bondade é a virtude que mais vos fará estimar no mundo”, sendo o “(...) meio mais poderoso para desarmar a inveja e a maledicência”; remetendo à relação cristã entre pecado e arrependimento, diz que a bondade “(...) tem um poder tal sobre o coração humano, que um de seus atos só, pode fazer perdoar muitos atos duvidosos” (p. 23). A posição de Verardi ([1857] 1900) lembra a oração do Pai Nosso, em que o pedido a Deus é “perdoai nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tenha ofendido”.

A psicanalista Maria Rita Kehl (2009) observa que a delicadeza não seria uma parte intrínseca da condição humana, apesar de ser necessária ao convívio. Justamente por não ser natural, embora seja essencial, a delicadeza precisaria de algumas condições para ser preservada e teria na polidez uma espécie de “irmã caçula”. Para tratar do assunto, Kehl (2009) cita o filósofo contemporâneo francês André Comte-Sponville (1995) e seu “Pequeno tratado das grandes virtudes”, segundo o qual a polidez estaria na origem de todas as outras virtudes.

Segundo Kehl (2009), Comte-Sponville (1995) considera a polidez como virtude de valor ambíguo do ponto de vista moral, já que, por ser “treinável”, pode ser apenas um enfeite – enfeite esse que o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) defende que seja usado. A polidez faz o homem parecer por fora o que deveria ser por dentro. É por não ser uma qualidade naturalmente humana que a polidez é valorizada, assim como a delicadeza. “A delicadeza não é causa de nossa humanidade, é efeito dela” (Kehl, 2009, p. 453).

A delicadeza e a polidez, presentes no discurso trazido pelo “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), são valorizadas por aumentarem a distância entre o ser humano e outros seres vivos. Adiante, veremos exemplos que comparam a falta de modos à mesa ao comportamento animal. Os manuais de etiqueta organizam regras que dotariam os indivíduos de humanidade; mais que imposições didáticas, as regras de etiqueta são ordenamentos morais que auxiliam a vida humana ao caracterizar os indivíduos acima de sua condição de outros seres vivos.

Nesse contexto, a regra de etiqueta “ser bom” adquire uma conotação filosófica. As mensagens extraídas dos manuais de etiqueta associam a humanidade ao sujeito europeu e cristão, que reverencia e ama a Deus. Publicado no Brasil, o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) reforçaria o ideal civilizador trazido pela chegada da corte portuguesa, como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação. O Brasil, país primitivo e atrasado, onde vigoravam, até a colonização, cultos indígenas politeístas, deveria manter a continuidade da europeização de seus costumes. Os manuais são, obviamente, um exemplo claro de etnocentrismo (Rocha, [1984] 2006), na medida em que sugerem que o Brasil era uma terra arrasada de hábitos e costumes, um país de selvagens que precisariam desses guias com regras para se tornarem bons e civilizados.

Verardi ([1857] 1900) trata, portanto, de uma civilidade relacionada à “prática do mundo”, que seria uma civilidade de convenção aprendida no convívio social, assim como a polidez é um enfeite para Comte-Sponville (Kehl, 2009), algo como uma “máscara” que, se necessário, deve ser usada, “(...) pois vale mais fazer-se estimar em todas as circunstâncias que fazer-se aborrecer. Nisto todos

lucrarão” (Verardi, [1857] 1900, p. 7). Este posicionamento tem a ver com o desejo de agradar o outro que permeia todo o manual – mais adiante veremos que a regra máxima da literatura de civilidade em geral é “não incomodar o outro” –, além da ideia de que ser civilizado é ser polido, ser agradável com todos, ainda que através de uma máscara social.

As máscaras sociais foram objeto de estudo do antropólogo Erving Goffman que, ao longo de sua trajetória intelectual, desenvolveu a ideia que a vida social é constituída pelas interações entre os indivíduos. Segundo a perspectiva dramática que desenvolve, as máscaras são acionadas constantemente nos diversos palcos de representações, conceituados pelo autor como os locais onde os indivíduos são levados a agir na vida cotidiana. Essa representação de si mesmo para os outros é analisada em “A representação do eu na vida cotidiana” (Goffman, [1956] 1975), livro no qual pretende mostrar que o indivíduo exerce múltiplos papéis, e as interações funcionam de forma semelhante à lógica de atores no palco, com indivíduos e grupos constantemente representando uns para os outros. Agem de forma teatral, por vezes sem consciência disso, mas em grande parte do tempo atuam, com objetivo de causar uma determinada impressão a quem lhes observa para obter respostas que lhe interessam.

Assim, na construção das máscaras, seria necessária a integração entre os indivíduos e o ambiente. A máscara bem adaptada protegeria a fachada social dos atores, que desempenhariam bem seus papéis. Nesse sentido, os manuais, ao caracterizarem as normas de etiqueta como máscaras sociais, ensinam a correta inserção dos pequenos gestos nas práticas diárias no mundo. Segundo o “Novo Manual do Bom Tom”, “(...) a prática do mundo é o mais poderoso auxiliar da civilidade” (Verardi, [1857] 1900, p. 6), já que é “(...) é muito difícil ser polido com as pessoas que não se estimam se a prática do mundo não intervém” (p. 6).

Na vida cotidiana, a bondade deveria estar presente, sobretudo, na relação doméstica, uma vez que “(...) o homem verdadeiramente amável muito mais o será em sua casa entre os seus parentes, em companhia de sua mulher e filhos, do que em qualquer outra parte” (Verardi, [1857] 1900, p. 10). Seguir as leis de Deus é fundamental no lar: “É de obrigação amar, honrar e respeitar pai e mãe, tais

como Deus os deu. Ele disse: Honrarás teu pai e tua mãe” (p. 10). Aos pais, cabe não aplicar aos filhos castigos injustos e repreendê-los com moderação.

São papéis dos pais inspirar nos filhos horror ao hábito de mentir e vigiar suas paixões, destruindo as más e estimulando as boas. Como exemplo, Verardi ([1857] 1900, p. 15) sugere a proibição da leitura de “maus livros”, que seriam não apenas os que atacam os bons costumes, como também os que não oferecem nenhum tipo de instrução. Sobre as crianças, recomenda-se saber que “(...) o que praticarem por afeição será sempre bem feito; o que praticarem por medo sempre sairá mal” (Verardi, [1857] 1900, p. 13). Cabe ensinar aos filhos a partir do exemplo, uma vez que “(...) as primeiras impressões da infância nunca se desvanecem; elas são verdadeiramente a base do bom ou mau caráter do indivíduo” (p. 12).

O “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) oferece orientações específicas para as mulheres, desde as jovens que desejam se casar até as esposas e mães. Embora tais orientações sejam sempre seguidas de frases como “o mesmo deve ter o marido em vista”, sugerindo que tais indicações se dirigem aos homens tanto quanto às mulheres, os conselhos dedicados ao sexo feminino são mais detalhados e numerosos. Às moças, a leitura de romances deve ser absolutamente proibida, uma vez que “(...) os melhores de todos apenas dão ideias confusas e muito falsas do mundo e da vida positiva. A jovem acostumada a semelhante leitura, se chega a casar, fica desconsolada se não acha, como é natural, no seu marido o herói do romance em que tantas vezes sonhou” (Verardi, [1857] 1900, p. 16). Às esposas, cabe ao longo do casamento o mesmo empenho que dedicaram antes de casar, e devem lembrar-se que “Deus deu a mulher ao homem para fazer a felicidade da família, portanto ela deve aceitar de muito boa vontade este papel” (p. 18).

No capítulo quatro, “Do mundo e da etiqueta”, Verardi ([1857] 1900) retoma novamente o conceito de bondade como ferramenta para ser aceito no mundo e a necessidade de ser agradável para uma boa convivência. Recomenda que, uma vez que todos buscam momentos de alegria e distração, “(...) deve cada um tratar de ser agradável, sem o que o mundo se tornará frio e indolente” (Verardi, [1857] 1900, p. 74). Lembra ainda que “(...) para achar satisfação é

indispensável ser bom e indulgente, e então a sociedade se tornará amável e boa” (p. 74).

A bondade também é vista como uma das exigências da sociedade, sendo um dever “(...) para os homens que vivem em sociedade” (Verardi, [1857] 1900, p. 136). Além disso, “(...) só a bondade basta para nos fazer amado no mundo, porque ela traz consigo um encanto inexplicável que seduz e atrai os corações” (p. 136). Segundo o autor, que como vimos é francês, um homem dotado de bondade não pode faltar à civilidade e, curiosamente, cita Napoleão Bonaparte como exemplo de homem bondoso e civilizado, afirmando que “(...) se os homens destinados a governar conhecessem todo o poder da bondade, nós não veríamos frequentemente os tronos despedaçados subjugados pela cólera dos povos” (p. 137). Afinal, “a civilidade não é mais que a expressão da bondade” (p. 142).

Cabe dizer que no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho ([1961] 1966), o autor Marcelino de Carvalho não se atém à questão da bondade, o que nos leva a crer que essa associação da bondade como expressão de civilidade foi enfraquecida ao longo do tempo. Entretanto, não é possível precisar em que momento exato isso aconteceu, pois, como afirma Elias ([1939] 2011), nada que diz respeito ao processo civilizador tem uma data pontual, a transição sempre é um processo – daí a expressão que ele cunha: o processo civilizador.

Devemos lembrar que o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) foi escrito por um francês no fim do século XIX. Como explicado acima, a disseminação dos manuais no século XVIII se deu através da Igreja, com o próprio padre La Salle escrevendo regras de civilidade que eram impressas e distribuídas às crianças enquanto aprendiam a ler e a escrever. Verardi ([1857] 1900), provavelmente, foi influenciado por esse contexto da civilidade associada a Deus, à religião e à bondade, o que não aconteceu com a mesma ênfase com Carvalho ([1961] 1966), que escreveu seu manual no Brasil de meados do século XX.

4.2. Civildade e higiene

Assim como para Elias ([1939] 2011) a Idade Média é um marco no processo civilizador, José Carlos Rodrigues (1995) toma esse período como ponto de referência para a comparação com as mudanças das relações corporais no mundo moderno, destacando as questões de higiene. Segundo Rodrigues (1995), o corpo medieval está inserido em um ambiente de abraços, de proximidade, de contato, de toque e troca de secreções, bem diferente do ambiente da modernidade. “Isso que causa nojo e temor aos nossos corpos de hoje, causava riso, familiaridade, intimidade à sensibilidade medieval” (Rodrigues, 1995, p. 35).

Para Elias ([1939] 2011), naquele tempo, as pessoas tinham entre si relações diferentes das que hoje experimentamos. Faltava – ou ao menos não havia sido desenvolvida no mesmo grau – uma espécie de parede invisível de emoções que atualmente parece se erguer entre um corpo humano e outro, repelindo e separando, e que se manifesta como constrangimento social quando se depara com uma exibição das funções corporais do outro, ou quando suas próprias funções corporais são expostas à vista dos demais.

Roger Chartier ([1986] 2009) considera que entre os séculos XVI e XVIII as sociedades ocidentais foram caracterizadas por um processo de privatização que incluía novas expectativas e práticas, produzindo espaços e objetos, criando uma consciência inédita de si e dos outros, com inovações arquitetônicas, literárias, afetivas e corporais. Para Rodrigues (1995), a modernidade se revela basicamente pelo aparecimento de esferas e domínios autônomos na experiência, na sensibilidade e no pensamento. O que na cultura medieval se configurava como um amálgama começou a se fragmentar, separando corpos e ambientes.

Houve a criação de hospícios, hospitais e prisões para separar os sãos dos doentes; separaram-se crianças de adultos, o que passou a requerer um universo infantil destacado, isolado em colégios onde tais crianças seriam educadas a partir de uma metodologia específica em substituição à pedagogia medieval, na qual apenas imitavam adultos, adequada a uma sociedade em que, até então, as idades se misturavam. Revel ([1986] 2009), quando discute o tratado de Erasmo, destaca o fato de ele ser escrito para as crianças, o que não era comum na época

justamente por não haver essa diferenciação entre o mundo infantil e o mundo adulto.

Um dos processos de separação de suma importância, embora lento, se dá entre o rural e o urbano. No ambiente da cidade, uma das primeiras preocupações, existente desde o século XIV e cada vez mais forte a partir do século XVIII, é separar. Hospitais, colégios, prisões, hospícios, asilos, todos servem para isolar e separar vidas diferentes. Entretanto, o ambiente urbano ainda se assemelhava ao da cultura medieval, com carniça e estrume de animais dentro do perímetro urbano, cheiro dos açougues e de sebo sendo derretido, restos de alimentos, cozinhas coladas umas nas outras e excrementos nas vias públicas, permeando as relações entre os corpos e a mistura dos odores.

Nesse tempo, havia uma mentalidade de que todo perigo vinha do subsolo, e as autoridades decidiram realizar uma “(...) verdadeira cruzada de desodorização e limpeza” (Rodrigues, 1995, p. 42). As ruas começam a ser pavimentadas, em uma mudança na forma de lidar com o solo urbano, canalizando os rios, os esgotos, os excrementos, as águas utilizadas, separando-os em um circuito que deveria desaguar longe. Pelo menos as ruas mais centrais e importantes são alargadas, os espaços entre as construções aumentam, os esgotos são instalados.

Esse processo de higienização e desodorização tem outra faceta, a do indivíduo. Segundo Rodrigues (1995), o estabelecimento da separação de corpos cria fronteiras e é definidor da ideia de individualidade, que nem sempre existiu. Passa a haver uma separação entre coisas internas e externas ao corpo: “(...) as secreções, as fezes, as vísceras, os hálitos, progressivamente passam a ser vistos como algo que deveria ser separado, contido, fechado naquele território próprio em que são passíveis de controle” (Rodrigues, 1995, p. 38). A individualidade emerge, como explica no texto abaixo:

Ela (a individualidade) se integra aos mais ínfimos momentos da existência dos seres humanos a que diz respeito, pois passa a exigir que o corpo contenha dentro de si tudo o que ofereça algum risco de transbordar as fronteiras que o definem como “individual”: os arrotos, os flatos, as transpirações, as salivas, os hálitos, os catarros e, mais tarde, os pensamentos e sentimentos. Tudo isso tinha livre curso nos tempos medievais. Agora, novas mentalidades, novas sensibilidades, novas individualidades: devem ser aprisionados e circunscritos aos limites privados do corpo. (Rodrigues, 1995, p. 49)

Se, por um lado, as funções excretórias estão associadas à natureza fisiológica do corpo, essa ideia está em oposição com a necessidade cultural moderna de afastá-las, repeli-las. Segundo Rodrigues ([1975] 1983), há um interesse em marginalizar essas funções, expresso pelo antigo hábito de construir o banheiro fora da casa (a “casinha”), nos fundos ou mesmo perto da cozinha; nas construções mais modernas, o banheiro em geral fica longe da cozinha, mas perto dos quartos, se mantendo próximo das partes íntimas do espaço doméstico e, conseqüentemente, separado dos domínios sociais e públicos.

Mary Douglas ([1966] 1991) reforça essa abordagem quando analisa a ideia de impureza como relativa, passível de ser modificada pelo tempo e pelo espaço. Para compreendê-la, a antropóloga sugere pensar em uma época em que os fundamentos das regras de pureza não haviam sido transformados pela bacteriologia, uma época em que “(...) ainda não era considerado anti-higiênico cuspir numa escarradeira” (Douglas, [1966] 1991, p. 30). Para a autora, todos os estímulos que recebemos e percebemos através dos nossos sentidos são organizados. Cada um de nós constrói um universo estável no qual os objetos têm uma forma que reconhecemos e organizamos conforme modelos que nós mesmos elaboramos.

Nesse sentido, tendemos a rejeitar impressões que não se encaixam em nossos modelos, mas se as aceitamos, somos obrigados a modificar a estrutura das nossas pressuposições. Quando nomeamos tais impressões, passamos a percebê-las de outra maneira, e no futuro tais impressões serão identificadas conforme algum modelo conhecido. Assim, “(...) à medida que o tempo passa e que acumulamos experiências, investimos cada vez mais no nosso sistema de etiquetas” (Douglas, [1966] 1991, p. 31).

Nesse sistema, impureza está ligada à desordem, ao que está fora do lugar. Segundo Douglas ([1966] 1991), se abstrairmos a patogenia e a higiene das nossas ideias sobre a impureza, veremos que se trata de qualquer coisa que não está onde deveria.

Concebemos a impureza como uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados. A impureza é uma ideia relativa. Estes sapatos não são impuros em si mesmos, mas é impuro pô-los sobre a mesa de jantar; estes alimentos não são impuros em si, mas é impuro deixar os utensílios de cozinha num quarto de dormir ou salpicos de comida num fato; os objetos da casa de banho não estão no seu devido lugar se estiverem na sala de visitas; o mesmo é valido para as roupas abandonadas sobre uma cadeira; para coisas da rua que estão dentro de casa, para objetos do primeiro andar que estão no rés-do-chão; para as roupas de baixo que aparecem onde devia aparecer roupa de cima, e por aí adiante. Em suma, o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações. (Douglas, [1966] 1991, p. 30-31)

A cultura fornece aos indivíduos algumas categorias básicas, um esquema que ordena ideias e valores, mediando sua a experiência. Embora não seja impossível que um indivíduo reveja o seu próprio esquema pessoal de classificação, Douglas ([1966] 1991) lembra que ninguém vive isolado e que recebemos dos outros o nosso esquema de classificação. Desse modo, “(...) a cultura exerce uma certa autoridade; cada um se conforma porque os outros também o fazem” (Douglas, [1966] 1991, p. 32). Isso acontece porque, ainda segundo a antropóloga, nenhuma sociedade existe num vazio neutro e sem cargas, estando sempre sujeita a pressões exteriores. As sanções que acompanham o conceito de impuro são sanções sociais. “A nossos olhos, a poluição é uma questão de estética, de higiene ou de etiqueta; não é grave desde que não provoque qualquer embaraço social” (Douglas, [1966] 1991, p. 58).

Para Rodrigues ([1975] 1983), a reação de nojo (ou asco) conota respeito às convenções que as classificam e separam. Algo classificado como nojento é algo que cruza indevidamente uma linha, que se estabelece em um lugar deslocado no sistema de ordenação. “A reação do nojo é uma reação de proteção contra a transgressão da ordem” (Rodrigues, 1995, p. 140). O repúdio ao nojento é, na verdade, um mecanismo de ligação da ordem intelectual com a ordem física, pois o que nos transmite sensação de nojo no nível das sensações físicas é um mal estar no transtorno da ordem intelectual.

Rodrigues ([1975] 1983) acredita que um estudo do processo de socialização muito provavelmente revelaria que as maiores violências praticadas na sociedade contra uma criança estão relacionadas ao ensino das regras de higiene, a fim de nelas incutir um sistema de signos apoiado na superioridade do

puro sobre o impuro. Este processo é uma espécie de treinamento, cujo objetivo é fazer com que a criança abra mão de sua autonomia fisiológica para aceitar o controle cultural. “A inculcação das regras gerais implica sempre uma ameaça em termos de higiene e posição social: se você não estudar, vai ser lixo” (Rodrigues, [1975] 1983, p. 117).

O estabelecimento de fronteiras e o fechamento do corpo reduziram a capacidade do indivíduo de suportar os cheiros exalados pelas outras pessoas. Essa nova sensibilidade, tendo a separação dos corpos como definidora da modernidade, exige uma grande atenção para conter e aprisionar os cheiros e toques. “Acima de tudo, ela não mais admitirá que o cheiro do outro invada o nosso território individual” (Rodrigues, 1995, p. 51). Nesse novo cenário cultural, foi necessário contrair novos hábitos que permitissem o fechamento das funções excretórias e seu isolamento, surgindo o que hoje conhecemos como privada. Novo hábito, novas instruções: aos seus usuários era ensinado que deveriam se sentar em vez de agachar, que era o hábito até então para excretar. Toda uma pedagogia de novos hábitos precisaria ser incutida.

Essa pedagogia incluía também o policiamento de odores através de essências botânicas. “As pessoas eram incentivadas a usar saquinhos com perfumes, a lavar as roupas, a corrigir os odores da atmosfera individual com exalações que mascarassem as emanações espontâneas do corpo” (Rodrigues, 1995, p. 51), tudo a fim de evitar um mal estar que não cabia mais em um cenário de sensibilidade individualista. Todos se perfumam e, sobretudo, perfumam as roupas. Mais tarde, no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), a orientação é outra: “(...) a época dos perfumes já passou; a boa sociedade reprova-os” (Verardi, [1857] 1900, p. 81), indicando já uma mudança na mentalidade que antes disfarçava os odores com perfumes, mas que no século XIX já encontra no banho e na água outras formas de asseio. Segundo o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), o homem não deve usar perfumes, deixando-os para as mulheres “loureiras” que os utilizam para chamar a atenção.

De acordo com Revel ([1986] 2009), do final da Idade Média até meados do século XVIII, a limpeza geralmente dispensa a água e ignora o corpo, com exceção para as partes expostas: rosto, pés e mãos. Conforme Rodrigues (1995), a

ideia de higiene corporal até o início do século XIX não era tomar banho e sim trocar de roupa, usar roupas limpas, já que neste tempo molhar a cabeça e entrar na água eram temidos pelos médicos, sob o risco de congestão cerebral, infertilidade e perda de elasticidade da pele. A higiene corporal concernia, portanto, em lavar o rosto, as mãos, os pés algumas vezes na semana, e somente de tempos em tempos e com muito cuidado é que se devia tomar banho de corpo inteiro.

A atenção com as roupas, portanto, é que expressava a limpeza. A roupa de cor branca demandava cuidados especiais, pois o “(...) frescor ostentado na gola e nos punhos constitui sinal autêntico do asseio” (Revel, [1986] 2009, p. 192). A roupa branca adquiria importância eminente, pois ao mesmo tempo em que escondia a superfície do corpo, revelava em público a limpeza da pessoa.

A restrição ao banho se dava, além dos riscos físicos na época imaginados, também por questões morais. Considerado um indutor do autoerotismo, o banho favoreceria “disposições pecaminosas” (Rodrigues, 1995, p. 53). As questões morais associadas à limpeza surgem em torno do fim do século XVIII, segundo Rodrigues (1995), quando ser limpo, banhado, penteado, asseado começa a significar ser também alguém que emana confiança, alguém de quem convém se aproximar, com quem se deve fazer amizade, e até mesmo se casar. Roberto DaMatta (2004), em uma pesquisa sobre o sujo e o limpo no quadro de valores da cultura e da sociedade brasileira, mostra que na sociedade contemporânea as partes do corpo precisam ser limpas diariamente, em uma preocupação evidente e quase obsessiva, pois é um símbolo do bem estar individual. O corpo mantido limpo reflete zelo, cuidado.

Verardi ([1857] 1900) conceitua o asseio como “(...) a primeira qualidade do homem civilizado, não só no vestuário, mas sobretudo no corpo” (Verardi, [1857] 1900, p. 77). Quanto às mulheres, também “(...) o primeiro enfeite é o asseio” (p. 80). Considerando que a ideia de asseio na época em que escreve o manual significava um banho semanal, Verardi ([1857] 1900) recomenda banho pelo menos uma vez por semana, mas lavar-se todos os dias, limpar os dentes, as orelhas e as unhas todas as manhãs e lavar a boca depois de comer. Para limpar os dentes “nada de pós desconhecidos”, porque “(...) a maior parte dos que se

vendem arruinam o esmalte e os fazem amarelos, não tardando a cair” (p. 81). Também “não se deve usar de escova dura” (p. 81).

Sem a menor sutileza, Verardi ([1857] 1900) recomenda aos homens “(...) deixar o bigode para os militares, os cabelos compridos para os camponeses e romanescos, e a barba comprida para os bodes” (Verardi, ([1857] 1900, p. 78). No caso das mulheres, os cabelos penteados também aparecem como sinônimos de asseio, de modo que “(...) uma mulher mal penteadada sempre parece suja” (p. 80).

Já na década de 1960, no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), o cuidado com a barba também aparece como demonstração de zelo com a aparência: “(...) lembre-se de que um homem nunca estará bem vestido se a barba estiver por fazer” (Carvalho, [1961] 1966, p. 168), mas as questões de higiene pessoal e asseio não surgem diretamente neste manual, estando uma boa aparência muito mais relacionada aos trajes. Isso provavelmente ocorre porque hábitos básicos, como tomar banho de corpo inteiro, na época deste guia, já tinham sido assimilados pelos indivíduos e pela sociedade, não requerendo mais que fossem descritos e ensinados em manuais.

No “Novo Manual do Bom” (Verardi, [1857] 1900), escrito no século XIX, não faltam regras para o indivíduo se manter asseado e, portanto, civilizado. A limpeza é ressaltada como requisito, inclusive, para a manutenção do casamento: “(...) algumas mulheres (...) muito elegantes antes do seu casamento, deixam-se dominar depois por negligência tal que não só se tornam desgraçadas, mas até imundas; neste caso, se o marido deixar de as amar (...), não têm direito de queixar-se” (Verardi, [1857] 1900, p. 17).

De acordo com Mary Douglas ([1966] 1991), se refletirmos com honestidade sobre as nossas limpezas, concordaremos que seu fim principal não é evitar doenças: evitamos as impurezas e justificamos este comportamento invocando determinados perigos. A ideia contemporânea do que é impuro se torna, então, fruto do cuidado com a higiene e do respeito pelas convenções estabelecidas em sociedade, convenções essas que “(...) evoluem com os conhecimentos que adquirimos” (Douglas, [1966] 1991, p. 10).

Para Roberto DaMatta (2004), “sujo” e seus afins “sujeira, imundície, impureza, nojento” são conceitos abrangentes no Brasil, que alcançam os espaços públicos e a vida urbana. São tão abrangentes que se relacionam com consagradas expressões e metáforas populares, como “lavar a alma” e “estar com a consciência limpa”, que indicam coisas boas, em oposição a expressões como “estar na lama”, que significa estar em uma má situação.

Certas sujeiras, como os resíduos corporais, que impregnam as “roupas brancas” (as roupas que cobrem, protegem e realçam a intimidade e, por isso, se confundem com os limites das pessoas, como as calcinhas, os sutiãs e as cuecas, bem como as meias) seriam os mais perigosos, exigindo e dando trabalho na limpeza. Geralmente requerem uma dupla ou tripla limpeza (lavar, ensaboar, enxaguar) e, neste sentido, equivalem a uma confissão ou limpeza moral, como ocorre quando uma pessoa comete um ato sujo como roubar, mentir ou enganar. (DaMatta, 2004).

Em razão dos desdobramentos dessa relação com o asseio, determinada pelas relações sociais, os indivíduos e a sociedade estão fadados, segundo Rodrigues (1995), a reagir de forma visceral, com asco, contra tudo o que seja discrepante dessa sensibilidade.

5.

Civilidade, boas maneiras e os manuais de etiqueta

Na medida em que as novas formas de interação social colocam o indivíduo em uma posição de sempre ser observado em seus gestos e atitudes, ficam ainda mais severas as proibições do contato físico, do tocar os corpos. De acordo com Roger Chartier ([1986] 2009), os efeitos desse distanciamento dos corpos são percebidos nas mudanças nos hábitos de dormir, nos hábitos à mesa, nos encontros corporais (sejam eles brincadeiras ou lutas), no uso do espaço, opondo civilidade e intimidade.

De acordo com Elias ([1939] 2011), no tratado de Erasmo, por exemplo, engolir o escarro era sinônimo de má educação. Ou seja, escarrar não apenas era natural, como encorajado. Funções corporais outrora tidas como comuns e banais, totalmente aceitas como cuspir, escarrar, assoar o nariz, passam a ser percebidas de outra forma, principalmente à mesa, quando a adoção de utensílios sofisticada o momento da refeição, exigindo também um refinamento dos modos. É a transformação das relações e interações humanas que agrava os sentimentos de nojo e acaba resultando em restrições do que pode ou não ser feito em público.

Segundo Elias ([1939] 2011), como vimos, após a Idade Média, lentamente as pessoas são forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, tornando-se mais sensíveis às pressões umas das outras. Aos poucos, o código de comportamento fica mais rigoroso, e aumenta o grau de consideração que se espera das pessoas. O senso do que fazer ou não fazer tendo em vista não chocar os demais fica mais sutil, mas “(...) o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente” (Elias, [1939] 2011, p. 87). Basicamente, as regras dos tratados dizem a mesma coisa: não se deve dizer ou fazer nada que possa provocar conflitos ou irritar as outras pessoas.

O sono passa a ser individualizado, cada qual na sua cama, hábito bem diferente da Idade Média, onde a cama não era um espaço privado. Nas casas onde o bom tom prevalece, ninguém é recebido no quarto de dormir, local que, segundo Elias ([1939] 2011), se tornou uma das áreas mais privadas e íntimas da

vida humana, ao contrário do que ocorria na sociedade medieval, quando era normal receber visitantes nesse espaço, e as próprias camas tinham valor de prestígio relacionado com sua opulência.

Os ruídos vão sendo banidos, como veremos a seguir, embora regras a respeito de não estalar os lábios já constassem em instruções medievais, de acordo com Elias ([1939] 2011). Ainda assim, é evidente para o autor o aumento da pressão que as pessoas exercem umas sobre as outras, mas de maneira polida e gentil, o que se mostra uma forma de controle social eficaz no sentido de inculcar novos hábitos. “Nesse momento, com a transformação estrutural da sociedade, com o novo modelo de relações humanas, ocorre, devagar, uma mudança: aumenta a compulsão de policiar o próprio comportamento” (Elias, [1939] 2011, p. 89).

Outra grande transformação se dá nas maneiras à mesa. Enquanto na fase medieval comia-se com as mãos, de acordo com Elias ([1939] 2011), uma fase de movimentos e mudanças relativamente rápidos abrangendo do século XVI ao século XVIII pressiona na direção de uma conduta refinada à mesa. No fim do século XVIII, a classe alta francesa adotou um padrão à mesa, que aos poucos foi sendo considerado como natural por toda a sociedade civilizada e, daí em diante, cada vez mais na classe alta um utensílio é usado para cada tipo de comida, cada um com formas e funções diferentes (Elias, [1939] 2011). A conduta diária nunca perde de todo sua importância como instrumento de diferenciação social, seja na habilidade de manusear cada utensílio, seja no controle dos gestos, das emoções e do corpo como um todo.

5.1.

Civilidade e expressões sensíveis do corpo

A civilidade comanda os comportamentos do indivíduo em sociedade. Segundo Chartier ([1986] 2009), na medida em que as novas formas sociais (e, sobretudo, a corte) ampliam as dependências recíprocas e as familiaridades impostas, exigindo uma tradução sempre visível, sempre pública do que o indivíduo é, tornam-se mais severas as proibições do contato físico. O conceito de civilidade passa a estar intimamente ligado à capacidade de controle: dos gestos, das emoções, dos corpos, do espaço, do indivíduo.

Elias ([1939] 2011) diz que nos círculos da corte havia uma crescente compulsão por se controlar e se moderar como uma marca de distinção, imediatamente imitada abaixo e difundida com a ascensão de classes mais numerosas. Para se distinguir, portanto, se fez necessária uma aprendizagem sobre o distanciamento dos corpos. O século XVI é marcado, segundo Revel ([1986] 2009), por um intenso esforço de codificar e controlar os comportamentos, que são submetidos às normas de civilidade. A linguagem dos corpos é destinada aos outros, projetando o indivíduo para fora de si mesmo e submetendo-o à aprovação do grupo. “A civilidade é acima de tudo uma arte, sempre controlada, da representação de si mesmo para os outros, um modo estritamente regulamentado de mostrar a identidade que se deseja ver reconhecida” (Chartier, [1986] 2009, p. 165).

Peter Gay (1989), ao escrever uma importante biografia de Sigmund Freud, argumenta que com medo de paixões desenfreadas, o mundo considerou necessário, durante toda a história de que se tem registro, “(...) rotular os mais insistentes impulsos humanos de mal educados, imorais, ímpios. Desde a publicação de livros de etiqueta à proibição da nudez nas praias, (...) a cultura canaliza, limita e frustra o desejo” (Gay, 1989, p. 131). O aumento do controle social e as transformações das sociedades e dos comportamentos podem ser acompanhados através da literatura de civilidade. Para Revel ([1986] 2009), uma sociedade constrói representações de seu próprio funcionamento, representações que podem ser buscadas em textos sobre civilidade que “(...) do século XVI ao XIX, codificam minuciosamente os valores corporais e regulamentam em detalhes o sistema de comportamentos sociáveis” (Revel, [1986] 2009, p. 171).

Se a linguagem do corpo e seus gestos dizem muito sobre o indivíduo perante a sociedade, a regulamentação das manifestações desse corpo deve ser capaz de “(...) formar ou reformar suas disposições íntimas” (Revel, [1986] 2009, p. 173). Isso ocorre através da literatura de civilidade, que descreve quais são os comportamentos lícitos e censura aqueles que são considerados irregulares ou mesmo maus - como vimos, bondade também é uma questão de civilidade, logo, o mal deve ser censurado.

Nesse sentido, é interessante que o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) ensine que “(...) a verdadeira civilidade não incomoda pessoa alguma, dá-lhe liberdade” (Verardi, [1857] 1900, p. 8). Pois as regras pregam justamente o contrário, ensinam o controle dos corpos, dos gestos, das emoções, nem que para isso seja necessário usar uma máscara social que a prática do mundo ensina a colocar. Afinal, não se pode correr o risco de não ter civilidade em alguma situação, já que “(...) para merecer a reputação de homem polido é preciso sê-lo em todas as circunstâncias da vida, e em toda parte” (p. 9). Como observa Rodrigues ([1975] 1983), o corpo é um complexo suporte de símbolos, mesmo que seus receptores e emissores não estejam conscientes da mensagem que portam.

Assim como ocorre na inculcação de regras de higiene nas crianças, para Rodrigues ([1975] 1983), o processo de socialização é também um inibidor – que, nesse caso, inibe as expressões emocionais que a coletividade entende como inaceitáveis ou, no mínimo, inadequadas, e incentiva as expressões desejáveis.

Os complexos emocionais assim formados estarão a serviço das diferentes sociedades, como mecanismos avaliadores e controladores da observância ou não observância das normas comportamentais culturalmente constituídas. De fato, tanto quanto os sentimentos de vergonha e culpa, ou de desgosto de um modo geral, que acompanham a transgressão das normas sociais, as satisfações alcançadas pela realização dos ideais sociais são também mecanismos de controle social, sediados no íntimo de cada individualidade. (Rodrigues, [1975] 1983, p. 121).

Dentre as expressões emocionais desejáveis ou aceitáveis, chorar continua sendo uma atividade aceitável socialmente. Para Revel ([1986] 2009), embora a maioria das expressões de afeto seja objeto de vigilância, as lágrimas são toleradas. Por trás dessa expressão de sentimentos, “(...) percebemos na verdade uma circulação social específica baseada na troca pública das lágrimas no seio de elites que aí encontram o meio de experimentar e mostrar sempre os privilégios sensíveis que as unem” (Revel, [1986] 2009, p. 191). Rodrigues ([1975] 1983) entende que sentir emoção é também algo que se aprende; quando, por que e com que intensidade se deve chorar é parte do aprendizado do controle social. A determinação de quando e por quais motivos as lágrimas devem ser vertidas é cultural.

Marcel Mauss ([1921] 2005), quando fala dos rituais funerários australianos, estuda os choros e as lágrimas como fenômenos sociais. As expressões coletivas dos sentimentos representam uma linguagem, em que se constituem signos que todo o grupo compreende. “A pessoa, portanto, faz mais do que manifestar os seus sentimentos, ela os manifesta a outrem (...). Ela os manifesta a si mesma exprimindo-os aos outros e por conta dos outros” (Mauss, [1921] 2005, p. 332). Os ritos têm como finalidade demonstrar às duas partes que se saúdam o uníssono de seus sentimentos, o que os torna parentes ou aliados. Os sentimentos têm, assim, um caráter coletivo e, ao mesmo tempo, obrigatório.

Não é somente tal ou tal expressão de sentimento, tal ou tal atividade intelectual que supõe a coordenação destes três elementos: o corpo, a consciência individual e a coletividade; é a própria vida, é o homem todo, é sua vontade, seu desejo de viver ele mesmo sua vida, que devem ser considerados do ponto de vista dessa trindade. (...). Um indivíduo que pecou ou que crê ter pecado, que se enfeitiçou ou se julga enfeitiçado, deixa-se morrer amiúde muito depressa, às vezes no próprio momento em que havia previsto. Não há nisso nada de anormal. (...) É que o desacordo entre o indivíduo e a sociedade lhe tirou a razão de viver, faz-lhe negar e apaga nele o mais violento dos instintos fundamentais. (...) Assim, é todo seu ser que depende da consciência de ser social. (...) Tudo se passa num mundo em que a natureza psíquica como natureza moral e, mais precisamente, social é soberana do corpo. (Mauss, [1921] 2005, p. 335)

Ao contrário do que ocorre com a expressão de sentimentos como o choro, traduzido pelas lágrimas, nem todas as expressões emocionais são socialmente aceitas. Ser civilizado requer a habilidade de controlar funções corporais que podem provocar nojo. O espaço entre os corpos na Idade Média permitia o toque, a aproximação, mesmo o contato de secreções e excrementos, pois havia uma noção espacial diferente da que foi sendo absorvida com o processo civilizador. A distância que passa a haver entre os corpos impacta diretamente na noção de civilidade que, de acordo com Maria Cecília Pilla (2004), passa por uma domesticação dos modos na qual os ruídos vão sendo banidos em prol de não incomodar o outro. Os instintos devem ser controlados, e hábitos tidos como naturais vão sendo banidos, principalmente quando se está à mesa (como veremos adiante), mas não exclusivamente nessas ocasiões. “Estalar de lábios, barulhos com a garganta ou narinas tornam-se proibidos; excluí-los era sinal de distinção, as pessoas civilizadas eram comedidas” (Pilla, 2004, p. 125).

Segundo Pilla (2004), o comportamento comedido, contido, demonstra a capacidade de governar a si mesmo, o que é uma virtude moral que aparece frequentemente nos manuais de etiqueta desde seus primórdios. A literatura de civilidade ressalta, ao longo dos tempos, a importância dos comportamentos contidos para o êxito da vida em sociedade. A falta de comedimento tem graves implicações sociais, pois quem não é civilizado, ou seja, quem não é capaz de se conter diante dos outros, seja nos gestos, na expressão de suas emoções ou mesmo na fala, sofre a sanção de não ser convidado para reuniões sociais. “E nunca ser convidado significa não ter oportunidade de conhecer e se relacionar com pessoas, muitas vezes fora de seu círculo social, fechando-se uma das portas de acesso à integração social” (Pilla, 2004, p. 126).

A partir da leitura dos manuais de civilidade, compreende-se que, ainda que involuntários e quase inerentes ao corpo humano, o espirro, a coriza, a tosse, os flatos, os arrotos, não são tolerados na sociedade moderna ocidental. Defecar e urinar em público parece sempre terem sido atos não exatamente educados, mas a literatura de civilidade analisada por Elias ([1939] 2011) nos revela que eram bem menos censurados do que hoje, de modo que havia regras específicas a esse respeito em diversos tratados.

Enquanto no tratado de Erasmo, de 1530, era considerado “(...) indelicado cumprimentar alguém que esteja urinando ou defecando” (Elias, [1939] 2011, p. 130), indicando que urinar e defecar em público era normal, em tratados dos anos seguintes tais funções excretórias passam a ser algo censurado. Em uma obra de 1609, diz-se que “(...) não fica bem a um homem decoroso e honrado preparar-se para se aliviar na frente de outras pessoas” (Elias, [1939] 2011, p. 131). Controlar, reter os excrementos não era algo recomendável, sob pena de contrair doenças, mas já havia algum pudor. “Não segures a urina ou os gases que incomodam teu corpo; desde que o faças em segredo, não te perturbes por isso” (p. 132).

Há aqueles que ensinam que o menino deve prender os gases, comprimindo-os no intestino. Mas não é conveniente, esforçando-se para parecer educado, contrair uma doença. Se for possível retirar-se do ambiente, que isto seja feito a sós. Mas, em caso contrário, de acordo com o antigo provérbio, que a tosse esconda o som. O som do peito (...) é horrível. Sacrifícios devem ser feitos, com as nádegas fortemente comprimidas. Tossir para ocultar o som explosivo: aqueles que,

porque estão embaraçados, não querem que o vento explosivo seja escutado, simulam um ataque de tosse. (Elias, [1939] 2011, p. 130)

O fato de estarem presentes nessas obras dos séculos XVI e XVII questões que mais tarde foram silenciadas nos manuais “(...) deixa bem clara a mudança da fronteira do embaraço” (Elias, [1939] 2011, p. 131). As funções corporais não são, nesse momento, assuntos íntimos e privados, como virão a ser. A naturalidade com que são abordadas em manuais desses séculos demonstra uma “(...) falta de vergonha que, para a maioria das pessoas que adotam o padrão atual pode, a princípio, parecer incompreensível e não raro embaraçosa” (p. 134). O controle dos instintos era inicialmente imposto quando se estava na companhia de outras pessoas, ou seja, por razões sociais. “Isto muda lentamente, à medida que as pessoas se aproximam mais socialmente e se torna menos rígido o caráter hierárquico da sociedade” (p. 137).

De fato, nos dois manuais analisados nesta pesquisa, esses assuntos já quase não são mais abordados, provavelmente por já se tratarem de regras assimiladas pelos leitores. Pilla (2004) observa que o que fazer e o que não fazer em relação às funções corporais está ausente nos manuais do século XX, exceto pela atitude de arrotar, sobre a qual o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) apenas menciona de passagem, como veremos adiante. Seria isso, provoca Pilla (2004, p. 132), “(...) um indício de que agora já podemos voltar a falar sobre funções corporais esquecidas, mas que podem estar, e na verdade estão, presentes em nossa vida?”. Talvez sim, mas não sem causar muito embaraço – e, com certeza, não serão assuntos para serem tratados à mesa.

5.2. Hábitos à mesa

Uma das grandes transformações decorrentes dos efeitos do distanciamento dos corpos se percebe nas mudanças das maneiras à mesa, com a transformação de se comer em um prato comum a todos e a adoção de utensílios pessoais. O que hoje entendemos como normal, polido, educado, como comer com garfos, facas e colher, cada utensílio com uma finalidade e um uso, não era visto assim. No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), instrui-se o

uso de colher para tomar sopa, em vez de garfo. Essa instrução, tão óbvia para a sociedade ocidental atual, não era evidente na época, logo, precisava ser ensinada.

No “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), diz-se que “(...) é natural que haja um prato em cada lugar. Esse prato é grande e raso” (Carvalho, [1961] 1966, p. 42), indicando que houve uma época em que um prato individual não era o usual. “Todos os costumes no ritual em mutação, por mais insignificantes, estabeleceram-se com infinita lentidão, até mesmo formas de comportamento que nos parecem elementares (...) como o costume de ingerir líquidos apenas com a colher” (Elias, [1939] 2011, p. 112).

O mesmo vale para as funções corporais. Durante um longo período, escarrar, por exemplo, era algo tão comum que no tratado de Erasmo, segundo Elias ([1939] 2011), como vimos, engolir o escarro era sinônimo de má educação. Ou seja, escarrar não apenas era natural, como encorajado. No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), escarrar já era considerado nojento e tal hábito à mesa é proibido. Da mesma forma, assoar-se e espirrar passam a ser funções que devem ser controladas à mesa, como veremos.

Por trás da ritualização dos hábitos à mesa, há muito mais do que apenas as maneiras de comer. A forma de se sentar, prevendo uma determinada ocupação do espaço físico, tem relação com não incomodar os demais presentes à mesa. O controle dos gestos que hoje configura um modo de ser civilizado, como não cuspir ou escarrar estando à mesa, também é puramente social, uma vez que tais hábitos já foram usuais e hoje são sinônimos do grotesco, de falta de educação e de cortesia. O uso do guardanapo, o modo correto de utilizar os utensílios, os ruídos que vão sendo banidos, até mesmo os assuntos que convém ou não abordar durante as refeições, tudo isso lembra o complicado cerimonial presente na sociedade de corte – e todos são repletos de significados que evidenciam quem é e quem não é civilizado.

Durante muito tempo o comportamento à mesa reteve a atenção dos pedagogos, que até meados do século XVI aconselham, sobretudo, a moderação, a decência e o respeito aos comensais. Reencontramos tais preocupações nas civilidades posteriores, complicadas, no entanto, por uma minuciosa montagem dos gestos e da postura. A mesa torna-se então o pretexto de um ritual complexo e, ao mesmo

tempo, a ocasião de uma demonstração de sociabilidade. (Revel, [1986] 2009, p. 187)

A refeição torna-se “uma espécie de balé” (Revel, [1986] 2009, p. 187), e comer em companhia requer autocontrole que, em primeiro lugar, “(...) faça esquecer o corpo, seus apetites indiscretos, suas funções, seus ruídos e humores” (p. 187). Os exemplos são muitos, e todos revelam a mesma valorização do que pode e deve ser mostrado em público, de acordo com as normas. Até os dias atuais, é bastante comum que os hábitos à mesa sirvam como identificação sobre se alguém é ou não educado.

No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), este comportamento em público é amplamente valorizado. Cerca de um quinto das duzentas e uma páginas do manual é dedicado a instruir sobre os comportamentos adequados aos convidados de um jantar. Segundo o manual, “(...) o grego e o latim não bastam para ser homem do mundo, e a educação fina não se aprende nos colégios” (Verardi, [1857] 1900, p. 28).

A etiqueta à mesa presente no manual de Verardi ([1857] 1900) contém regras que abrangem desde o recebimento do convite para um jantar, passando pelo horário de chegada e partida, quem primeiro se dirige à mesa e onde cada um deve se sentar, até o uso dos utensílios e do guardanapo, além de observações sobre o tom de voz que deve ser usado durante as conversas à mesa e o controle gestual. O verbo mais presente no manual é o “dever”: deve-se fazer isso, não se deve fazer aquilo. Apesar disso, o tom geral é de que se deve buscar ser civilizado sendo bondoso, querendo o bem ao próximo, buscando agradar.

Executando-se o que se acabou de indicar nestas regras, não pode haver receio de ser censurado em qualquer casa onde se jante, embora se encontre alguma diferença no serviço, na certeza de que em toda parte se achará indulgência por qualquer infração, quando se conheça bondade no indivíduo e, além disso, boas maneiras e desejo de agradar. (Verardi, [1857] 1900, p. 40).

Comparado com o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) é absolutamente mais completo e também complexo. O detalhamento das regras sobre o que fazer e não fazer, especialmente à mesa, é aprofundado e chega a ser cansativo. Funciona de fato como um guia, dispondo regras e mais regras praticamente impossíveis de serem

decoradas. Daí a sua utilidade: é uma publicação passível de ser consultada nas mais diversas situações da vida. Nela, o Carvalho ([1961] 1966) traz à tona o que considera como sendo debates longos e insistentes sobre a etiqueta à mesa, debates esses que, segundo ele mesmo, atravessam os tempos.

Assim como acontece no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), os hábitos à mesa têm amplo espaço no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966). Mais de um quarto das duzentas e dezessete páginas é dedicado ao assunto. Deve-se tomar sopa com a ponta da colher ou com o lado? Deve-se ou não mergulhar o pão no molho da carne? Marcelino de Carvalho ([1961] 1966) aponta as transformações nos hábitos à mesa, observando que no século XVI, por exemplo, não eram utilizados pratos para comer, e que o copo era um só para todos, realidade bem diferente no século XX, quando seu guia foi escrito.

As primeiras orientações do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) sobre civilidade na mesa são claras: “(...) nunca se deve apresentar à hora de jantar em casa alguma a qualquer pessoa, exceto tendo precedido convite” (Verardi, [1857] 1900, p. 29). Nunca se deve chegar após o horário marcado, e sim precisamente de oito a dez minutos mais cedo, sendo que “(...) uma senhora que se faz esperar mais de um quarto de hora quer que falem dela” (p. 29). Os convidados são servidos por “criados”, sempre presentes em grande número.

Para o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), o convite para qualquer refeição começa na escolha dos comensais, sendo que oito pessoas é o número ideal se considerado o número de peças de um faqueiro e de um jogo de louças (Carvalho, [1961] 1966, p. 33). Além disso, “(...) um bom empregado serve, sozinho, oito pessoas” (p. 34), estabelecendo que o termo correto agora é “empregado” em vez de “criado”. É ressaltado que um convite feito nunca pode ficar sem resposta, de modo que também não se deve aparecer em uma recepção sem ter sido convidado ou confirmado presença.

Segundo o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), quando anunciado que o jantar foi servido, é necessário que se cumpra um ritual específico. “Deve o convidado esperar que o dono ou dona da casa o mande

entrar, e então se houver senhoras, o homem dará o braço esquerdo a uma, e a guiará para a sala de jantar” (Verardi, [1857] 1900, p. 29). Nessa ocasião, o homem passa à frente primeiro, seguido pela senhora, mas somente nesse caso isso é aceitável. “Em outra qualquer circunstância passar adiante de uma senhora será uma descortesia imperdoável” (p. 30). Se não houver senhoras, as pessoas de maior distinção, segundo o manual, entrarão primeiro na sala de jantar, sendo os donos da casa os últimos a entrar.

Em seguida, o manual de Verardi ([1857] 1900) instrui sobre a ocupação dos lugares à mesa. As instruções são numerosas e complicadas, e a orquestração se dá mesmo como um “balé” a que se refere Revel ([1986] 2009). Cada convidado deve aguardar que um lugar lhe seja designado, a menos que haja um cartão com seu nome à frente de um assento. É preciso também esperar que o dono da casa dê o sinal para que todos se assentem, mas nunca antes das senhoras. A distância da mesa precisa ser observada, nem muito perto, nem muito longe, “(...) e seguir nisto o meio termo” (Verardi, [1857] 1900, p. 31).

No “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) também compete à dona da casa alocar os convidados à mesa, colocando “(...) à sua direita o convidado de maior importância ou menor intimidade e, à sua esquerda, o segundo, na ordem” (Carvalho, [1961] 1966, p. 34), evitando colocar marido e mulher sentados lado a lado, provavelmente para que todos conversem. “É necessário muito cuidado no colocar as pessoas, sobretudo em se tratando de estrangeiros, muito rigorosos a este respeito” (p. 56). Em caso de dúvida, “(...) convém consultar pessoa mais habilitada, porque os casos são muitos e difíceis de resolver” (p. 56). Em ambos os manuais as instruções indicam que, ao fim do jantar, ninguém deve se levantar da mesa até que o dono da casa dê sinal.

Segundo o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), a disposição dos convidados à mesa gira em torno dos convidados de honra, o que sugere que os jantares são, em sua maioria, destinados a uma finalidade específica, a homenagear alguém. Aos donos da casa cabe a função de dar atenção a esses convidados, mas é “(...) dever dos demais dar atenção aos seus vizinhos da direita e da esquerda. Essa tarefa cabe, sobretudo, aos homens, que não podem deixar uma vizinha longo tempo sem falar” (Carvalho, [1961] 1966, p. 35). O

perfeito convidado, segundo o guia, divide sua atenção entre suas vizinhas de assento.

Um dos capítulos do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) se destina a instruir todos os utensílios e acessórios que devem estar à mesa: a toalha deve ser muito branca, o tamanho da mesa deve ser proporcional à quantidade de convidados e, para cada pessoa, haverá um prato com guardanapo e um talher, o que evidencia a transformação, uma vez que na Idade Média esses eram utensílios compartilhados. A cada convidado, é servido um pedaço de pão, o vinho é servido em garrafas de cristal, e todos os pratos são servidos por criados, também responsáveis por trincar as carnes – hábito muito comum até então, requerendo inclusive um item à parte no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e que já não está presente no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966). A menção ao hábito de ser servido está presente ao longo dos dois manuais, seja por criados no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), seja por empregados no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966).

No “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), aparece outro tipo de serviço à mesa, o sistema americano, “(...) dada a dificuldade de empregados que possam bem servir um jantar de muitos convidados sentados a mesas grandes” (Carvalho, [1961] 1966, p. 35). No sistema americano de servir, as travessas são dispostas em uma grande mesa ou aparador, os pratos individuais são empilhados com os talheres próximos a eles, e os próprios convidados se servem, cabendo aos empregados basicamente retirar os pratos usados e levá-los de volta para a copa – algo impensável para um leitor do manual do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900).

Em sua análise da literatura de civilidade como instrumento para entender o processo civilizador, vimos que Elias ([1939] 2011) analisou trechos de tratados, como o de Erasmo, e também guias de comportamento, poemas e canções escritos entre o século XIII e o século XIX. A observação das instruções dadas nesse tipo de literatura, se comparadas com o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e com o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), nos ajudam a perceber transformações e também permanências dos hábitos à mesa ao longo dos tempos.

Em relação ao uso do guardanapo, “(...) se um guardanapo é fornecido, ponha-o sobre o ombro esquerdo ou no braço”, nos ensina o tratado de Erasmo, de 1530 (Elias, [1939] 2011, p. 96). No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), já se confere uma mudança, uma vez que sentado à mesa, o convidado deve pegar o guardanapo, sem desdobrá-lo totalmente, e colocá-lo atravessado sobre as pernas, e não nos ombros. Segundo o manual de Verardi ([1857] 1900, p. 200), “(...) há sempre um motivo justo que explica certos usos. Assim, o guardanapo seguro ao peito é muito acertadamente condenado. A estética e o bom gosto opõem-se a semelhante prática”.

O guardanapo tinha como função limpar os dedos usados para comer. No tratado de Erasmo, vemos que “(...) é feio lamber dedos gordurosos ou secá-los no casaco. Melhor é usar a toalha da mesa ou o guardanapo” (Elias, [1939] 2011, p. 96). Mas também era usado para limpar os lábios. “Antes de beber, enxuga a boca para não sujar a bebida. Este ato de cortesia deve ser observado em todas as ocasiões” (p. 93).

Na medida em que os dedos deixam de ser usados para comer e, conseqüentemente, não precisam ser limpos, a função do guardanapo passa a ser limpar a boca, instrução que permanece no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966). “Antes de beber vinho ou água, é preciso limpar a boca com o guardanapo para não sujar o copo” (Verardi, [1857] 1900, p. 37). “É de bom tom enxugar os lábios com o guardanapo antes de levar o copo à boca” (Carvalho, [1961] 1966, p. 57). Em contrapartida, o guardanapo jamais deve ser usado para limpar o copo, pois é “(...) prova de má educação, além da ofensa que se faz ao dono da casa” (Verardi, [1857] 1900, p. 35).

O “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) remete a uma época em que “(...) era hábito dobrar-se o guardanapo, fazendo fantasias com ele, colocando-o dentro do copo de água, aberto em leque ou em figura de triângulo” (Carvalho, [1961] 1966, p. 46), mas Carvalho ([1961] 1966) ressalta que agora, quanto mais simples, melhor. Maria Cecília Pilla (2004) esclarece que foi provavelmente em torno do século XVI que dobrar guardanapos se configurou uma arte e profissão. “Em Versalhes (...) a apresentação de guardanapos dobrados

em formas de peixes, pássaros ou frutas teve seu apogeu. Por outro lado, era considerada uma quebra de etiqueta desdobrá-lo, e eram fornecidos outros guardanapos para o uso efetivo” (Pilla, 2004, p. 113). No século XIX, a arte de dobrar guardanapos caiu em desuso.

O modo de colocar o guardanapo na mesa ao fim do jantar é basicamente o mesmo nos dois manuais. No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), a regra é colocá-lo sobre a mesa, sem dobrar, enquanto no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) há mais detalhes sobre como fazê-lo: “(...) o guardanapo é dobrado pelo comensal, mas de maneira rápida, sem o que se daria a impressão de pensar que os donos da casa iriam usá-lo uma outra vez, sem passar pela água e pelo ferro quente” (Carvalho, [1961] 1966, p. 46).

Diversas instruções sobre como tomar sopa estão presentes em toda a literatura de civilidade, sendo que a preocupação em não fazer ruídos era mais presente nos trechos analisados por Elias ([1939] 2011). “Um homem refinado não deve fazer barulho de sucção com a colher quando estiver em boa companhia. Esta é a maneira como se comportam na corte pessoas que se entregam a hábitos grosseiros” (Elias, [1939] 2011, p. 73). “E não sorvas ruidosamente a tua sopa. Em momento algum em toda a tua vida” (p. 92). A proibição aos ruídos desse tipo já não é frequente no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), sugerindo que tais hábitos já haviam sido banidos.

Um ponto comum à literatura de civilidade analisada por Elias ([1939] 2011) e também presente nos dois manuais estudados é a concordância de que uma das maiores faltas de educação à mesa é soprar a sopa para que esfrie. A orientação permanece a mesma: “(...) não sopres tua bebida ou tua comida, nem para esfriá-las nem para aquecê-las” (Elias, [1939] 2011, p. 93). A permanência dessa regra é percebida no “Novo Manual do Bom Tom”, “(...) se a sopa estiver muito quente não se deverá soprar, espera-se que ela esfrie” (Verardi, [1857] 1900, p. 33), e no “Guia de Boas Maneiras”, “(...) nunca se assopra a sopa, se estiver muito quente. Tendo paciência, ela esfriará por si mesma” (Carvalho, [1961] 1966, p. 62).

Também não se deve virar o prato fundo para tomar o resto da sopa que ficou no prato, orientação presente na obra de Elias ([1939] 2011) e nos dois manuais analisados neste estudo, mas que chegou a ser um hábito comum em séculos passados – daí a necessidade de se instruir sobre não fazê-lo mais. “Não é polido beber no prato, embora alguns que aprovam esse grosseiro hábito insolentemente levistem o prato e o sorvam como se fossem loucos” (Elias, [1939] 2011, p. 92). “Não deves beber no prato. Com uma colher é correto” (p. 91).

No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), diz-se que não se deve tomar sopa usando colher e garfo, somente uma colher, e que ela deve ser deixada no prato para ser retirada da mesa ao fim da refeição. Essa orientação sugere que tal hábito ainda precisava ser incutido. Já no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), orienta-se apenas que a colher fique na mão direita, sem mencionar a proibição de usar outro utensílio, indicando que a colher como utensílio único para tomar sopa já estava consolidado. Essa colher “(...) vai à boca por um dos lados e nunca com a ponta voltada para os lábios” (Carvalho, [1961] 1966, p. 44), e “(...) é sempre usada com a mão direita” (p. 57).

A colher, agora relegada a utensílio para ingerir apenas alimentos líquidos como a sopa, foi, segundo Pilla (2004), durante a Idade Média, o instrumento mais importante à mesa na Europa, sendo utilizada para servir e ingerir a maior parte dos alimentos, o que explica a necessidade de, quando da mudança do hábito, a instrução de comer determinados alimentos com garfo e faca, e não colher, ser necessariamente reforçada. Além disso, por não representar ameaça física, ao contrário da faca, a colher era considerada um objeto simpático, muitas vezes oferecido como presente.

De acordo com Elias ([1939] 2011), na Idade Média a classe dominante de guerreiros faz com que sejam muito poucas as proibições em relação ao uso da faca e torna-a o utensílio mais importante à mesa. Segundo Pilla (2004), na fase medieval, não havia distinção entre formas e usos de facas, que eram utilizadas para caçar, para trincar ou para espetar um alimento à mesa. Nesse período, facas e colheres – ainda não se usava o garfo – eram objetos de uso pessoal, não ficavam dispostos à mesa, e cada convidado levava os seus para os jantares. “Por

isso mesmo, até a Renascença, os talheres eram desenhados para serem carregados no bolso” (Pilla, 2004, p. 116). Elias ([1939] 2011) observa que em fins da Idade Média há indicações de que o uso da faca começa a demandar cautela, o que teria origem não apenas na racionalidade de que a faca pode cortar e machucar, mas acima de tudo no incômodo provocado ao ver uma faca apontada para o próprio rosto.

A faca, para a qual não há uma orientação especial no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) recebe atenção específica. Não deve ser usada para levar o alimento à boca nem para cortar o pão, que deve ser partido com as mãos, diferentemente do que ocorria na Idade Média. Também não pode ser utilizada para cortar o que pode ser partido com o garfo, como salada, ovos, macarrão, batata ou legumes. Posteriormente surgem ainda faqueiros completos com facas especiais para comer peixe, que não eram afiadas como as outras e tinham um formato especial para dividir e tirar as espinhas do peixe já preparado.

De acordo com Pilla (2004), o uso de garfo individual começou a se difundir na Europa a partir do século XVII, quando era utilizado principalmente para ingerir alimentos gordurosos, com molho ou melados. Convém lembrar que ainda nesse período as mãos eram muito utilizadas para comer. “O próprio Luís XIV comia com os dedos no início de seu reinado” (Pilla, 2004, p. 118). Não tocar o alimento com as mãos, o que hoje nos parece óbvio, foi um processo de transformação dos hábitos relacionado muito mais à distinção social do que à limpeza. Um guia do século XVII, analisado por Elias ([1939] 2011), já reflete as mudanças no uso dos utensílios à mesa. “No passado, as pessoas comiam em um prato comum e enfiavam o pão e os dedos no molho. Hoje todos comem com colher e garfo em seu próprio prato e um criado lava de vez em quando os talheres no *buffet*” (Elias, [1939] 2011, p. 98).

Fora a ingestão de sopa, os manuais orientam que “(...) é do melhor tom comer com garfo e faca, isto é, com o garfo na mão esquerda e a faca na direita” (Verardi, [1857] 1900, p. 35). Exceto por essa menção, no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) não há detalhamento sobre os utensílios. Já no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), os utensílios são muitos e

devem ser dispostos e utilizados minuciosamente, inclusive com orientações específicas sobre o modo de comer determinados alimentos: macarrão (“sempre foi motivo de debates”), salada (“corta-se com o garfo e nunca com a faca”), alcachofras (desfolhando-as com os dedos”) (Carvalho, [1961] 1966, p. 58).

Os talheres são colocados ao lado dos pratos. A faca, à direita (a não ser para os canhotos, que têm o direito de trocar de lado), o gume virado para o prato. O garfo do lado esquerdo, com os dentes virados para cima. Havendo sopa, a colher fica do lado direito com a parte côncava voltada para cima, deixando a faca entre ela e o prato. (...) Os ingleses têm o hábito de colocar todos os talheres, logo no início da refeição, na ordem em que devem ser usados, de fora para dentro. (...) Cada vez que um prato servido é retirado, com ele vão os talheres, mesmo que um deles não tenha sido usado. O comensal pode ajudar o empregado, juntando-os sobre o prato, nunca trançados, mas sempre paralelos. A não ser em casos excepcionais, como sopa, sorvete, salada de frutas e semelhantes, duas peças do talher devem sempre acompanhar o prato, que vem substituir o anterior. Isso porque se deve sempre comer com duas das três peças: faca e garfo ou garfo e colher. (Carvalho, [1961] 1966, p. 43).

Elias ([1939] 2011) observa que o garfo passa a ser utilizado para levar a comida a boca porque se torna repugnante, embora não necessariamente anti-higiênico, sujar os dedos. Um manual do século XVIII analisado por ele instrui que “(...) quando estiver sendo servido de carne, não é elegante pegá-la com a mão” (Elias, [1939] 2011, p. 101). Ressalta ainda que “(...) à mesa você deve usar guardanapo, prato, faca, colher e garfo. Seria inteiramente contrário ao bom tom dispensar um desses utensílios à refeição” (p. 101).

A eliminação do ato de comer com a mão do próprio prato pouco tem a ver com o perigo de contrair doença, a chamada explicação “racional”. (...) A primeira autoridade em nossa escolha entre comportamento “civilizado” e “incivil” à mesa é o nosso sentimento de repugnância. O garfo nada mais é que a corporificação de um padrão específico de emoções e um nível específico de nojo. Por trás da mudança nas técnicas à mesa ocorrida entre a Idade Média e os tempos modernos reaparece o mesmo processo que emergiu na análise de outras explicitações desse mesmo processo: uma mudança na estrutura de impulsos e emoções. (Elias, [1939] 2011, p. 127).

Segundo Pilla (2004), os textos relativos à cozinha e à mesa desde o século XVIII mostram uma abundância de referências à limpeza. Os franceses, cujo modo de ser e de viver era referência para toda a Europa e para o Brasil, como vimos, davam muita importância à limpeza da cozinha e das maneiras de comer nessa época, até mesmo denunciando outros países que, em sua visão, não tivessem compromisso com a higiene no preparo e na ingestão de alimentos.

O fato de determinadas maneiras estarem associadas aos hábitos de camponeses e das camadas inferiores da população se torna motivo para serem rechaçadas por aqueles que fazem ou desejam fazer parte da elite. Atitudes que causassem embaraço ou, simplesmente, não fossem consideradas “finas” constituíam razão suficiente para serem abandonadas. Assim, “(...) a formação do conjunto de normas que regem o comportamento à mesa deu-se por motivações sociais, levando todos a se adaptarem a modelos vigentes construídos pelos círculos mais influentes” (Pilla, 2004, p. 154).

Esse uso das mãos para se alimentar originou a presença da lavanda à mesa, uma pequena porção de água perfumada disposta em uma tigela que tinha como finalidade “(...) limpar queixos e bocas lambuzados” (Pilla, 2004, p. 124) e também os dedos, antes do uso do guardanapo. No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), a lavanda aparece como modo de limpar a boca. “Quando trouxerem um pedaço de limão e a taça de água morna para lavar a boca, é necessário fazê-lo com todo o asseio para não causar nojo à companhia” (Verardi, [1857] 1900, p. 39).

Para Pilla (2004), na medida em que a lavanda perdeu sua utilidade, sendo reprimido o hábito de comer utilizando os dedos, seu uso passa a ser um pequeno luxo para lavar ligeiramente a ponta dos dedos, “(...) um toque de pompa e frescor no final das refeições e momento propício para a ostentação de gestos adequados” (Pilla, 2004, p. 124). Esse hábito é assim descrito no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), onde o uso da lavanda é tido como refinado, e a instrução é colocá-la em uma tigela de cristal, vidro, cerâmica ou metal, com água fria ou morna com uma rodela de limão para remover a gordura “(...) se o que se comeu (...) teve a ajuda dos dedos” (Carvalho, [1961] 1966, p. 47).

O uso do copo e taça à mesa é ainda mais recente. No final do século XVIII, “(...) o cortesão já tinha à mesa seu prato, seu talher, seu guardanapo, mas ainda não tinha o copo diante de si. Na maioria das vezes, ainda vários convivas bebiam do mesmo copo” (Pilla, 2004, p. 120). Ao longo da Idade Média, os copos eram dispostos em uma mesa lateral e levados pelos criados, já com a bebida, aos convidados que solicitassem, e geralmente eram compartilhados. De acordo com

Pilla (2004), os copos passam a ficar dispostos na mesa, individualmente, somente a partir da segunda metade do século XIX.

O vinho é, sem dúvidas, a bebida servida nos jantares cuja etiqueta se analisa em toda a literatura de civilidade ao longo dos tempos. Por isso, há orientações específicas sobre ele em ambos os manuais estudados. O “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) contém um capítulo inteiro a respeito da bebida, fora as menções nos capítulos sobre os hábitos à mesa. No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), as recomendações sobre vinho referem-se mais ao comportamento relacionado ao ato de beber do que ao modo de servir a bebida, provavelmente porque não havia tanta variedade de tipos e tamanhos de taças. Bebe-se o vinho sem fazer menção a provar “(...) porque tal procedimento seria uma grosseria imperdoável” (Verardi, [1857] 1900, p. 37). Um homem jamais pode beber do copo de uma senhora, sob pena de ser expulso como insolente. É necessário beber com moderação, “(...) porque não há coisa mais feia que a embriaguez” (p. 38).

No “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), também se deve atentar para os sinais de embriaguez. “Se a pessoa começa a sentir tonturas ou enjoos, deixe imediatamente a bebida e procure tomar ar” (Carvalho, [1961] 1966, p. 78). Este guia fornece até mesmo dicas para evitar a ressaca no dia seguinte: “(...) basta um copo de leite antes de deitar-se ou mesmo de água” (p. 79). Nos dois manuais, o vinho deve ser servido em garrafas de cristal, sendo que no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) deve-se manter na garrafa original se for um vinho de “classe”. O importante mesmo é não recusar nenhum dos vinhos oferecidos, pois “(...) lembre-se que o dono da casa os escolheu e os preparou para dar satisfação aos convidados (Carvalho, [1961] 1966, p. 80). A propósito, não se deve permitir que o vinho seja servido novamente se não houver a certeza de que irá tomá-lo, pois “(...) é falta de consideração ou prova de que o vinho não é bom” (p. 82). O modo de servir o vinho também é prova de boas maneiras, pois implica um severo controle dos gestos, como veremos um pouco adiante.

O pão, segundo o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), não deve ser mordido, mas sim partido em pedaços com as mãos e levado à boca – e atenção! – com a mão direita. Sobre ele, não se deve colocar manteiga ou doce,

exceto quando se toma chá. Não se deve passar o miolo no molho restante. O manual de Verardi ([1857] 1900) proíbe também fazer bolinhas com o pão e atirá-las nos vizinhos. No “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) não há tantas instruções, mas ainda se orienta a não cortar o pão com a faca, e sim com as mãos, algo que parece ainda precisar ser ensinado.

Já a carne deve ser cortada com a faca, desde que na medida em que for sendo comida. Nunca se deve cortá-la em pedaços antes de comer, segundo o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900). No “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) surge exatamente a mesma instrução, indicando a demora para consolidar esse “bom modo”. “Corta-se a carne, a galinha ou o peixe à proporção que se vai comendo e não de uma só vez, em pedaços, para depois comer aos poucos com o garfo” (Carvalho, [1961] 1966, p. 58).

Ao fim da refeição, algumas pessoas tinham e têm o hábito de usar palitos para limpar algo que tenha ficado grudado nos dentes. É curioso que no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) o hábito de palitar os dentes sequer apareça. Pois ele surge, não sem críticas, no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), quando é mencionado como um hábito ultrapassado. Sugere-se, entretanto, ter um paliteiro à mão caso algum convidado solicite, pois “(...) oferecer não é mais de estilo, mas não servir a quem o pede também é feio” (Carvalho, [1961] 1966, p. 50). Agradar o outro é sempre a prioridade. Uma ideia sugerida no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966) é colocar um paliteiro no banheiro para que possa ser usado “sem olhares indiscretos” (p. 62).

O tom de voz e os assuntos abordados nas conversas à mesa também merecem atenção, e os manuais desaconselham e até mesmo proíbem assuntos que possam desagradar. “A palavra é um dos aspectos mais importantes da vida em sociedade (...). Pode ser colocada no mesmo patamar dos gestos, pois, tal como eles, precisa ser controlada, adequada, exigindo do conviva um preparo nesse sentido” (Pilla, 2004, p. 171). Dialogar durante as refeições é uma oportunidade para “(...) expor o conhecimento das regras de polidez à mesa” (p. 172). Assim, deve-se atentar para o tom de voz. Segundo o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900, p. 31), “(...) não se deve levantar a voz como

se estivesse falando com surdos, e só se levantará a voz quando a conversação for geral, e for necessário ser ouvido por todos”. Se houver conversas paralelas, “(...) falar-se-á baixo para não perturbar os que estiverem conversando” (p. 31). Há que se ter atenção também com os assuntos propostos, não provocando à mesa o que possa promover discussão política ou religiosa. Também não é educado falar ao ouvido de qualquer pessoa, pois os demais poderão pensar que se fala deles, segundo o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900).

O principal mote da literatura de civilidade, como vimos, é sempre o cuidado em não incomodar o outro. Assim, os movimentos à mesa devem ser calculados com essa mesma finalidade, com posturas que o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) classifica como decente ou indecente. Estender os pés por debaixo da mesa ou colocar os cotovelos sobre ela, por exemplo, seria muito indecente. Da mesma forma, é inaceitável “(...) arregaçar as mangas como se quisesse lavar as mãos” (Verardi, [1857] 1900, p. 31), assim como é indecente “(...) balançar nas cadeiras” (p. 31); à mesa, “(...) deve-se tomar uma atitude cômoda, mas decente, cuidando sobretudo em não incomodar os vizinhos, dando-lhes cotoveladas” (p. 31). Para Pilla (2004), a questão da postura é um modo de respeitar os limites espaciais que cada um em um espaço reduzido como a mesa. Segundo ela, o controle dos gestos, evitando movimentos bruscos, é um cuidado necessário para não ferir o outro, quebrar um utensílio ou esbarrar em um alimento.

Seja como for, ao longo de todas as muitas e variadas instruções presentes nos manuais, essa é, sem dúvida nenhuma, a regra mais clara de todas. “É sempre bom levar em consideração o bom senso e a regra máxima diante de todas as situações sociais, evitando o constrangimento dos semelhantes” (Pilla, 2004, p. 133). No “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), vemos instruções de todos os tipos a fim de não causar embaraços. “É preciso não comer com avidez nem encher a boca demasiado” (Verardi, [1857] 1900, p. 34), e também não se deve falar com a boca cheia, “(...) e quando se come, deve praticar-se com sossego e asseio” (p. 35). De modo algum, se deve “(...) encher o prato de comida, porque isso fazem os pedreiros e mais trabalhadores; antes pouco que muito” (p. 35). Caso encontre algo indesejado no prato, um “(...) objeto proveniente de

pouco asseio” (p. 34) como um inseto, “(...) passa-se o prato a um criado sem dizer coisa alguma, para não desgostar as outras pessoas” (p. 34).

No “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), dentre as recomendações mais importantes, o autor julga ser a principal regra da boa educação não misturar os vários alimentos, fazendo “um bolo”, o que seria “(...) do mais total mau gosto” (Carvalho, [1961] 1966, p. 62) e poderia incomodar quem está do lado; e há que se ter muito cuidado em não falar com a boca cheia, “(...) pois é dos piores atos em sociedade e prova absoluta e decidida de falta de modos” (p. 62).

“Falar de boca cheia” é um bom exemplo de conduta que há tanto tempo é proibido; mas que ainda continua aparecendo da mesma forma, como se ainda esse fosse um preceito a ser introjetado. (...) Nesse sentido, a construção da civilização só se faz através da regulamentação das emoções e das condutas, ou seja, cada atitude deve ser prevista e controlada, exigindo-se um autocontrole rigoroso. Esse é o preço que devemos pagar pelas vantagens que uma refeição compartilhada pode nos trazer. (Pilla, 2004, p. 141)

Também para não incomodar o outro, nunca se deve estender o braço por cima do vizinho para alcançar a saleira ou a garrafa, por exemplo, o que é considerado falta de educação. “É preciso pedir o objeto em questão ao criado que está a servir” (Verardi, [1857] 1900, p. 189). Nunca se deve comparar o que se está comendo com algo mais bem temperado que já se tenha provado, e se vier à mesa algo que não esteja fresco, como peixe, “(...) não se come deles, buscando qualquer pretexto, sem, contudo, declarar o verdadeiro motivo” (p. 34). Não se deve comer depressa “(...) para não apressar os outros, nem devagar, para não se fazer esperar” (p. 36). Enfim, a “(...) grosseria de maneiras e costumes denuncia sempre pouca inteligência e coração selvagem” (p. 38).

Na literatura de civilidade analisada por Elias ([1939] 2011), já está bem presente o cuidado para não incomodar o outro à mesa, e o principal incômodo que se deveria evitar eram os ruídos. Os exemplos são muitos e a falta de boas maneiras caracteriza um homem sem civilidade, que se assemelha, portanto, a um animal. “Se um homem bufa como uma foca quando come, como acontece com algumas pessoas, e estala os beiços como um camponês bávaro, então ele renunciou a toda boa educação” (Elias, [1939] 2011, p. 74). “Os que se levantam e

fungam repugnantemente sobre os pratos, como se fossem suínos, pertencem à classe dos animais do campo” (p. 91).

No “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), as instruções, embora um pouco diferentes, têm a mesma finalidade, não incomodar o vizinho à mesa. A complexa e detalhada forma de dispor os copos à mesa como meio de facilitar que as bebidas sejam servidas sem atrapalhar os demais é um exemplo disso.

Pela beleza do arranjo da mesa, nunca se deve colocar um único copo para cada comensal. Eles devem ser colocados de boca para cima entre o prato e o centro da mesa e na ordem decrescente da esquerda para a direita da pessoa sentada. Isso porque o vinho é servido pela direita da pessoa sentada e, se o copo menor estiver colocado à esquerda, quem o serve não pode aproximar o gargalo da garrafa da tulipa do copo, porque os demais a impedem ou dificultam. Os copos de água e de vinho tinto devem estar sempre juntos. Havendo vinho branco, para o qual se destina o cálice menor dos três, fica ele colocado, como acima dissemos, à direita do copo de vinho tinto. Havendo um quarto copo, que será o de champanha, ficará em um plano atrás dos três primeiros, porque é o último a ser utilizado. (Carvalho, [1961] 1966, p. 45).

Gradualmente, a mesa se tornou um local onde tudo o que é desagradável, vulgar ou capaz de trazer desgosto deve ser banido. Para acompanhar o refinamento dos utensílios, as maneiras de comer e de se portar à mesa também se tornam mais complexas, “(...) exigindo o desenvolvimento das habilidades dos convivas em relação aos utensílios, juntamente ao controle das pulsões, do corpo e dos gestos” (Pilla, 2004, p. 143). Ser capaz de lidar com todo esse aparato de utensílios e de se comportar diante deles, controlando inclusive funções corporais, torna-se um importante instrumento de diferenciação social.

Na literatura de civilidade analisada por Elias ([1939] 2011), já percebemos regras quanto às funções corporais, embora bem menos proibitivas do que se tornariam. São exemplos de sua análise a ideia de que “(...) o homem que limpa a garganta pigarreando quando come e o que se assoa na toalha da mesa são ambos mal educados, isto vos garanto” (Elias, [1939] 2011, p. 92). Ou ainda...

Se um homem à mesa limpa o nariz com a mão e não sabe que não deve fazer isso, então, acredita, ele é um idiota. (...) Não é educado enfiar os dedos nas orelhas ou nos olhos, como fazem algumas pessoas, ou introduzi-los no nariz, quando estiveres comendo. Esses três hábitos são feios. (Elias, [1939] 2011, p. 94).

O trecho acima, da literatura de civilidade do século XV, indica que, apesar de não ser considerado educado externar tais funções corporais na mesa, esses eram hábitos tolerados. Na Idade Média, as mãos eram usadas para comer e também para assoar o nariz. Este fato demandava regras especiais sobre como limpar o nariz estando à mesa. “Não assoe o nariz com a mesma mão que usa para segurar a carne” (Elias, [1939] 2011, p. 142), e “(...) quando assoar o nariz ou tossir, vire-se de modo que nada caia em cima da mesa” (p. 142).

No século XVII, já se nota mudanças no decoro, e assoar o nariz em público, por exemplo, é algo cada vez mais desagradável, que pode ser feito mas deve sempre ser escondido através de um lenço. Como mostra a literatura de civilidade examinada por Elias ([1939] 2011):

Assoar abertamente o nariz no lenço (...) são hábitos sujos que dão a todos o desejo de vomitar. (...) Evite bocejar, assoar o nariz e escarrar. Se for obrigado a proceder assim em lugares mantidos limpos, use o lenço, ao mesmo tempo virando o rosto e ocultando-se com a mão esquerda, e não olhe para o lenço depois. (Elias, [1939] 2011, p. 144).

O mesmo ocorre com o escarro. No tratado de Erasmo, de 1530, lia-se “(...) vire-se quando escarrar, para que o escarro não caia sobre alguém. Se alguma coisa purulenta cai no chão, deve ser pisada para que não provoque repugnância em alguém” (Elias, [1939] 2011, p. 151). Em uma obra de 1672, trazida por Elias ([1939] 2011), já lemos: “Antigamente, por exemplo, era permitido escarrar no chão na presença de pessoas de categoria, sendo suficiente que cobrisse o esputo com o pé. Hoje isto é uma indecência” (p. 151). Em 1859, “(...) escarrar a todo momento é um hábito repugnante. Não preciso dizer mais do que: nunca entregue-se a ele. Além de grosseiro e atroz, é muito ruim para a saúde” (p. 153). Este último trecho indica não apenas uma mudança social, como também a transformação da ideia de que guardar o escarro para si era um hábito prejudicial à saúde; ao contrário, a literatura de civilidade analisada por Elias ([1939] 2011) indica que, no fim do século XIX, escarrar com frequência é que é considerado perigoso.

Os hábitos que até então eram julgados pela possibilidade de incomodar o outro passam a ser condenados cada vez mais pelo que são, e não apenas pelo que possam causar a outras pessoas. “Desta maneira, impulsos ou inclinações

socialmente indesejáveis são reprimidos com mais rigor. São associados ao embaraço, ao medo, à vergonha ou à culpa, mesmo quando o indivíduo está sozinho” (Elias, [1939] 2011, p. 148). O objetivo, segundo Elias ([1939] 2011), é tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole.

Tabus e restrições de vários tipos acompanham a expectoração de catarro, como de outras funções corporais, em muitas sociedades, tanto “primitivas” como “civilizadas”. O que as distingue é o fato de que, nas primeiras, eles sempre são mantidos por medo de outras pessoas, ou seres, mesmo que imaginários – isto é, por controles externos – ao passo que, nas últimas, são transformados mais ou menos completamente em controles internos. (...) O que inicialmente prova e agrava os sentimentos de nojo e as restrições é a transformação das relações e dependência humanas. (Elias, [1939] 2011, p. 154-155).

O que era considerado como falta de modos se torna absolutamente inaceitável nos séculos seguintes. Segundo as instruções do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), tossir estando à mesa não é tolerado. Se for acometido de tosse, deve “(...) levantar-se por um momento e voltar quando tiver cessado” (Verardi, [1857] 1900, p. 37). Se espirrar, “(...) deverá cobrir a boca com o guardanapo para evitar o incômodo dos vizinhos” (p. 37). Se for necessário assoar-se, que seja com ligeireza e “tornará logo a meter o lenço no bolso” (p. 37). O escarro, considerado comum outrora, agora é totalmente proibido. “Não se deve escarrar, nem falar em moléstias ou em objetos que possam causar nojo. Aquele que praticar essas coisas, sendo considerado sem educação alguma, e indecente, não deve ser convidado para jantar em casa alguma” (p. 32).

É interessante notar que instruções sobre o arroto, a que não se faz menções específicas em toda a literatura de civilidade analisada por Elias ([1939] 2011) e nem no “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), surgem no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966). “Nunca se pode arrotar, mesmo que se diga que na China é prova de satisfação do convidado. No caso em que o arroto não possa ser contido, quem o faz deve escusar-se em voz baixa e os demais devem fingir que não perceberam o que se passou” (Carvalho, [1961] 1966, p. 62). Entretanto, é a única das funções corporais abordadas no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966).

Ao contrário do “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), manual escrito em meados do século XIX, no “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), escrito mais de um século depois, não se fala em proibições em relação a espirrar, assoar-se ou escarrar. Esses já eram hábitos definitivamente banidos da vida em sociedade e, por isso não precisavam mais ser abordados. Não há mais o que se instruir nesse aspecto. Os “civilizados” já tinham aprendido que configuram maus modos, hábitos inaceitáveis.

Não é possível precisar em que exato momento essa transformação se deu, quando ocorreu o banimento de determinados hábitos, a adoção de outros em detrimento de mais alguns. A história das mudanças da sociedade tem suas lacunas e, como observa Elias ([1939] 2011), não importa de qual ponto analisemos o processo civilizador, sempre haverá um momento anterior. Seja como for, os manuais de etiqueta nos ajudam a compreender as mudanças do mundo dito civilizado através dos seus dizeres, das suas regras e instruções, permissões e proibições, permanências e transformações.

6. Considerações finais

De acordo com os manuais de etiqueta, a capacidade de controlar gestos, refinar as maneiras à mesa, utilizar utensílios, saber o que pode ou não ser feito em público, tendo em vista a regra máxima de não incomodar o outro, distingue quem é civilizado de quem não é. Nesse sentido, de acordo com Pilla (2004), os manuais de etiqueta são percebidos como guias que podem ser consultados a qualquer momento, durante as diversas dificuldades que surgem nesse cotidiano repleto de novas experiências de sociabilidade. Fornecem caminhos para a consolidação de práticas que levavam à distinção, diferenciação e integração social.

Embora os manuais escolhidos para serem analisados nesta pesquisa não forneçam dados sobre a recepção pelo público leitor, o conteúdo neles impresso possibilitou formar uma ideia das posturas e comportamentos esperados de quem desejava fazer parte ou se aproximar da elite. De modo geral, podemos dizer que os manuais que compõem a literatura de civilidade nos trazem pistas sobre as instruções que deveriam ser seguidas no compartilhamento de um espaço totalmente diferente, onde os corpos não são mais os da Idade Média.

Na trajetória da etiqueta analisada a partir da literatura de civilidade descrita por Elias ([1939] 2011) e compreendendo os dois manuais selecionados, o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), foi possível perceber as regras que sofreram poucas alterações e as que mudaram em muitos aspectos. De um jeito ou de outro, o fato é que essa literatura apresenta meios para, através das suas instruções, entender como funcionava a sociedade de sua época, que posturas eram esperadas, como se dava o convívio social e as interações humanas.

Os autores dos manuais em geral, segundo Pilla (2004), diziam aos leitores que bastava que seguissem as regras que a inclusão social estaria garantida. A promessa dos manuais é justamente traduzir normas que possam dar segurança para quem for atuar nesse palco, como diria Goffman ([1956] 1975), em que se exercem as relações sociais.

As interações humanas mudaram, e com elas houve relaxamento de certas condutas, como as que tinham a ver com hierarquias e títulos de nobreza. Percebemos mudanças também em hábitos que são mencionados em um manual e já não no outro, como as regras de trincar a carne. Por outro lado, as questões relacionadas aos hábitos à mesa e a externar funções corporais, principalmente no que pode provocar nojo no outro, ficaram mais proibitivas. Para ser civilizado, segundo Elias ([1939] 2011), é preciso observar, olhar em volta, prestar atenção às pessoas e aos seus motivos, anunciando-se uma nova forma de se relacionar com o outro, uma nova forma de integração.

Com base nessa pesquisa e na análise comparativa entre o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900) e o “Guia de Boas Maneiras” (Carvalho, [1961] 1966), os hábitos à mesa sofreram muitas transformações. Isso se levamos em conta que os dois manuais analisados foram publicados com um século de diferença um para o outro, e que o mais antigo deles, o “Novo Manual do Bom Tom” (Verardi, [1857] 1900), ainda assim é bem recente, foi publicado pela primeira vez em meados do século XIX. Se voltarmos um pouco mais no tempo e olharmos para os manuais de civilidade como um conjunto, perceberemos que as mudanças ao longo dos tempos sobre os hábitos à mesa são de fato significativas.

De acordo com Elias ([1939] 2011), nas mesas do século XV, eram pouquíssimos os utensílios utilizados. Nas casas dos mais abastados, a comida ficava disposta em um aparador e cada um se servia como quisesse, sem nenhuma ordem especial. As pessoas comiam diretamente das travessas, não havia pratos individuais. Os sólidos, principalmente a carne, eram pegos com as mãos; os líquidos, com colheres ou conchas. Sopas e molhos eram frequentemente bebidos, levados diretamente à boca – daí, nos manuais posteriores, vemos tantas regras proibindo que se beba sopa ou molho restante da carne virando o prato. Tornou-se um mau hábito, algo mal educado e que, por isso, deveria ser banido. Durante muito tempo usava-se também os mesmos utensílios para todas as comidas, e era comum dividir o mesmo copo.

Na sequência do período medieval, acontece uma fase de movimento que abrange os séculos XVI, XVII e XVIII, na qual “(...) a compulsão por uma conduta refinada à mesa pressiona constantemente na mesma direção, na de um

novo padrão” (Elias, [1939] 2011, p. 110). Em seguida, observa-se uma fase de manutenção deste padrão atingido, mas mantém-se um movimento, embora mais lento, na direção de um refinamento de conduta cada vez maior, como instrumento de diferenciação social.

Apesar do destaque dado às maneiras à mesa na análise de Elias ([1939] 2011), ele mesmo afirma que elas são um segmento da totalidade de formas socialmente instaladas de conduta. São um instrumento de análise para transformações que aconteciam na sociedade, à mesa ou fora dela. Segundo ele, as pessoas que comiam carne com as mãos, compartilhavam do mesmo copo, tomando – ou bebendo diretamente – a sopa fazendo barulho, escarrando à mesa, tinham entre si relações muito diferentes das que hoje vivemos. Olhamos muitas vezes com nojo para essas situações vividas na Idade Média, sem nos darmos conta que até o próprio nojo não é natural, e, sim, uma reação socialmente aprendida.

Assim como o nojo, todo o restante também foi aprendido. Nada nos é natural, segundo Elias ([1939] 2011). Acostumamo-nos a imaginar que uma determinada forma de comportamento é melhor porque melhor expressa a natureza humana, quando, na verdade, houve e continua havendo um condicionamento, quiçá um adestramento dos hábitos, gestos e posturas, sempre tendo como objetivo não incomodar o outro e aprender a ser civilizado.

O campo de estudos da literatura de civilidade é muito extenso. As regras de etiqueta podem ser analisadas, como já foram, pela História, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Comunicação, Moda e Design. Do ponto de vista da comunicação, alguns possíveis desdobramentos desta pesquisa podem ser feitos. Estudos comparativos entre outros manuais, bem como estudos aprofundados sobre um tema específico em diversos manuais, como, por exemplo, os hábitos à mesa, são possíveis objetos de pesquisa. A questão dos rituais religiosos está presente nos dois manuais analisados e poderia configurar um novo estudo, abordando as regras direcionadas a como se vestir e como se portar, por exemplo, nas missas, nos casamentos, em batismos, em enterros, rituais que envolvem um complexo cerimonial.

O vestuário, por si só, também recebe destaque nos manuais analisados e poderia configurar uma alternativa de trabalho, mostrando o que é ou não considerado decente segundo cada manual, observando orientações específicas para as mulheres, homens e crianças e em cada situação da vida.

A etiqueta no ambiente digital é também um campo de estudo sobre o comportamento humano. A comunicação através da internet provoca uma mudança de hábitos que, por sua vez, demanda novos ensinamentos sobre como agir. O comportamento nas redes sociais, a interação através de e-mails e mensagens de texto, o que compartilhar em redes sociais, como se portar em grupos de *Whatsapp* constituem um interessante campo de estudo a ser considerado.

Se não se pode precisar quando o processo civilizador começa, pois “(...) de onde quer que comecemos, observamos movimento, algo que aconteceu antes” (Elias, [1939] 2011, p. 71), o trabalho desenvolvido nesta pesquisa nos leva a crer que estes processos civilizadores, como regras de relacionamento em sociedade, são dinâmicos e, portanto, em permanente ajuste e transformação.

7.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Vida privada e ordem no Império**. In: História da vida privada no Brasil: Império. Volume 2. Coord. Fernando A. Novais. Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-94.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, Livia, CAMPBELL, Colin (orgs). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARVALHO, Marcelino de. **A arte de beber**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

_____. **A nobre arte de comer**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____. **ABC das boas maneiras**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

_____. **Guia de Boas Maneiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

_____. **Snobérrimo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____. **Só para homens**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CASTANHO, Iracema Soares. **Etiqueta Social**. 11ª edição. São Paulo: Ed. Universitária, 1957.

CECCHIN, Cristiane, CUNHA, Maria Teresa Santos. **Tenha modos!** Educação e sociabilidades em manuais de civilidade e etiqueta (1900-1960). Departamento de História. Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). X Simpósio Internacional Processo Civilizador. São Paulo: Unicamp, 2007.

CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada, volume 3:** da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CORRÊA, Maria da Glória Dias. **A dramaturgia na vida cotidiana:** uma perspectiva sociológica. Signótica, volume 13, p. 137-156, jan/dez 2001.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Os dizeres das regras:** um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta. Universidade do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina, 2004.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Ed. Rocco: Rio de Janeiro, 1997.

_____. **O sujo e o limpo na sociedade brasileira**: significados, fronteiras e importância. Rio de Janeiro, 2004. Texto mimeografado.

DOUGLAS, Mary, ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013 (Coleção Etnologia).

_____. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu. Lisboa: Edições 70, 1991.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1969] 2001.

_____. **O processo civilizador, volume 1**: Uma História dos Costumes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1939] 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 6ª edição. Curitiba: Positivo, 2004.

FIGUEIREDO, Jéssica Patrícia. **Etiqueta e hospitalidade**: do “bom-tom” às “boas maneiras”. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2007.

FRASSON, Antonio Carlos. **A etiqueta: símbolo de "controle social" na corte de Luiz XIV**. 3º Simpósio Internacional Processo Civilizador: Educação, História e Lazer. Universidade Metodista de Piracicaba. Núcleo de História da Educação Brasileira. Piracicaba, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GAY, Peter. **Freud**: uma vida para nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

_____. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GORBERG, Marissa. **Parc Royal**: um magazine na modernidade carioca. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

JUNIOR, João Muniz. **A gramática do comportamento: a fabricação do feminino nos manuais de etiqueta de Marcelino de Carvalho**. Caderno Espaço Feminino, v. 27, n. 2. Uberlândia – MG, jul/dez 2014.

KALIL, Gloria. **Chic: um guia básico de moda e estilo**. 12ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 1997.

_____. **Viajante chic: dicas de viagem**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2012.

KARAM, Karine; MEDEIROS, Maria Carolina; DRAMALI, Bianca. **Cultura midiática e vida moderna: o cartaz, os catálogos e os *grands magasins* como testemunhas do processo modernizador**. Apresentado no VII Propesq. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, maio de 2016.

KEHL, Maria Rita. **Delicadeza**. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutações**. Rio de Janeiro: Agir; São Paulo: Edições SESC, 2009.

KELLER, Alexandra. **Disseminação da modernidade: representação e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência**. In: CHARNEY, Leo & SCHATZ, Vanessa R. (orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 185-213.

MATARAZZO, Cláudia. **Etiqueta sem frescura**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1995.

MAUAD, Ana Maria. **Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado**. In: História da vida privada no Brasil - Império: a corte e a modernidade nacional. Volume 2. Coord. Fernando A. Novais. Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 181-232.

MAUSS, Marcel. **A expressão obrigatória dos sentimentos: funerais orais funerários australianos**. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 325-335.

MCCRACKEN, Grant. **Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003 (Coleção Cultura e Consumo / coordenação Everardo Rocha).

MELLO, Marília Campos. **Guia VIP de Estilo**. São Paulo: Ed. Abril, 2009.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. **A arte de receber: distinção e poder à boa mesa – 1900-1970**. Curitiba, 2004.

_____. **Manuais de civilidade, modelos de civilização**. História em Revista (UFPEL), Pelotas, v. 9, n. 2, p. 105-134, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ª ed. Editora Campus: Rio de Janeiro, 2000.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a moda**: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

_____. **A distinção e suas normas**: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX. Acervo, Rio de Janeiro, v. 8, número 1-2, p. 139-152, jan/dez 1995.

RAPPAPORT, Erika D. **Uma nova era de compras**: a promoção do prazer feminino no West End londrino, 1909-1914. In: CHARNEY, Leo & SCHATZ, Vanessa R. (orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.157-183.

REIS, Miguel Geraldo Mendes. **Tudo o que o cidadão deve saber**: as cartilhas no processo civilizador. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, março de 2016.

REVEL, Jacques. **Os usos da civilidade**. In: **História da vida privada, volume 3**: da Renascença ao Século das Luzes. Organização de Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, [1986] 2009.

ROCHA, Everardo, FRID, Marina, CORBO, William. **Modas de mulher, modos de comércio**: camadas médias, cultura e economia na história do consumo moderno. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 22, n. 45, p. 217-247, jan./jun. 2016.

_____. **O paraíso do consumo**. Rio de Janeiro: Mauad/Editora PUC-Rio, 2016.

ROCHA, Everardo. **Magia e capitalismo**: um estudo antropológico da publicidade. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2010.

_____. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Os bens como cultura**: Mary Douglas e a antropologia do consumo. Prefácio à primeira edição brasileira. In: DOUGLAS, Mary, ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013 (Coleção Etnologia).

RODRIGUES, José Carlos. **Higiene e ilusão**: o lixo como invento social. Rio de Janeiro: NAU, 1995.

_____. **O tabu do corpo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SANTOS, Fernando Marcelo Seabra de Oliveira. **Lições de civilidade**: a didática do bem viver e regras de sociabilidade em um periódico de Ouro Preto (1845-1848). Universidade Federal de São João Del-Rei. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. São João Del-Rei - MG, 2011.

SILVA, Francini Medeiros da. **Código de Bom-Tom**: Os manuais de etiqueta e a formação de uma “boa sociedade” nos trópicos (Rio de Janeiro, 1840-1850). Universidade Estadual de Londrina, Departamento de História. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, julho de 2006.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. Mana, 11/2, 2005, p. 577-591.

SINGER, Ben. **Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular**. In: CHARNEY, Leo & SCHATZ, Vanessa R. (orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SUED, Ibrahim. **Aprenda a receber**. Rio de Janeiro: Ed. Top Promoções e Publicidade, 1977

_____. **Nova Etiqueta**. Rio de Janeiro: Ed. Top Promoções e Publicidade, 1978.

VANDERBILT, Amy. **O livro de etiqueta**. Rio de Janeiro: Record, 1962.

VAZ, Ana. **Manual da etiqueta**: guia para toda hora. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

WEBER, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VEIGA, Carmen Mayrink. **ABC de Carmen**: estilo, culinária, receitas pessoais e a arte de receber. São Paulo: Ed. Globo, 1997.

VERARDI, Luiz. **Novo Manual do Bom Tom**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.